

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ E ERECHIM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
CURSO DE GEOGRAFIA**

**WELLINTON AZZOLINI FARIAS**

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PERIURBANO:  
UM ESTUDO SOBRE CHAPECÓ (SC)**

**CHAPECÓ E ERECHIM**

**2024**

**WELLINTON AZZOLINI FARIAS**

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PERIURBANO:  
UM ESTUDO SOBRE CHAPECÓ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ederson Nascimento

**CHAPECÓ E ERECHIM**

**2024**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Farias, Wellinton Azzolini  
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PERIURBANO:: UM ESTUDO SOBRE  
CHAPECÓ / Wellinton Azzolini Farias. -- 2024.  
140 f.

Orientador: Dr Ederson Nascimento

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia,  
Chapecó,SC; Erechim,RS, 2024.

1. urbanização. 2. espaço periurbano. 3. expansão  
urbana. 4. Chapecó. I. Nascimento, Ederson, orient. II.  
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**WELLINTON AZZOLINI FARIAS**

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PERIURBANO:  
UM ESTUDO SOBRE CHAPECÓ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 26/02/2024

**BANCA EXAMINADORA**



Documento assinado digitalmente

**EDERSON DO NASCIMENTO**

Data: 10/04/2024 19:39:23-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Ederson Nascimento – UFFS**  
**Orientador**



Documento assinado digitalmente

**LINDON FONSECA MATIAS**

Data: 11/04/2024 14:34:32-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias – UNICAMP**  
**Avaliador**



Documento assinado digitalmente

**JUCARA SPINELLI**

Data: 11/04/2024 11:18:47-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juçara Spinelli – UFFS**  
**Avaliadora**

Dedico este trabalho à minha família, que  
não poupou esforços para que eu  
pudesse concluir meus estudos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, por Ele ser sempre tão presente em minha vida.

À minha família, por ter me ensinado desde cedo o valor e a importância da educação para a transformação da vida em todas as suas dimensões.

À minha mãe, Marisete, por ter feito sempre tudo aquilo que esteve ao seu alcance para garantir a minha felicidade e formação como pessoa e profissional.

Expresso minha gratidão à minha irmã, Ana Elen, ao meu padrasto, Ceni, e ao meu parceiro, Marcel, por serem fontes de amor e conforto para minha alma ao longo dos últimos anos.

Rendo homenagem e agradeço aos meus avós, Maria e José, que, em sua simplicidade, me ensinaram a importância da humildade e a valorização das minhas origens.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ederson Nascimento, sou grato pelo companheirismo e pelas palavras de motivação ao longo de toda a minha jornada acadêmica, que teve início com ele, desde o início da graduação. Ter acreditado em meu potencial desde cedo foi, indubitavelmente, primordial para minha formação como mestre.

Gostaria de estender meus agradecimentos aos colegas do PPGGeo/UFFS, turma de 2021/2, em especial aos amigos Guilherme e Bruno, que foram pilares ao longo do curso e se tornaram amigos para toda a vida.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e à Prefeitura de Chapecó, sou grato pelo aprendizado e pelas conexões oportunizadas ao longo da minha carreira profissional, embriões da minha paixão pela Geografia e pelo Planejamento Territorial.

Agradeço à UFFS, em particular aos professores, e ao governo de Santa Catarina por possibilitar a conquista do título de mestre através da bolsa concedida para a realização deste estudo.

Consideramos a paisagem como uma arrumação, entendendo que os seus elementos formadores se dispõem segundo uma certa ordem, originariamente coerente com o sistema econômico e social que a gerou, ordem essa que pode, entretanto, variar, de acordo com as mudanças que esse sistema porventura sofrer, no curso da evolução. O que caracteriza a paisagem, aos olhos dos geógrafos, não é, apenas, o seu aspecto atual, derivado dessa multiplicidade de ações e reações recíprocas e ininterruptas, mas o seu dinamismo. É, assim, o planejamento feito segundo um plano, a decisão de uma autoridade e a aplicação de uma política. Escapa, portanto, na sua execução, à alçada do geógrafo, da qual, porém, não pode prescindir na sua fase preliminar e básica, isto é, na organização do plano. (CARVALHO; SANTOS, 1960, p. 17)

## RESUMO

O espaço periurbano, como zona de transição entre o ambiente urbano consolidado e o rural, é marcado por uma diversidade de usos da terra, que incluem tanto atividades típicas do meio rural, como a agricultura e áreas de preservação, quanto atividades urbanas, como empreendimentos imobiliários. Delimitar com precisão esta área, distinta tanto do urbano quanto do rural, e elaborar uma tipologia para sua caracterização, apresenta-se como um desafio relevante. Esta pesquisa propõe uma metodologia para a delimitação e caracterização do espaço periurbano na cidade de Chapecó (SC). Baseando-se na concepção do periurbano como um *continuum* em transição, integram-se análises do zoneamento municipal, dos planos diretores e do contexto geohistórico de formação e expansão da área urbana. Além disso, é desenvolvida uma tipologia embasada nos conceitos de divisão econômica e social do espaço. A partir da identificação de fragmentos de áreas urbanizadas pelo IBGE, foram classificados três níveis de urbanização, representados por coroas concêntricas. Observa-se que o espaço periurbano de Chapecó se estende de forma predominante em todas as direções, alinhando-se às tipologias definidas para sua caracterização.

Palavras-chave: urbanização; espaço periurbano; expansão urbana; Chapecó.

## **ABSTRACT**

The peri-urban space, as a transitional zone between the consolidated urban environment and the rural, is characterized by a diversity of land uses, encompassing typical rural activities such as agriculture and conservation areas, as well as urban activities such as real estate developments. Precisely delineating this area, distinct from both urban and rural, and elaborating a typology for its characterization, presents a relevant challenge. This research proposes a methodology for the delineation and characterization of the peri-urban space in the city of Chapecó, Santa Catarina State, (Brazil). Drawing on the conception of the peri-urban as a continuum in transition, analyses of municipal zoning, master plans, and the geohistorical context of urban formation and expansion are integrated. Additionally, a typology is developed based on the concepts of economic and social division of space. Three levels of urbanization, represented by concentric rings, were classified based on the identification of urbanized fragments by IBGE. It is observed that the peri-urban space of Chapecó extends predominantly in all directions, aligning with the typologies defined for its characterization.

Keywords: urbanization; peri-urban space; urban expansion; Chapecó.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo.....	17
Quadro 1 – Características do modelo de Bryant, Russwurm y McLellan.....	49
Figura 2 – Características do modelo de Bryant, Russwurm y McLellan .....	49
Figura 3 – Mapa da região em 1843 .....	57
Figura 4 – Mapa da região em 1881 .....	58
Figura 5 – Plano do loteamento inicial de Chapecó .....	62
Figura 6 – Chapecó (SC) em 1930.....	65
Figura 7 – Chapecó (SC) em 1956.....	70
Figura 8 – Exemplo de loteamento clandestino junto a uma propriedade rural.....	74
Figura 9 – Loteamento clandestino em relação à rodovia e indústrias.....	74
Figura 10 – Áreas Urbanizadas de Chapecó (1957 a 2014) .....	77
Figura 11 – Macrozoneamento urbano de Chapecó (2014).....	81
Figura 12 – Macroárea de Expansão Urbana Futura (MEUF).....	83
Figura 13 – Delimitação de bairros de Chapecó em 2023 .....	85
Figura 14 – Macroárea especial do aeroporto (MEA).....	90
Figura 15 – Densidade de edificações ao redor do aeroporto municipal (2023 e 2010) .....	93
Figura 16 – Macroárea da Bacia de Captação de Água Potável do Lajeado São José (MBCAP) .....	96
Figura 17 – Macrozona Rural (MR).....	98
Figura 18 – Distritos e Povoados de Chapecó .....	99
Figura 19 – Loteamentos Fechados de Chapecó.....	102
Figura 20 – Mapa gerado após a primeira etapa: áreas urbanizadas .....	105
Figura 21 – Mapa gerado após a segunda etapa: <i>buffers</i> das áreas urbanizadas..	106
Figura 22 – Mapa gerado após a terceira etapa.....	108
Figura 23 – Comparativo e reagrupamento de setores censitários .....	110
Figura 24 – Mapa gerado após a quarta etapa .....	111
Figura 25 – Sistema Viário de Chapecó.....	115
Figura 26 – Áreas Irregulares de Chapecó (2023) .....	121
Figura 27 – Formas urbanas irregulares .....	122
Quadro 2 – Tipologia proposta para caracterização do espaço periurbano de Chapecó.....	123

Figura 28 – Caracterização do espaço periurbano: Divisão Econômica do espaço	127
Figura 29 – Caracterização do espaço periurbano: Divisão Social do espaço.....	128
Figura 30 – Espaço periurbano da linha Campinas.....	130
Figura 31 – Loteamento Florência e bairro Vila Rica. ....	131
Figura 32 – Avanço da urbanização no bairro Belvedere.....	132
Figura 33 – Proposta de expansão norte da Av. Getúlio Vargas.....	133
Figura 34 – Espaço Periurbano da linha Passo dos Ferreira .....	134
Figura 35 – Adensamento populacional na Linha Passo dos Ferreira .....	135
Figura 36 – Adensamento populacional na Linha Palmital dos Fundos .....	136
Figura 37 – Caracterização fotográfica de Faxinal dos Rosas .....	138
Figura 38 – Espaço periurbano de Faxinal dos Rosas.....	139
Figura 39 – Caracterização fotográfica de Vitória Rosa .....	141
Figura 40 – Espaço periurbano de Faxinal dos Rosas.....	142
Figura 41 – Vista da linha São Pedro B .....	143
Figura 42 – Espaço periurbano da linha São Pedro B .....	144
Figura 43 – Espaço Periurbano do Núcleo Hortifrutigranjeiros.....	145
Figura 44 – Espaço Periurbano do Núcleo Hortifrutigranjeiros.....	147

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Evolução da população no município de Chapecó (1940-2022) .....	67
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CONCIDADE	Conselho da Cidade de Chapecó
PDC	Plano Diretor de Chapecó
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LAETA	Laboratório de Estudos Territoriais e Ambientais

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>ESPAÇO PERIURBANO: TEORIA E CONCEITUAÇÃO.....</b>	<b>20</b>
2.1	PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: NÍVEIS ESCALARES, PRÁTICAS E PROCESSOS ESPACIAIS .....	24
2.2	DINÂMICAS URBANAS: EXPANSÃO URBANA E DIFERENCIAÇÃO SOCIO-ESPACIAL.....	36
2.3	ESPAÇO PERIURBANO: DEFINIÇÕES E MODELOS ESPACIAIS .....	44
<b>3</b>	<b>CHAPECÓ: BASES HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS DA URBANIZAÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO .....</b>	<b>54</b>
3.1	OS PRIMÓRDIOS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL .....	54
3.2	A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL CONTEMPORÂNEA.....	67
3.3	O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL .....	78
<b>4</b>	<b>O ESPAÇO PERIURBANO DE CHAPECÓ: UMA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO .....</b>	<b>103</b>
<b>5</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PERIURBANO DE CHAPECÓ .....</b>	<b>114</b>
5.1	EIXOS E VETORES DE CRESCIMENTO .....	114
<b>5.1.1</b>	<b>Sistema Viário .....</b>	<b>114</b>
<b>5.1.2</b>	<b>Áreas Irregulares .....</b>	<b>116</b>
5.2	CLASSIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PERIURBANO .....	123
<b>5.2.1</b>	<b>Proposição de uma tipologia .....</b>	<b>123</b>
<b>5.2.2</b>	<b>Áreas Periurbanas: loteamentos e vilas .....</b>	<b>129</b>
5.2.2.1	<i>Áreas de Alto Padrão.....</i>	129
5.2.2.1.1	Linha Campinas .....	129
5.2.2.2	<i>Áreas de Médio Padrão .....</i>	131
5.2.2.2.1	Bairro Belvedere e Vila Rica .....	131
5.2.2.2.2	Linha Passo dos Ferreira .....	133
5.2.2.2.3	Linha Palmital dos Fundos.....	136
5.2.2.2.4	Linha Faxinal dos Rosas.....	137
5.2.2.3	<i>Áreas de Baixo Padrão .....</i>	140
5.2.2.3.1	Linha Vitório Rosa.....	140

5.2.2.3.2	Linha São Pedro B.....	143
5.2.2.3.3	Núcleo Hortifrutigranjeiros.....	145
5.2.2.3.4	Linha Baronesa de Limeira .....	146
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>149</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>151</b>

## 1 INTRODUÇÃO

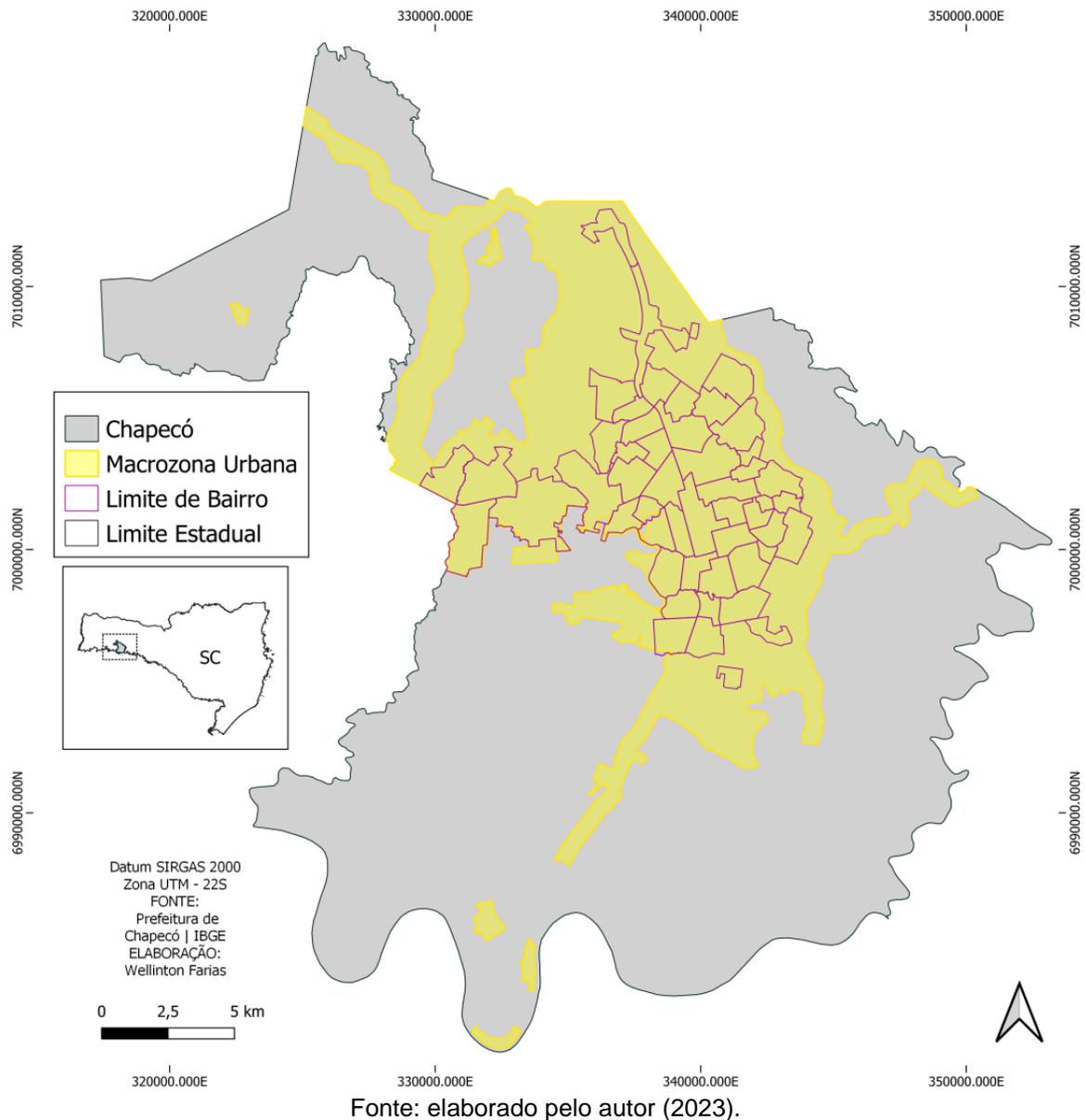
A periurbanização é um fenômeno complexo e crescente que se refere à expansão das áreas urbanas para além dos limites tradicionais das cidades, estruturando espaços que se encontram em uma zona de transição entre o urbano consolidado e as áreas rurais. Esse processo de avanço da urbanização para além da periferia tem se intensificado nas últimas décadas em diversas regiões do mundo, inclusive no Brasil. No entanto, essa expansão territorial não tem sido devidamente acompanhada pelas administrações públicas, o que levanta questões importantes em relação ao zoneamento e ordenamento territorial, assim como às políticas habitacionais.

Este trabalho de dissertação tem como recorte espacial o município de Chapecó, localizado no oeste do estado de Santa Catarina (Figura 01). Com uma população de 254.781 habitantes em 2022 (IBGE, 2022), e taxa de urbanização de 91,6% (IBGE, 2010), a cidade se destaca como um polo econômico no oeste catarinense principalmente pela presença de grandes agroindústrias, empresas de apoio à atividade agroindustrial e um setor terciário que se destaca comparado às suas cidades vizinhas (NASCIMENTO, 2015). Estas características reforçam a centralidade regional da cidade, que se estende à mais de uma centena de municípios da porção ocidental de Santa Catarina e (em menor número) do noroeste gaúcho (IBGE, 2020).

Chapecó

Figura 1), como muitas outras cidades brasileiras, tem experimentado um notável crescimento populacional e expansão territorial urbana nas últimas décadas. Esse crescimento se manifesta especialmente nas áreas periurbanas, onde é possível observar, entre outros aspectos, a ocupação desordenada de terras, do ponto de vista jurídico urbanístico, a falta de infraestrutura adequada e a ausência de políticas públicas efetivas para lidar com essa dimensão da urbanização.

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo



Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo geral caracterizar o espaço periurbano de Chapecó (SC), seus eixos e vetores principais de crescimento, à luz das transformações recentes ocorridas no uso e ocupação da terra urbana no município. Para tanto, estabelece-se, como objetivos específicos:

- Identificar as bases da urbanização e da organização espacial contemporânea de Chapecó (SC).

- Caracterizar a dinâmica de expansão urbana recente do município, bem como as diretrizes urbanas que condicionaram este processo.

- Examinar e classificar as áreas periurbanas, identificando suas formas espaciais, seus usos da terra e conteúdos sociais predominantes.

A relevância deste estudo reside no fato de que a periurbanização é, como já apontamos, um fenômeno cada vez mais presente nas cidades brasileiras (e Chapecó não é exceção), o que põe cada vez mais em cheque a dualidade formal entre urbano *versus* rural para o conhecimento da conformação das cidades e, sobretudo, para o planejamento e a gestão de seus espaços. O entendimento das relações entre os Planos Diretores e as reais dinâmicas de expansão urbana horizontal é fundamental para uma análise crítica das políticas públicas voltadas à expansão urbana e ao desenvolvimento territorial. Além disso, a compreensão das estratégias dos agentes imobiliários na conformação do espaço periurbano é essencial para se pensar em alternativas de planejamento mais eficazes e inclusivas. Nesse sentido, o presente estudo pode contribuir para a formulação de políticas mais eficientes e direcionadas ao desenvolvimento ordenado das áreas periurbanas, considerando que é necessário primeiramente delimitar estes espaços e saber caracterizá-los.

A metodologia desta pesquisa envolveu diferentes etapas congregadas em três eixos principais: o estudo teórico-conceitual sobre os processos socioespaciais de urbanização e – relacionado a este – de periurbanização; análise das condicionantes histórico-geográficas da urbanização e expansão urbana em Chapecó, bem como das principais normativas atuais de ordenamento espacial no município, e; no plano empírico, a identificação e caracterização do espaço periurbano de Chapecó, com o uso de procedimentos geocartográficos em Sistema de Informações Geográficas (SIG).

A estruturação dos capítulos da dissertação foi elaborada de forma a abordar diferentes aspectos relacionados ao tema proposto. No primeiro capítulo, apresentamos os pressupostos teóricos que sustentam a pesquisa, abordando níveis escalares, práticas e processos espaciais. Exploramos também conceitos fundamentais, como diferenciação socioespacial e horizontalização, que são relevantes para compreender as transformações espaciais e socioeconômicas que ocorrem em Chapecó. Além disso, discutimos a periurbanização e as características do espaço periurbano, fundamentais para a análise posterior.

O segundo capítulo é dedicado a examinar a evolução histórico-geográfica de Chapecó. Investigamos a produção do espaço ao longo do tempo, desde suas origens até os dias atuais. Aprofundamos o papel da agroindústria como promotora do

desenvolvimento regional, compreendendo como essa atividade econômica influenciou a configuração espacial da cidade e suas relações com o entorno.

Nos dois capítulos subsequentes, a análise se volta para o estudo empírico do espaço periurbano de Chapecó. Primeiramente, no capítulo 4, apresentamos os procedimentos empregados para identificar e delimitar a área periurbana. E, no capítulo seguinte, propomos uma tipologia para a caracterização deste espaço, seguida de sua aplicação na análise do espaço periurbano de Chapecó. Discutimos ainda as mudanças observadas, as dinâmicas socioeconômicas presentes na região e as implicações para o desenvolvimento urbano.

Na seção de considerações finais, sintetizamos os principais achados da pesquisa, ressaltando sua relevância para o entendimento da relação entre a agroindustrialização, o espaço periurbano e o desenvolvimento de Chapecó. Apontamos limitações do estudo e possíveis direções para futuras investigações, visando contribuir para o avanço do conhecimento geográfico e para a gestão do espaço urbano e rural no referido município.

## 2 ESPAÇO PERIURBANO: TEORIA E CONCEITUAÇÃO

Para lograr êxito nos objetivos propostos nesta pesquisa, é necessário primeiramente conceituar o que é espaço para a ciência geográfica. Se propomos caracterizar o espaço periurbano, necessitamos primeiramente tornar claro o que é espaço. Dentre as definições possíveis, optamos por filiar-nos à de Milton Santos, que em sua obra *Espaço e Método* (1985) assim conceituou:

[...] o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica [...] contém e é contido pelas demais instâncias. [...] A essência do espaço é social, [...] não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais [...]. O espaço é tudo isso, mais a sociedade. (1985, p. 1)

Sendo assim, para o autor, o espaço geográfico é uma instância social, assim como a política, economia e a cultura. Adicionalmente, em sua obra *A Natureza do Espaço* (2006), Milton Santos diz que

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (Santos, 2006, p. 39).

Para o autor, os sistemas de objetos representam o conjunto das forças produtivas, enquanto os sistemas de ações englobam o conjunto das relações sociais de produção. A respeito do que são objetos, Santos esclarece que

Os objetos que interessam à Geografia não são apenas objetos móveis, mas também imóveis, tal uma cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma floresta, uma plantação, um lago, uma montanha. Tudo isso são objetos geográficos. Esses objetos geográficos são do domínio tanto do que se chama a Geografia Física como do domínio do que se chama a Geografia Humana e através da história desses objetos, isto é, da forma como foram produzidos e mudam, essa Geografia Física e essa Geografia Humana se encontram (Santos, 2006, p. 46)

Desta forma, “para o geógrafo o objeto é um testemunho atual da ação”, pois “o geógrafo se interessa pelo conjunto de condições características de várias épocas, mas a partir do presente, - indo, frequentemente, deste para o passado (Santos, 2006, p. 47)”. Este raciocínio nos permite inferir que uma análise das formas, como no caso do periurbano, só é possível compreendendo que aquele espaço é produto de

sucessivas ações que, ao longo do tempo, lhe conferiram tal arranjo e paisagem. Ademais, para o estudo da forma é necessário conceituar, a priori, a que se refere com este termo.

Ainda de acordo com Santos, as noções de forma, função, processo e estrutura são fundamentais para compreender a produção do espaço e, no caso desta pesquisa, a do espaço periurbano. Segundo este autor, quando a sociedade sofre uma mudança, as formas (ou objetos geográficos) assumem novas funções, resultando em uma nova organização espacial (Santos, 1985, p. 49). “Forma é o aspecto visível de uma coisa. [...] Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer (Santos, 1985, p. 50). Tanto a forma quanto o processo são influenciados pelas “práticas” de atores e agentes sociais, como explicado por Corrêa (1999), Harvey (1980) entre outros.

A aplicação de uma análise pautada nestas noções implica em contextualizá-la dentro da noção de espaço para a geografia. Para isso, pode-se utilizar a análise conjunta do espaço, proposta por Milton Santos, cujos elementos são “os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas (1985, p. 6)”.

O estudo das interações entre os diversos elementos do espaço é um dado fundamental da análise. Na medida em que função é ação, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos. Através do estudo das interações, recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social (Santos, 1985, p.7).

Esta teoria permite uma visão totalizadora do problema de pesquisa aqui proposto, na medida em que constrói uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir o fenômeno dos espaços periurbanos, resultados do processo de periurbanização.

Nesta pesquisa, conforme nossos objetivos, consideramos que "forma" pode se referir tanto ao contexto urbano quanto rural, alinhando-se com as ideias de Milton Santos. Essa configuração, com sua função intrínseca, tem a versatilidade de atender a propósitos urbanos e rurais (*função*), os quais podem ser detalhados por meio de tipologias específicas. No que diz respeito ao processo em estudo, compreendemos que a urbanização desempenha um papel fundamental, revelando uma estrutura moldada pela combinação de variáveis econômicas e demográficas.

Para Santos, “cada forma sobre a paisagem é criada como resposta a certas necessidades ou funções presentes” (1985, p. 54). No contexto periurbano, o crescimento e expansão da área habitável são, muitas vezes, uma resposta às crescentes demandas por moradia, espaço industrial, infraestrutura e serviços, à medida que as áreas urbanas centrais se tornam saturadas.

A respeito do estudo das formas urbanas, Lois, González e Escudero (2012, p. 236), utilizando o dicionário de Geografia Urbana de Zoido et al (2000), esclarecem que “la morfología urbana es el estudio de las formas urbanas, que puede extenderse a los procesos y agentes urbanos que han contribuido a modelarlas históricamente”. Assim como apresentado anteriormente para Santos (1985), estudar as formas em geografia urbana implica em situar o processo de urbanização que originou a paisagem atual.

Sabendo o que é espaço, suas macrocategorias e seus elementos, se faz necessário traçar um caminho metodológico mais restrito para o estudo da forma urbana ou, periurbana. Para isto, Lois, González e Escudero (2012, p. 237) trazem três elementos básicos que centralizam a análise morfológica das cidades: “el plan y la trama urbana, la edificación y los usos del suelo”. Ainda, segundo estes autores, estes são elementos que estão em constante mudança devido a própria dinâmica social interna da cidade, em ritmos diferentes, “el análisis diacrónico es fundamental em el estudio morfológico de la ciudad (Lois; González; Escudero, 2012, p. 237). Portanto, a “análise diacrônica” implica em examinar como a cidade se transformou e se desenvolveu ao longo de sua história, em vez de apenas observar seu estado atual, enquanto que o “estudo morfológico” da cidade se concentra na análise de sua forma, estrutura, layout, características físicas e espaciais, como a disposição de edifícios, ruas, zonas verdes e outras características urbanas.

Além disso, os referidos autores argumentam que nas formas urbanas há dois grandes condicionantes prévios que são “el emplazamiento y la situación de la ciudad” (Lois; González; Escudero, 2012, p. 238), sendo o primeiro referente à topografia sobre a qual a cidade está construída (sítio urbano) e o segundo sobre a sua localização em relação ao seu entorno.

Este segundo condicionante é importante ao dialogar com as teorias de Harvey (1980) e Villaça (2001), pois, conforme Lois, González e Escudero (2012, p. 238), este condicionante tem a ver com a relação determinada pelo mercado de terras, sua oferta “la relación determinada por el mercado del suelo, su oferta, la disponibilidad del

mismo, y su demanda; así como del valor resultante”, bem como “el trazado de las vías de comunicación, el equipamiento urbano y [...] las condiciones económicas las que prevalecen”. Assim, mesmo sendo que as formas físicas das áreas urbanas são evidentes a qualquer observador, sua análise prescinde de maior complexidade por ser necessário investigar sua gênese.

Para isso, é necessário identificar os conceitos que moldam a configuração do espaço periurbano. O presente capítulo visa fornecer um referencial teórico consolidado sobre o conceito de *periurbanização*, um fenômeno complexo e multifacetado que desafia os limites tradicionais entre o rural e o urbano. Na perspectiva geográfica contemporânea, a periurbanização emerge como uma expressão paradigmática da dinâmica espacial, que impulsiona significativas transformações nas periferias das áreas urbanas, bem como nos territórios rurais adjacentes.

A compreensão aprofundada da periurbanização requer a articulação com outros conceitos fundamentais no campo da Geografia Urbana, tais como a Diferenciação Socioespacial e a Expansão Urbana Horizontal. A Diferenciação Socioespacial representa um arcabouço teórico essencial para analisar os processos sociais e espaciais que caracterizam a segregação e a heterogeneidade no território urbano, destacando como diferentes grupos sociais ocupam e produzem o espaço urbano e periurbano. Por sua vez, a Expansão Urbana Horizontal corresponde à disseminação geográfica do tecido urbano em direção às áreas rurais, de forma tangencial às cidades nucleares. Esse padrão de crescimento acarreta interações complexas entre a urbanização e as práticas agropecuárias, impulsionando mudanças na estrutura das áreas rurais e na dinâmica das comunidades periurbanas.

Ao considerar a interseção desses conceitos, busca-se compreender como a periurbanização é influenciada e moldada pela diferenciação socioespacial e como ela, por sua vez, afeta a expansão urbana horizontal. Compreender essas dinâmicas é crucial para decifrar os desafios impostos pela complexidade espacial da periurbanização, incluindo questões relacionadas ao planejamento territorial, aos conflitos de interesses, ao uso da terra e aos impactos ambientais.

## 2.1 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: NÍVEIS ESCALARES, PRÁTICAS E PROCESSOS ESPACIAIS

A concepção do urbano, na perspectiva da geografia, pode ser conduzida a partir de duas escalas conceituais distintas, porém complementares entre si: a escala da rede urbana e a escala do espaço intraurbano. Corrêa (2007, p. 63) esclarece que

[...] o urbano pode ser concebido com base em duas escalas conceituais claramente delineadas e, simultaneamente, cartográficas, a saber, a escala da rede urbana e a escala do espaço intraurbano. As duas escalas descrevem diferenciações sócio-espaciais que, no entanto, são complementares entre si. Objetos e ações que ocorrem em uma das escalas estão relacionados a objetos e ações que ocorrem na outra. Assim, decisões tomadas no núcleo central, negócios da grande cidade, na escala do espaço intraurbano, portanto, podem afetar a vida econômica, social e política de pequenas cidades e de zonas de produção agro-pastoril.

A escala da rede urbana refere-se à organização das cidades em um sistema hierárquico, onde diferentes cidades estão interconectadas e desempenham funções específicas. Nessa perspectiva, as cidades maiores ou os centros urbanos funcionam como nós-chave da rede, com maior influência econômica, política e cultural, enquanto as cidades menores ou as áreas rurais assumem papéis complementares. A interconexão entre as cidades na rede urbana pode ocorrer por meio de diferentes formas de circulação e fluxos, como transporte de mercadorias, serviços, informações, pessoas e capital. Cada cidade tem uma área de influência e relações com outras cidades próximas ou mais distantes. Essas relações econômicas, sociais e políticas entre as cidades criam uma rede complexa de interações e interdependências. Já a escala do intraurbano abrange o interior das cidades e se concentra na organização do espaço dentro de seus limites. Ela diz respeito à distribuição dos diferentes usos da terra (residencial, comercial, industrial, áreas verdes), à localização das atividades e dos serviços urbanos, à infraestrutura, aos padrões de moradia, entre outros elementos que compõem a estrutura urbana

Sposito (1998, p. 28) também tratou sobre as diferentes escalas da centralidade urbana. A autora argumenta que a redefinição da centralidade urbana ocorre em função de quatro dinâmicas, dentre as quais está o fato de que

as novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços concentrados e de grande porte determinam mudanças de impacto no papel e na estrutura do centro principal ou tradicional, o que provoca uma redefinição de centro, de periferia e da relação centro-periferia. (Sposito, 1998, p. 28).

Sendo assim, as escalas da rede urbana e do espaço intraurbano estão interligadas e se influenciam mutuamente. As decisões e ações que ocorrem em uma escala podem ter efeitos significativos na outra. Por exemplo, a instalação de grandes estabelecimentos de atendimento regional (como *shopping centers*, distritos industriais ou centros de saúde) nas franjas da cidade pode ter impactos diretos na organização do espaço intraurbano, ao que a citação anterior chamou de redefinição da relação centro-periferia.

Essas tipologias urbanas, criadas com o propósito de atender a uma demanda regional específica, resultam na formação de diferentes estruturas socioespaciais nas áreas periurbanas. Essas configurações, por sua vez, estimulam a emergência de diversas práticas e processos ao seu redor, incluindo a orientação de um determinado tipo de ocupação residencial. Em suma, essas tipologias influenciam a dinâmica urbana em seu entorno, desencadeando uma série de efeitos e transformações espaciais nas áreas periurbanas adjacentes.

A autora ressalta a importância das cidades que se estabelecem como nós chave da rede urbana, que aglomeram atividades e serviços, destinados a atender a uma demanda regional, e, assim, configuram seu tecido urbano para esse propósito específico. Além disso, essas cidades desempenham um papel central na tomada de decisões que influenciam a estrutura urbana de outras localidades. Esse fenômeno é ilustrado, por exemplo, nas sedes de grandes indústrias ou corporações, onde são deliberadas questões relacionadas à permanência, expansão e dinâmica de unidades industriais ou escritórios situados em outras cidades. Em suma, essas cidades se tornam centros de influência que afetam não apenas seu próprio desenvolvimento intraurbano, mas também a configuração urbana de áreas circunvizinhas.

As dinâmicas do espaço intraurbano são influenciadas por fatores como políticas de planejamento urbano, especulação imobiliária, migração interna, crescimento populacional, oferta e demanda por moradias e serviços, bem como mudanças nas atividades econômicas e sociais da cidade. Sabendo disso, podemos tomar como base as análises de Villaça (2001, p. 23) que diz que “as condições de deslocamento do ser humano, associadas a um ponto do território urbano, predominarão sobre a disponibilidade de infra-estruturas desse mesmo ponto”. O autor chama atenção ao fato de que “a acessibilidade é mais vital na produção de localizações do que a disponibilidade de infra-estrutura”, embora o mesmo autor

reconheça que a existência delas, como grandes eixos viários, impulsionam o processo de valorização fundiária (Villaça, 2001, p. 70)

Essa interdependência entre as escalas evidencia a importância de uma análise integrada e contextualizada do fenômeno urbano, considerando suas múltiplas relações espaciais e socioeconômicas. Decisões e ações tomadas no âmbito do espaço intraurbano, como os negócios e atividades da grande cidade, possuem ligações e impactos sobre a vida econômica, social e política de pequenas cidades e áreas de produção agrícola presentes na rede urbana. A respeito dessa interligação urbano-rural, Corrêa (2007, p. 64) explica que

uma crise no mundo agrário [...] pode afetar a organização do espaço intraurbano, gerando, por exemplo, a expansão de favelas cujos habitantes são, em grande parte, provenientes de áreas agropastoris em transformação.

A pressão pela expansão urbana (processo de horizontalização) pode levar à conversão de terras rurais em áreas urbanas, afetando diretamente o mundo agrário circundante. O crescimento de infraestruturas e empreendimentos urbanos pode alterar a paisagem rural, fragmentar áreas produtivas e influenciar nas práticas agrícolas, por vezes, comprometendo a viabilidade econômica da agricultura e o modo de vida rural. Essa interdependência entre o mundo agrário e o espaço intraurbano ressalta a necessidade de uma abordagem integrada na compreensão das dinâmicas territoriais.

Na escala do espaço intra-urbano, a diferenciação sócio-espacial traduz-se, de um lado, na divisão econômica do espaço e, de outro, na divisão social do espaço. Processos, funções e formas-conteúdo distintos produzem essa primeira macrodiferenciação do espaço intra-urbano. Contudo, ambas estão fortemente articuladas entre si, tendendo a apresentar interdependência entre si. (Corrêa, 2007, p. 65).

A citação de Corrêa (2007) aborda a dimensão socioespacial na diferenciação do espaço intraurbano, ou seja, dentro das cidades, onde ocorre uma diversidade de processos, funções e formas-conteúdo que resultam em uma macrodiferenciação. Essa diferenciação pode ser observada sob duas perspectivas: a divisão econômica do espaço e a divisão social do espaço.

A divisão econômica do espaço refere-se à organização das atividades e funções urbanas em diferentes setores. Em uma cidade, é possível identificar áreas especializadas para comércio, indústria, serviços, entre outras, cada uma ocupando um espaço específico. Essa especialização ocorre devido às necessidades e

demandas distintas de cada setor, e é influenciada por fatores como infraestrutura, acessibilidade e localização estratégica.

Já a divisão social do espaço está relacionada à distribuição das classes sociais e grupos sociais dentro da cidade. Nas áreas urbanas, é possível identificar a presença de bairros e regiões que possuem diferentes níveis socioeconômicos, o que gera contrastes na qualidade de vida, acesso a serviços e oportunidades. A segregação socioespacial pode ser observada em cidades com bairros mais valorizados e com melhores infraestruturas, contrastando com áreas periféricas mais precárias.

Essas duas dimensões da diferenciação socioespacial no espaço intraurbano estão intimamente ligadas, criando uma interdependência entre os aspectos econômicos e sociais da cidade. A forma como a economia urbana se organiza influencia a distribuição social dos grupos dentro do espaço urbano, e, por sua vez, a distribuição social afeta as oportunidades motivadas pela dinâmica da cidade.

Na escala do espaço intra-urbano, Corrêa (2007, p. 67) sugere um conjunto de temas que é próprio desta escala, dentre os quais está o de investigar “o processo de criação da instável franja rural-urbana e sua urbanização”. Referindo-se às possibilidades de se analisar a diferenciação socioespacial, ele esclarece que “[...] é possível considerá-la em suas temporalidades, em sua dimensão conflitiva, em suas relações com políticas públicas e por intermédio de suas representações sociais.” (Corrêa, 2007, p. 62).

Partindo destas possibilidades, é possível pensar a periurbanização como um processo que impescinde de tempo para ocorrer (temporalidade), num território de transformações e disputas (dimensão espacial conflitiva), onde há conversão dos usos da terra, de rural para urbana, dinâmica que está condicionada à diretrizes de ordenamento territorial (políticas públicas).

A teoria dos agentes sociais que produzem o espaço urbano destaca-se como uma abordagem fundamental para a compreensão da produção desse espaço periurbano. Para esta teoria, o espaço urbano é resultado de uma complexa interação entre diferentes agentes sociais, como indivíduos, grupos, classes sociais, empresas, governos, movimentos sociais e outros atores presentes na cidade. Cada um desses agentes possui interesses, valores, poder e recursos que influenciam na forma como o espaço é ocupado, utilizado e representado.

Essa perspectiva teórica amplia a compreensão das cidades como lugares complexos e heterogêneos, onde as transformações do espaço são resultado de processos sociais dinâmicos. Ela também enfatiza a importância de uma análise contextualizada e histórica das cidades, considerando as especificidades locais e as relações de poder presentes em cada caso.

A teoria ressalta a importância de considerar as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldam o espaço urbano, em contraposição a uma abordagem puramente física ou funcionalista das cidades. Corrêa (1999) enfatiza que os espaços urbanos não são simplesmente resultado de uma racionalidade técnica ou planejada, mas sim o resultado de conflitos, negociações e disputas entre os diferentes agentes.

O espaço outrora rural, hoje definido como área urbana pelas diretrizes de ordenamento territorial, são o palco das práticas espaciais engendradas pelos diversos atores elencados por Corrêa (2007). Esses atores promovem uma diferenciação socioespacial no tecido urbano e possuem, em se tratando de práticas espaciais, “a fragmentação da terra urbana, particularmente na franja rural-urbana, criando um número maior de lotes” (Corrêa, 2007, p. 69), uma prática espacial corrente. Além disso, “as diferenças sócio-espaciais são inevitáveis e necessárias ao capitalismo [...] cuja ação apresenta uma dimensão escalar, resultado de complexas práticas espaciais.” (Corrêa, 2007, p. 63).

A aquisição de terra urbana nas áreas de uso rural, mas dentro do perímetro urbano, possibilita a criação de um “estoque” de terras passíveis de especulação imobiliária e comercialização futura, cuja estratégia de capitalização e venda depende, sobretudo, daquilo que Corrêa (2007, p. 66) chama de “arranjo espacial das áreas sociais” e que é influenciado pelo “[...] tamanho da cidade, características econômicas, taxa de crescimento, sítio, plano urbano [...]” dentre outros. Estes podem ser alguns parâmetros a serem considerados quando realizados estudos de caso com recortes espaciais específicos, como é o caso da periurbanização. Embora ocorra numa variável quantidade de cidades, como um processo global (Pereira, 2013), seu produto enquanto forma e conteúdo social varia conforme tais parâmetros.

Corrêa (2007) caracteriza estas áreas como sendo terras bem localizadas, com amenidades físicas (lagoa, sol, mar, verde), por exemplo, ou terras mal localizadas, onde se reproduzem as dinâmicas da população menos favorecida pelo Estado, com a instalação de loteamentos populares, ou irregulares. É, também, no local

caracterizado como de urbanização popular, onde as práticas espaciais dos grupos socialmente excluídos acontecem.

As práticas espaciais referem-se às ações e comportamentos dos agentes sociais no espaço urbano. As práticas espaciais podem ocorrer de maneira isolada ou articulada, e, ao longo do tempo, elas se acumulam, gerando consequências sobre a organização e a transformação do espaço urbano. O resultado dessas sucessivas práticas, quando consolidado e acumulado, torna-se um processo espacial. Esse processo refere-se a mudanças mais duradouras e estruturais no espaço urbano, que são o reflexo das práticas contínuas e inter-relacionadas dos agentes sociais.

Dessa forma, as práticas espaciais constituem a base das transformações do espaço urbano, enquanto os processos espaciais representam os resultados mais amplos e estruturais dessas práticas ao longo do tempo. A compreensão das práticas e dos processos espaciais é fundamental para a geografia urbana, pois permite analisar como as ações dos indivíduos e grupos moldam a cidade e como essas ações, ao se acumularem, levam a mudanças e transformações mais amplas no espaço urbano.

Na apropriação do espaço, os agentes sociais, como indivíduos, grupos, empresas e governos, buscam a apropriação do espaço urbano para atender a seus interesses e necessidades. Essa apropriação pode ocorrer através da ocupação de terras, construção de edifícios, implantação de infraestruturas e equipamentos urbanos, entre outras formas.

Aliada a essa apropriação, a especulação imobiliária é outra prática em que agentes, como incorporadoras e investidores, compram e vendem terrenos e propriedades visando a obtenção de lucros futuros com a valorização da terra. Isto é possível a partir de outras duas práticas, sendo a de antecipação espacial e de seletividade espacial, tratadas adiante.

A especulação imobiliária é uma prática espacial comum em áreas urbanas onde há potencial de valorização da terra. Nesse contexto, os agentes produtores de espaço compram terras ou imóveis com a expectativa de que, no futuro, o seu valor aumente significativamente. Eles retêm essas propriedades sem utilizá-las produtivamente, aguardando uma valorização expressiva do local devido ao crescimento da demanda e à escassez de terrenos urbanos.

Essa retenção especulativa pode ter impactos significativos no desenvolvimento urbano, pois mantém terrenos subutilizados e contribui para a

escassez de moradias acessíveis em áreas bem localizadas. Além disso, a especulação imobiliária pode resultar em processos de gentrificação, onde áreas antes ocupadas por populações de baixa renda são valorizadas e se tornam inacessíveis a esses grupos, forçando-os a migrar para periferias distantes.

Esta é uma das práticas mais visíveis na conformação dos espaços periurbanos, sendo que à medida em que a cidade se horizontaliza, diversas glebas de terra permanecem com usos agrícolas ou de áreas verdes, resultando em vazios urbanos circundados por tipologias tais como grandes infraestruturas, vilarejos e condomínios.

Tratando da especulação imobiliária e do processo de horizontalização das cidades, Ermínia Maricato (2005, p. 4) esclarece que

[...] a expansão da extensão horizontal das cidades paralelamente à manutenção de grandes vazios (que não tenham função ambiental ou de drenagem) encarece o custo da infraestrutura e serviços urbanos, em especial, os transportes coletivos, mas também a implantação da rede de água e esgotos, a coleta de lixo, a rede de iluminação pública, entre outros. Por outro lado, a implantação e extensão desses serviços que atravessam áreas vazias, ajudam a alimentar a especulação imobiliária ao carrear para os proprietários as valorizações decorrentes desses investimentos.

A autora apresenta uma análise perspicaz sobre os benefícios que os incorporadores imobiliários e proprietários fundiários obtêm por meio do processo de periurbanização, que se refere à expansão horizontal das cidades em direção às áreas periféricas. O crescimento horizontal desordenado gera um aumento nos custos de infraestrutura e serviços urbanos, uma vez que é necessário estender esses serviços por maiores distâncias para atender a nova expansão urbana, e, diferentemente dos loteamentos regulares, que têm sua aprovação condicionada à construção desta infraestrutura básica, os loteamentos irregulares não são dotados destes sistemas de saneamento e iluminação pública, por exemplo. Por outro lado, a construção de loteamentos regulares, mas descontínuos da mancha urbana consolidada, prática esta que tensiona a municipalidade a rever seu zoneamento, beneficia diretamente os proprietários de terras nessas regiões vazias intermediárias

A implantação de serviços públicos nessas áreas contribui para a valorização dos terrenos, abrindo caminho para a especulação imobiliária. Os incorporadores imobiliários, ao adquirirem terrenos em áreas periféricas por preços relativamente baixos, podem se beneficiar significativamente com a especulação imobiliária

resultante do crescimento desordenado da cidade. A valorização dessas áreas permite que eles obtenham retornos expressivos em seus investimentos imobiliários.

Por outro lado, os proprietários fundiários, que já possuem terras nas áreas periféricas, também são favorecidos pela especulação imobiliária decorrente dos investimentos em infraestrutura e serviços nessas regiões. Eles podem lucrar com a valorização de suas propriedades sem a necessidade de realizar grandes investimentos.

A antecipação espacial é uma prática em que os agentes produtores de espaço adquirem terras ou propriedades em áreas com potencial de desenvolvimento futuro, muitas vezes antes mesmo que os planos de expansão urbana sejam oficialmente divulgados. Essa prática envolve o reconhecimento de tendências de crescimento urbano e o investimento em áreas que se espera se tornarem atrativas no futuro. Ao adquirir essas áreas antes que o crescimento ocorra efetivamente, os agentes podem obter vantagens econômicas significativas, pois adquirem as terras a preços mais baixos e se beneficiam da valorização subsequente. Por outro lado, a antecipação espacial pode levar a um uso desigual da terra urbana, com áreas mantidas ociosas enquanto outras sofrem pressão para adensamento e expansão, contribuindo para a desigualdade no acesso à cidade.

A seletividade espacial refere-se à prática dos agentes produtores de espaço em escolher onde investir com base em critérios que visam maximizar seus retornos financeiros. Essa seleção de locais pode estar relacionada à disponibilidade de infraestrutura, acesso a serviços, proximidade a áreas de valorização ou potencial de desenvolvimento futuro. Essa prática pode levar a uma distribuição desigual de investimentos e serviços na cidade, onde áreas mais valorizadas recebem mais atenção e investimentos, enquanto áreas de baixa renda e periferias são negligenciadas. Essa seletividade espacial pode contribuir para a segregação socioespacial, onde diferentes grupos sociais têm acesso desigual a oportunidades, serviços e recursos urbanos.

As práticas espaciais também envolvem o planejamento e a gestão do espaço urbano, realizado por agentes governamentais e técnicos. O planejamento visa organizar o uso da terra, definir áreas destinadas a diferentes atividades, como residências, comércios, espaços públicos, bem como estabelecer diretrizes para o crescimento e desenvolvimento da cidade. É nesta prática onde o Estado sofre pressão dos demais agentes para servir-lhes aos interesses do mercado.

Contribuindo com o entendimento deste planejamento, podemos citar a obra de Marcelo Lopes de Souza, que em seu livro “Mudar a Cidade” apresenta uma tipologia, que contém nove planejamentos, diferenciando-os a partir de oito critérios. O autor argumenta ainda que o planejamento urbano não se limita ao urbanismo ou desenho urbano, mas vai além deles. Ele também traz à tona, tratando sobre a formulação das diretrizes dos planos físico-territoriais, o fato de o Estado tentar convencer que o favorecimento dos interesses empresariais gera benefícios para o coletivo, porém que na realidade o que está em jogo é “[...] o atendimento de demandas específicas, razoavelmente predefinidas relativas aos interesses do capital imobiliário e outros segmentos dominantes” (Souza, 2003, p.139)

Os movimentos sociais também desempenham um papel nas práticas espaciais, lutando por direitos à moradia, acesso a serviços públicos, melhorias urbanas e participação nas decisões sobre o espaço urbano. Eles podem promover ocupações de terras e prédios abandonados, bem como mobilizar ações coletivas para reivindicar direitos urbanos. São, em geral, os movimentos sociais responsáveis por ocasionar uma ruptura no tecido periurbano, dificultando, por vezes, a consolidação das práticas de outros agentes, tais como a especulação imobiliária e o planejamento urbano parcialmente direcionado aos interesses das classes dominantes.

Essa dinâmica ocasiona outra prática social: os conflitos pelo uso do espaço. As práticas espaciais muitas vezes geram conflitos entre diferentes agentes que disputam a utilização do espaço urbano. Interesses, culturais, políticos e ambientais podem entrar em choque, originados em disputas pelo controle do território e dos recursos urbanos.

A compreensão dessas práticas é fundamental para uma abordagem crítica e contextualizada do espaço periurbano, levando em conta as necessidades e demandas dos diversos atores envolvidos na construção das cidades. É importante mencionar que as práticas se referem a ações pontuais, sendo que a sucessão de práticas ao longo do tempo pode originar um processo.

Segundo Corrêa (2014, p. 122),

Entre processos sociais, de um lado, e organização espacial de outro, aparece um elemento mediador, que viabiliza que os processos sociais originem forma, movimento e conteúdo sobre o espaço. Este elemento viabilizador constitui-se em um conjunto de forças que atuam ao longo do

tempo e que permitem localizações, realocações e permanência das atividades e populações sobre o espaço urbano.

Torna-se claro, desta maneira, que as cidades adquirem forma e conteúdo sociais variados porque são a materialização e o resultado da intenção de diversos atores que agem ao longo do tempo, ou seja, são o resultado de suas práticas ao longo do tempo. O mesmo autor, adiante, ainda diz que “são os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização espacial complexa”, notadamente resultado da junção de intenção, tempo e espaço.

Corrêa (2014, p. 122) também elencou esses processos espaciais, os quais podem ser agrupados em ao menos seis, sendo: centralização, descentralização, coesão, segregação, invasão-sucessão e inércia.

Em suma, estes processos espaciais buscam compreender a dinâmica complexa e heterogênea do espaço geográfico, analisando como esses diferentes processos interagem e moldam as cidades e regiões ao longo do tempo. A compreensão dos processos espaciais envolvidos na produção do espaço intraurbano ajuda a entender a configuração do espaço periurbano e do próprio conceito de periurbanização. A periurbanização refere-se ao processo, e o espaço periurbano ao produto deste processo.

Quando combinamos as ideias de David Harvey e Flavio Villaça com a teoria de Corrêa sobre os processos espaciais no espaço periurbano, obtemos uma compreensão mais completa e abrangente dessa área de transição. A centralização, descentralização, coesão, segregação, invasão-sucessão e inércia descritas por Corrêa estão intimamente relacionadas às dinâmicas de valorização da terra, expansão urbana, diferenciação espacial e processos de segregação e integração social incorporados por Harvey e Villaça.

Conforme a abordagem de Harvey (1980, p. 139), diversos agentes desempenham papéis cruciais na configuração do espaço urbano, especialmente no que diz respeito ao mercado imobiliário. Esta teoria enfatiza a coexistência de usos distintos no espaço periurbano, salientando a relevância da dinâmica de atribuição de valor de uso e valor de troca, a qual é moldada por diferentes agentes e resulta na conformação socioespacial desses espaços.

Dentre os principais agentes elencados pelo autor estão: (i) os usuários de moradia, que buscam satisfazer suas necessidades habitacionais e têm diferentes percepções sobre o valor de uso do espaço; (ii) os corretores imobiliários, que

desempenham um papel intermediário no mercado, facilitando as transações entre compradores e vendedores; (iii) os proprietários, que têm o poder de tomar decisões quanto à utilização e destino do espaço; (iv) os incorporadores, que atuam na produção e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários; (v) as instituições financeiras, cujo papel é crucial na concessão de crédito e financiamento de empreendimentos; e (vi) as instituições governamentais, que podem influenciar a política de planejamento e regulamentação urbana.

A ideia de que o valor de uso e valor de troca são concebidos de maneira diferencial por cada agente destaca a natureza subjetiva e complexa das decisões relativas ao espaço urbano. O que é considerado valioso em termos de uso para um determinado agente pode ser percebido como valor de troca para outro (Harvey, 1980, p. 142). Essas concepções heterogêneas sobre o valor do espaço influenciam diretamente na dinâmica de transformação e apropriação do espaço periurbano.

Nesse contexto, as relações entre os agentes, suas motivações e interesses, bem como os contextos institucionais, sociais e econômicos, desempenham um papel crucial na formação do espaço periurbano. O entendimento dessa dinâmica proporciona uma abordagem mais abrangente e crítica sobre as dinâmicas espaciais nas áreas limítrofes entre o meio urbano e o rural, permitindo analisar a formação de novas centralidades, a segregação socioespacial, o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários e a expansão urbana em consonância com as estratégias e demandas dos diversos atores envolvidos.

Ao ampliar a análise da produção do espaço urbano, é fundamental considerar as ideias de Flávio Villaça sobre o espaço intraurbano e a renda fundiária. O autor aborda a temática da renda fundiária, baseando-se nas teorias clássicas de David Ricardo e Karl Marx, que discutem a valorização da terra urbana em função de sua localização e demanda. Segundo Villaça (2001), a terra urbana possui valor diferenciado de acordo com sua proximidade a equipamentos e serviços urbanos, como escolas, hospitais, transporte público e áreas de lazer, refletindo-se na renda fundiária, ou seja, nos recursos financeiros obtidos pelos proprietários de terras urbanas pela sua utilização ou disponibilidade para atividades urbanas.

No contexto intraurbano, Villaça (2001) destaca a dinamicidade do espaço, resultado de múltiplos processos de produção, apropriação e transformação. Ele enfatiza a importância de compreender os padrões de distribuição espacial das

atividades urbanas, populações e infraestruturas para entender a organização do espaço urbano.

No âmbito do sistema capitalista, a terra urbana e periurbana, representada por lotes e glebas, é tratada como uma mercadoria cujo valor não advém de sua fertilidade, como ocorre no meio rural, mas sim de sua localização. A "localização" torna-se o atributo-chave para o valor e a atratividade dessas áreas no mercado imobiliário e fundiário. Essa visão é compartilhada por outros autores relevantes na área, como, por exemplo, David Harvey, em *A Justiça Social e a Cidade* (1980).

A localização privilegiada em relação a infraestruturas e serviços urbanos pode gerar uma valorização maior da terra, contribuindo para a formação de áreas mais centrais e valorizadas nas cidades.

Além disso, a teoria dos agentes sociais produtores do espaço urbano, como discutida por Corrêa, é relevante nesse contexto. De acordo com Corrêa (1999), o espaço urbano é resultado de uma complexa interação entre diferentes agentes sociais, como indivíduos, grupos, classes sociais, empresas, governos, movimentos sociais e outros atores presentes na cidade. Cada um desses agentes possui interesses, valores, poder e recursos que influenciam na forma como o espaço é ocupado, utilizado e representado.

A teoria ressalta a importância de considerar as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldam o espaço urbano, em contraposição a uma abordagem puramente física ou funcionalista das cidades. Corrêa enfatiza que os espaços urbanos não são simplesmente resultado de uma racionalidade técnica ou planejada, mas sim o resultado de conflitos, negociações e disputas entre os diferentes agentes.

Essa perspectiva teórica amplia a compreensão das cidades como lugares complexos e heterogêneos, onde as transformações do espaço são resultado de processos sociais dinâmicos. Ela também enfatiza a importância de uma análise contextualizada e histórica das cidades, considerando as especificidades locais e as relações de poder presentes em cada caso.

Diversos atores sociais, como incorporadores, proprietários, instituições financeiras e governamentais, desempenham papéis cruciais na produção do espaço urbano, moldando suas formas, usos e distribuição. A coexistência de usos distintos no espaço periurbano é resultado dessas interações complexas e das atribuições de valor de uso e valor de troca feitas por cada agente, conforme discutido por Harvey.

As dinâmicas da renda fundiária, valorização da terra e atuação dos agentes sociais são fundamentais para entender as configurações intraurbanas e periurbanas, bem como as desigualdades socioespaciais presentes nas paisagens urbanas. Essa abordagem crítica e contextualizada é essencial para a geografia urbana e a compreensão aprofundada dos processos urbanos em suas complexidades.

## 2.2 DINÂMICAS URBANAS: EXPANSÃO URBANA E DIFERENCIAÇÃO SOCIO-ESPACIAL

A abordagem do espaço periurbano na geografia permite compreender a complexa relação entre a diferenciação socioespacial e o conceito de expansão urbana horizontal. Esta expansão, como será melhor tratado adiante, ocorre tanto com o crescimento do urbano consolidado quanto com a transformação de glebas de terra rural em uso urbano, sobretudo através de loteamentos dispersos.

A diferenciação socioespacial refere-se às desigualdades e heterogeneidades presentes no tecido urbano, manifestadas por meio da segregação territorial, acesso desigual a serviços e infraestruturas, e a coexistência de diferentes grupos sociais em um mesmo espaço. Ao considerar o contexto periurbano, a horizontalização emerge como um fenômeno associado à expansão urbana em direção às áreas rurais, caracterizado pela ocupação e uso horizontal da terra. Esse processo promove a diversificação de atividades e a inclusão de distintos estratos sociais, o que, por sua vez, pode ampliar as disparidades socioeconômicas e espaciais. A análise conjunta da diferenciação socioespacial e da horizontalização no espaço periurbano é fundamental para compreender as dinâmicas e desafios enfrentados nessa área de transição

O conceito de diferenciação socioespacial fornece importantes subsídios teórico-metodológicos para a análise do espaço periurbano, uma vez que este se caracteriza por uma faixa de transição, de mudança, e, portanto, de diferenciação dos conteúdos e das formas. Já a horizontalização, refere-se ao padrão de expansão urbana que se desenvolve lateralmente, ao longo do território, em contraste com o crescimento vertical das áreas urbanas. Esse fenômeno é caracterizado pela ocupação e dispersão do tecido urbano em direção às áreas rurais adjacentes, abrangendo, muitas vezes, vastas extensões territoriais. A horizontalização representa um dos principais mecanismos que impulsionam a periurbanização,

gerando transformações significativas na estruturação do espaço periurbano e nas dinâmicas territoriais. A expansão horizontal permite que as cidades se expandam para áreas rurais adjacentes que geralmente têm mais terras disponíveis e, muitas vezes, com preços mais acessíveis do que em áreas urbanas consolidadas. Isso atrai investidores imobiliários e pessoas que procuram opções de moradia mais amplas. A horizontalização permite a conversão de áreas rurais em uso urbano, o que pode ser favorecido por mudanças nas políticas de zoneamento ou pressões do mercado para a expansão das cidades.

Diversos autores têm investigado o tema da horizontalização e suas implicações na geografia urbana. A contribuição de Manuel Castells (1983) trouxe à tona o conceito de "espraiamento urbano" como um componente central do processo de horizontalização, enfocando as dinâmicas de expansão das cidades em direção às áreas rurais. Em suas análises, Castells destacou a importância das relações sociais e econômicas subjacentes ao crescimento urbano horizontal, abordando os impactos da expansão no espaço rural e a formação de novas estruturas socioespaciais nas periferias urbanas.

Outro autor relevante para o estudo da horizontalização é David Harvey (1980), cujas investigações sobre a dinâmica capitalista e a produção do espaço destacaram os padrões de crescimento das cidades como reflexo das necessidades do capital. Harvey examinou o processo de expansão urbana horizontal como uma estratégia de acumulação de capital imobiliário e de territorialização do espaço, identificando suas conexões com a lógica de valorização e segregação socioespacial.

Já em uma perspectiva mais voltada ao contexto brasileiro, Carlos Roberto Monteiro de Andrade (1996) trouxe contribuições importantes para a compreensão da horizontalização nas cidades brasileiras. Por meio de estudos de caso, Andrade analisou os padrões de crescimento urbano em diferentes regiões do país, abordando as transformações na estrutura urbana e a expansão dos limites territoriais das cidades em direção ao espaço rural.

Esses e outros estudiosos têm desempenhado um papel crucial no desenvolvimento do conceito de horizontalização, fornecendo análises teóricas e empíricas que elucidam as dinâmicas espaciais e socioeconômicas subjacentes a esse fenômeno. Compreender a horizontalização é essencial para uma análise abrangente dos processos de periurbanização e suas consequências no contexto das cidades médias.

Contudo, estudar o processo de horizontalização pressupõe um olhar para as diferenciações sociais, econômicas e das formas presentes no espaço. “Sem diferenciação sócio-espacial não haveria Geografia nem as demais ciências sociais, tais como hoje nós as definimos. Em realidade, a diferenciação sócio-espacial é necessária e inevitável, parte integrante da ação humana.” (Corrêa, 2007, p. 62). Nesse contexto, diversos autores têm contribuído para a compreensão dessa abordagem teórica.

Henri Lefebvre é um dos pensadores fundamentais na discussão da Diferenciação Socioespacial. Em sua obra "O Direito à Cidade", publicada originalmente em 1968, Lefebvre enfatiza a produção social do espaço urbano e destaca como as relações de poder e as desigualdades sociais se refletem na configuração do território. Ele ressalta que as cidades são palco de lutas e conflitos, onde diferentes grupos buscam a apropriação e a redefinição do espaço urbano. Tratando mais especificamente sobre a cidade e o campo, ou espaço periurbano (o qual o autor denomina rurano), Lefebvre (2001, p. 75) diz que:

se denomina com isso uma confusão generalizada, com o campo se perdendo no seio da cidade, com a cidade absorvendo o campo e perdendo-se nele [...] os geógrafos encontraram, para designar essa confusão, um neologismo, feio, porém significativo: o rurano.

Sendo assim, Lefebvre trata sobre um fenômeno espacial que ele descreve como uma "confusão generalizada" entre o campo e a cidade, resultando em um processo no qual o espaço rural se perde no contexto urbano, e, inversamente, a cidade se perde ao adentrar o espaço rural. Essa convergência ambígua de características urbanas e rurais leva os geógrafos a cunharem o neologismo "rurano", um termo que, embora possa soar desagradável, é carregado de significado, sintetizando essa fusão e complexidade entre as dinâmicas urbanas e rurais.

A ideia de rurano traz consigo a concepção de que o espaço geográfico, antes marcado por fronteiras nítidas entre rural e urbano, agora apresenta-se como uma realidade fluida e em constante transformação. Esse fenômeno evidencia a interdependência e a interação entre as áreas rurais e urbanas, onde características típicas de ambas as esferas se entrelaçam. Assim, as “paisagens ruranas” revelam-se como zonas híbridas, onde elementos agrícolas e urbanos coexistem e se

redefinem mutuamente. Portanto, pode-se traçar um paralelo entre o termo utilizado pelo referido autor – rurbano – e o que pode ser tratado como periurbano

Para a Geografia, a noção de rurbano (periurbano) torna-se um conceito valioso para a compreensão das mudanças socioespaciais contemporâneas. Esse neologismo enfatiza a necessidade de superar visões dicotômicas e abordagens isoladas entre o rural e o urbano. O estudo do rurbano torna-se relevante para analisar os processos de urbanização difusa, a expansão urbana para áreas rurais, a agricultura periurbana, a presença de serviços urbanos no campo e a reconfiguração dos modos de vida das populações rurais.

A compreensão do periurbano como uma categoria analítica auxilia os geógrafos na análise de como as dinâmicas globais, as transformações na economia, os fluxos migratórios e as políticas territoriais moldam essas áreas de transição. Dessa forma, a abordagem periurbana fornece subsídios para o desenvolvimento de estratégias de planejamento territorial mais integradas e sustentáveis, considerando as particularidades dessas regiões e promovendo uma visão mais ampla e articulada da complexidade do espaço geográfico contemporâneo.

Milton Santos, outro autor de destaque, contribuiu significativamente para a compreensão da Diferenciação Socioespacial em suas obras, como "Por uma Geografia Nova" (1978). Santos enfatiza a importância de se considerar a dimensão humana e social na análise geográfica, enfocando a valorização do espaço pela ação humana e as relações de poder que configuram as paisagens urbanas.

Para Santos (1978), a diferenciação socioespacial vai além da simples divisão entre áreas urbanas e rurais, pois é uma abordagem que considera as diversas formas de produção do espaço em diferentes escalas. Ele destaca que as desigualdades socioeconômicas e culturais são refletidas na organização espacial, e que essas diferenças não estão apenas relacionadas às questões de renda e classe social, mas também aos padrões de segregação, acessibilidade, infraestrutura e oferta de serviços.

Ao estudar como os diferentes grupos sociais utilizam e organizam o espaço, a geografia contribui para a compreensão das desigualdades, da segregação e das interações que ocorrem dentro de uma determinada região. A diferenciação dos espaços pode ser compreendida como a divisão do território em áreas distintas, cada uma com características e funções específicas que refletem os padrões de

apropriação e uso pelos diferentes agentes sociais. Conforme Ana Fani Alessandri Carlos (2007, p. 46),

historicamente, a Geografia tem se colocado como objetivo explicar o espaço (entendido, por muitos, como a superfície terrestre) a partir da prática dos homens e de sua repartição criando uma vasta gama de áreas diferenciadas. Brunet (1986, p. 300) afirma que o objeto particular do geógrafo é analisar o processo de funcionamento, de organização e diferenciação dos espaços; nesse sentido, “produzir o espaço é ao mesmo tempo diferenciar e organizar”. Diferenciação e organização do espaço, para o Autor, serviriam à reprodução social.

Além disso, a organização do espaço refere-se ao arranjo e à estruturação dos elementos geográficos, considerando como as atividades humanas se relacionam com a natureza e entre si. Essa organização pode ser influenciada por fatores culturais, econômicos e políticos, e tem impacto direto na reprodução social, ou seja, na perpetuação das relações sociais e das formas de vida em uma determinada sociedade.

Assim, o entendimento do processo de produção do espaço geográfico envolve a análise da relação entre diferenciação e organização, ou seja, como a diversidade de usos e funções do espaço é organizada e estruturada de forma a atender aos interesses e necessidades dos diferentes atores sociais. Compreender essa relação é essencial para a Geografia, pois permite a análise crítica das dinâmicas espaciais e dos desafios sociais e ambientais que surgem no contexto das transformações territoriais. A produção do espaço é, portanto, uma chave para a compreensão das complexidades do mundo contemporâneo e das interações entre sociedade e ambiente.

Carlos (2007, p. 49) apresenta, ainda, uma perspectiva essencial na Geografia, destacando a espacialização da prática social e a intrínseca relação entre ação, espaço e tempo, ocorrendo em múltiplas escalas a partir do plano local. No contexto urbano, segundo a autora, essa relação se manifesta como a justaposição entre a morfologia social, que é influenciada pela diferenciação de classes na sociedade, e a morfologia espacial, que é produzida pelas distintas formas e modos de acesso aos espaços de vida através do uso.

Nessa abordagem, a Geografia reconhece que todas as ações humanas ocorrem em um contexto espacial específico e estão interligadas ao tempo, criando um vínculo inseparável entre a sociedade e o espaço. As práticas sociais, como as

interações econômicas, políticas e culturais, se desdobram em lugares particulares e se moldam por características locais e regionais.

Dentro do ambiente urbano, a interação entre a diferenciação social e a morfologia espacial é evidente. A diferenciação social reflete as desigualdades de classe e os padrões de segregação, contribuindo para a formação de áreas com diferentes níveis de acesso a recursos, serviços e oportunidades. Por sua vez, a morfologia espacial é moldada pelas formas físicas da cidade e pela distribuição dos usos da terra, influenciando diretamente a acessibilidade e a utilização dos espaços urbanos.

Essa análise da espacialidade das práticas sociais e suas consequências nas morfologias sociais e espaciais é essencial para compreender a dinâmica urbana e suas implicações socioeconômicas e ambientais. A Geografia contribui para desvelar as relações complexas entre as ações humanas e o espaço, proporcionando um olhar crítico sobre os processos urbanos e subsidiando abordagens integradas para o planejamento e a gestão urbana, considerando a justiça espacial e a equidade como pilares fundamentais.

A relação entre o conceito geográfico de diferenciação socioespacial e periurbanização é intrínseca e desempenha um papel fundamental na compreensão dos processos urbanos contemporâneos. Ambos os conceitos estão estreitamente relacionados e são essenciais para analisar as transformações territoriais que ocorrem nas áreas periurbanas.

A diferenciação socioespacial refere-se às desigualdades sociais e espaciais que caracterizam as cidades e regiões urbanas. Ela enfatiza a distribuição desigual de recursos, oportunidades, infraestrutura, serviços e condições de vida entre diferentes grupos sociais dentro do espaço urbano. A diferenciação socioespacial abrange questões como segregação residencial, acesso a emprego e educação, disponibilidade de serviços públicos e qualidade do ambiente construído. Ela pode resultar em áreas segregadas e desiguais, onde diferentes grupos têm acesso a níveis variados de recursos e oportunidades.

Corrêa (2007, p. 67) destaca a diferenciação socioespacial observada em uma escala cartográfica intermediária, especialmente relacionada à urbanização e ao seu espraiamento, resultando em extensas e complexas formas, como a cidade dispersa. Essa perspectiva se alinha com importantes discussões na Geografia Urbana, nas

quais a diferenciação socioespacial é analisada como um fenômeno intrínseco ao processo de urbanização e expansão urbana.

A cidade dispersa, mencionada por Corrêa, é um conceito que remete à expansão urbana não apenas em áreas contíguas, mas também ao longo de fragmentos e vazios do território, resultando em uma configuração urbana difusa e heterogênea. Essa expansão dispersa está relacionada a diversos fatores, como políticas públicas de desenvolvimento urbano, especulação imobiliária, infraestrutura viária e preferências habitacionais da população. Dessa forma, a cidade dispersa é caracterizada pela formação de áreas urbanizadas que se intercalam com espaços não urbanizados, criando uma paisagem urbana fragmentada e com diferentes níveis de acessibilidade e infraestrutura.

Nesse contexto, outros autores contribuem para a compreensão da diferenciação socioespacial em escalas intermediárias e suas implicações para a configuração das cidades. Manuel Castells, em sua obra "A Questão Urbana" (1983), ressalta a importância do processo de urbanização dispersa e fragmentada no contexto das cidades globais. Ele enfatiza como a expansão urbana desigual contribui para a segregação e a segregação socioespacial, onde grupos sociais mais favorecidos ocupam áreas privilegiadas, enquanto populações de baixa renda são empurradas para as periferias.

David Harvey, em "A Condição Pós-Moderna" (1992), discute a expansão desigual do espaço urbano e as mudanças na produção e consumo do espaço. Ele analisa como a globalização e o capitalismo influenciam a organização do espaço, resultando em diferenciações socioespaciais acentuadas nas cidades. Harvey também aborda como a cidade dispersa e fragmentada pode levar a uma fragmentação da experiência urbana, dificultando o senso de comunidade e pertencimento.

A contribuição de autores como Corrêa, Castells e Harvey é essencial para uma visão mais abrangente e crítica dos processos urbanos, subsidiando o desenvolvimento de políticas públicas que promovam cidades mais inclusivas, equitativas e sustentáveis.

Castells (1983 p. 182) também diz que "o espaço urbano é estruturado, quer dizer, ele não está organizado ao acaso." Ele enfatiza que o espaço urbano não é um cenário caótico e aleatório, mas sim uma estrutura organizada que reflete as dinâmicas sociais, econômicas e políticas presentes na cidade. Essa perspectiva

ressalta a importância de compreender o espaço urbano como resultado de processos complexos de estruturação e produção, em vez de ser considerado como uma mera consequência aleatória das atividades humanas.

Nessa visão, o espaço urbano é fruto das interações sociais e das relações de poder presentes na cidade. A organização do espaço reflete a ação de diferentes atores sociais, como governos, empresas, comunidades locais e indivíduos, que buscam utilizar e moldar o ambiente urbano de acordo com seus interesses e necessidades. Assim, o espaço urbano é um produto da história e da geografia da cidade, moldado por processos de acumulação de capital, planejamento urbano, segregação socioespacial, entre outros.

O conceito de estruturação do espaço urbano, abordado por Castells, é importante para a compreensão das diferenciações socioespaciais e das formas de segregação presentes nas cidades. A estruturação do espaço influencia na distribuição desigual de recursos, serviços e oportunidades, resultando em áreas com diferentes graus de desenvolvimento e acessibilidade. A organização espacial também pode refletir as desigualdades de classe, gênero, raça e outros aspectos sociais, influenciando na formação de territórios com características distintas.

De acordo com o mesmo autor:

[...] o estudo da estrutura urbana deve ser conduzido em dois planos: trata-se, por um lado, de elaborar instrumentos teóricos suscetíveis de apreender o concreto-real de uma maneira significativa e, por outro lado, de utilizar estes instrumentos numa sucessão descontínua de análises particulares visando a dados fenômenos (Castells, 1983, p. 182).

Sendo assim, ele ressalta a importância de conduzir o estudo da estrutura urbana em dois planos complementares. Em primeiro lugar, é fundamental desenvolver instrumentos teóricos que possibilitem apreender a realidade concreta da cidade de forma significativa. Isso implica a construção de conceitos, modelos e abordagens teóricas que sejam adequados para analisar a complexidade do espaço urbano e as relações sociais nele presentes.

Em segundo lugar, é necessário utilizar esses instrumentos teóricos de maneira pragmática, realizando análises específicas e detalhadas de fenômenos urbanos particulares. Esse enfoque destaca a importância de investigar empiricamente a cidade, coletando dados e informações concretas para embasar as análises teóricas. Ao combinar a elaboração teórica com a análise empírica, é possível obter um

entendimento mais aprofundado e abrangente da estrutura urbana e de suas dinâmicas.

A abordagem proposta por Castells reflete uma postura metodológica que valoriza a interação entre teoria e prática, buscando a construção de conhecimento sólido e relevante para o estudo da cidade. Já a abordagem de Harvey enfatiza a necessidade de compreender as dinâmicas urbanas como produtos das contradições sociais e do conflito de interesses presentes na cidade. Assim como Castells, Harvey defende uma análise que articule a teoria com a empiria, utilizando métodos e ferramentas conceituais para desvendar as complexidades do espaço urbano.

### 2.3 ESPAÇO PERIURBANO: DEFINIÇÕES E MODELOS ESPACIAIS

A periferia urbana pode ser entendida em seu sentido literal: a de borda, por estar afastada do centro de uma área urbanizada. Esta região das cidades é o palco do crescimento urbano horizontal, espaço onde há uma transição de terra rural para terra urbana. Estes lugares têm recebido diferentes nomes, por diferentes pesquisadores, que se referem a um mesmo fenômeno que ocorre em áreas de todo o mundo e com processos e agentes causadores também diferentes.

Dentre os conceitos utilizados a nível global, estão: *continuum urbano-rural*, *peri-urban interface*, *semi-urbano*, *zonas urbano-rurais*, *coroas periurbanas*, *periferias expandidas*, *franja urbano-rural*, *subúrbio* e *periferia urbano-rural* (Corrêa 1986; Pereira 2013). Apesar dos esforços investigativos empreendidos, nota-se uma lacuna no estabelecimento concludente de uma definição abrangente para o conceito de "periferia urbana", bem como na citação de uma fonte original a respeito desse termo. Contudo, constata-se a disseminação e incorporação da terminologia, que é tratada como uma categoria substantiva ou fenômeno geográfico na literatura especializada. De todo modo, tais nomenclaturas exprimem o produto (espaço periurbano) de um processo: a periurbanização.

Para a identificação do processo de periurbanização, é válido observar algumas caracterizações feitas por diferentes estudiosos do tema acerca do que é o espaço periurbano. Estas análises qualitativas possibilitam a identificação destes espaços mesmo em cidades com estruturações socioespaciais distintas, conforme evidenciado por Pereira (2013) ao realizar um levantamento sobre a existência da periurbanização em países da África, Ásia, Europa e América.

Para Corrêa (1986, p. 70) o espaço periurbano:

trata-se de uma faixa periférica que, a cada momento que se considera inclui:  
a) áreas que se acham urbanizadas e nos limites do espaço urbano contínuo;  
b) áreas onde a urbanização ainda é incipiente, coexistindo com áreas de agricultura, ora intensiva, ora extensiva, ou então marcada por uma forte esterilização.

De acordo com Souza (2005, p. 27), “a faixa de transição (rural-urbana) é chamada entre os geógrafos anglo-saxões de franja urbana-rural, e, entre os franceses, comumente, de espaço periurbano”. Optou-se, neste estudo, por filiar-se à esta última terminologia. O periurbano configura-se como uma categoria espacial-temporal resultante do fenômeno da periurbanização, sendo caracterizada pela notável heterogeneidade de formas, usos e conteúdos sociais.

Miranda (2008) enfatiza a existência de uma bibliografia clássica voltada à temática periurbana, cujos principais registros podem ser encontrados em Wehrwein (1942), Lively (1953), Golledge (1960), Pahal (1962), Pryor (1971) e Kayser (1990). A autora destaca, adicionalmente, a pioneira sistematização realizada por Thomas Lynn Smith no início do século passado, conferindo-lhe uma significativa contribuição conceitual. De acordo com Smith, citado por Miranda (2008, p. 28), as áreas periurbanas caracterizam-se por estarem localizadas próximas aos limites administrativos da cidade.

Ainda segundo Miranda (2008, p.29), os pesquisadores em questão deram ênfase a diversos aspectos, tais como a demarcação das franjas urbanas, os padrões de deslocamentos pendulares, a conversão de terras agrícolas em áreas urbanas, a degradação das terras agricultáveis e as estratégias adotadas pelos proprietários de terras e pelos promotores imobiliários. Embora a maioria dessas investigações se aplique à realidade europeia, a qual difere da nossa, esses estudos fornecem indícios relevantes para a compreensão dos contextos rural-urbanos no cenário brasileiro. Conforme a autora, o cenário investigativo abordado por esses autores proporciona subsídios importantes para elucidar as dinâmicas e transformações que ocorrem nos espaços rurais e urbanos brasileiros. Ademais, abre caminho para a contextualização e adaptação de tais conhecimentos à realidade específica do território nacional, possibilitando o avanço das pesquisas e o enriquecimento do campo acadêmico da geografia urbana no Brasil.

Sendo assim, espaços periurbanos são tratados como zonas de transição, onde coexistem tanto lógicas urbanas quanto rurais, chamando a atenção para a

ruralidade ainda presente nestes locais. Diferente de Corrêa (1986), Pereira et al. (2008, p. 111) enxergam estes espaços como uma “organização caótica”, onde se encontram

[...] áreas habitacionais desqualificadas, com standards urbanísticos e de habitação muito abaixo do aceitável; produtos imobiliários de elevado standing e por vezes inovadores (condomínios habitacionais privados, parques tecnológicos e de escritórios, centros comerciais nas suas diversas configurações, parques temáticos, campos de golfe).

Esta constatação traz diferentes usos e formas espaciais existentes no espaço periurbano, evidenciando o forte poder do mercado imobiliário como um dos personagens principais deste processo. Também listando as características do espaço periurbano, Pereira (2008, p. 111) menciona a

[...] rápida alteração; difusão de elementos urbanos cercados por paisagens rurais; preferência pela instalação de grandes equipamentos urbanos (aeroporto, shoppings, parques industriais, grandes condomínios); atratividade para estabelecimento de moradias de classe solváveis, por conta de amenidades, e, ao mesmo tempo, de classes pobres, por conta dos baixos preços dos terrenos, ou maior presença de um mercado informal; conformação de riscos socioambientais próprios a partir da singularidade propiciada pela interação de elementos urbanos e rurais justapostos.

Miranda (2008, p. 29) organizou as reflexões sobre as áreas periurbanas em dois blocos distintos, onde

i) no primeiro foram resumidas as abordagens que observaram as áreas de transição rural-urbana como decorrentes da expansão urbana e ofereceram metodologias para classificar a configuração espacial das áreas rurais; ii) no segundo, reuniram-se as abordagens que caracterizam as áreas de transição rural-urbana enquanto resultado de práticas espaciais para a transformação do solo rural em urbano.

No primeiro grupo, a autora enquadrou as obras de Pryor (1971), Bryant, Russwurm y McLellan (in Binimelis, 2000) e Carter (1974), Nicole Mathieu (in: Asensio, 2005), Kayser (1990), Asensio (2005), as quais, segundo ela, “ressaltam os processos [...] tais como a descentralização industrial, a favelização, e também os problemas consequentes da falta de controle urbano, das subversões fiscais, entre outros”.

A revisão e análise desses modelos revela-se de grande pertinência, pois oferecem uma referência orientadora para a concepção de novos modelos interpretativos da realidade. Embora originados a partir de contextos de países desenvolvidos, tais abordagens fornecem indícios e metodologias propícias à

formulação de um modelo que possa traduzir adequadamente a dinâmica periurbana de uma cidade média brasileira.

Pryor (1968, p. 232), em um dos estudos clássicos que tratam do tema, afirma que os espaços periurbanos são uma

[...] zona de transição de usos do solo e características sociodemográficas que se localiza entre: (a) as áreas contraídas entre as áreas urbanas e suburbanas da cidade central, e (b) a hinterlândia rural, caracterizada pela ausência quase completa de serviços públicos, zoneamento desordenado, extensão em áreas (contíguas aos limites administrativos da cidade central), e aumento real e potencial da densidade populacional dos distritos rurais circundantes (porém, inferior ao da cidade central). Estas características podem se diferenciar setorialmente e se modificar com o tempo".

Desta forma, o autor, baseado em diversos estudos de caso, caracterizou a franja urbana como sendo um local onde ocorre maior densidade e ritmo de crescimento demográfico, além de maior ritmo das transformações da terra rural em urbano. Também, caracteriza a franja rural, que é contígua a franja urbana, pela sua permanência, tanto econômica quanto política, resistindo às transformações diretas da urbanização.

A partir do modelo produzido por Pryor, Binimelis (2000, p.38) observa que Bryant, Russwrm e McLellan sugerem uma nova classificação para as coroas periurbanas. Miranda (2008, p. 31) explica que estes autores

reinterpretam e ampliam o modelo ao considerarem os efeitos dos processos de periurbanização e contraurbanização, que expandem os limites da cidade para o entorno rural ou, ao contrário, criam uma cidade-região. Esse modelo considera as características da urbanização recente, patrocinada pelos recursos da pós-industrialização (mobilidade, acessibilidade, melhoria das tecnologias de comunicação, ampliação das possibilidades de lazer, terceirização dos serviços). Faz uma relação inversa entre concentração da população e área ocupada, ou seja densidade.

As características deste modelo estão sistematizadas no

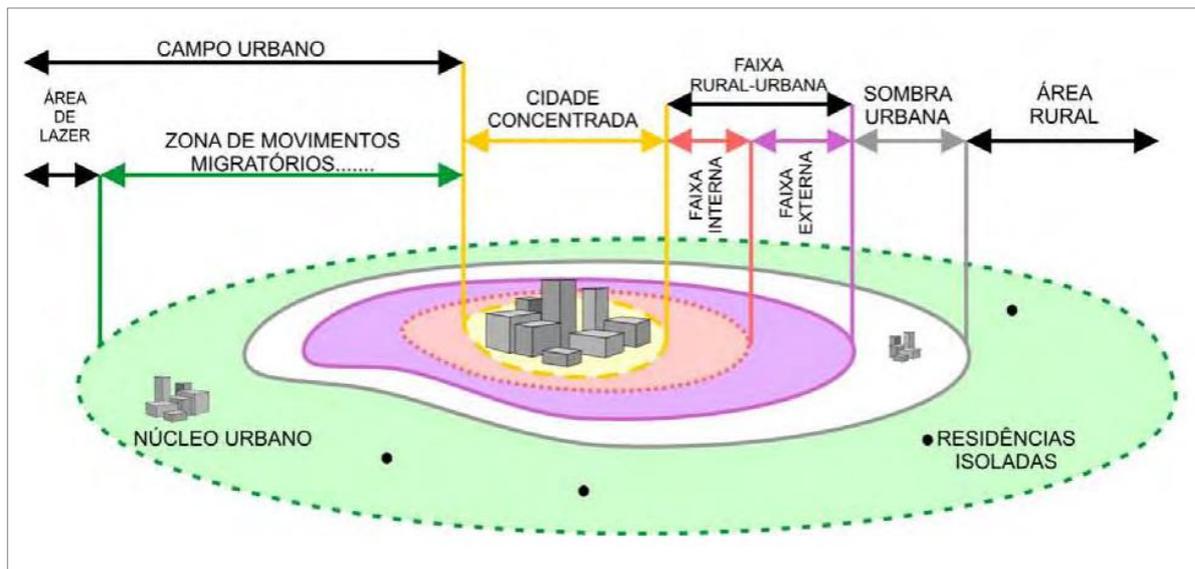
Quadro 1 e representadas na Figura 2.

Quadro 1 – Características do modelo de Bryant, Russwurm y McLellan

TIPOS	CARACTERÍSTICAS	
Cidade concentrada	Concentra entre 75% e 90% da população em apenas 5% do território.	
O campo urbano Cidade dispersa	Concentra 10% a 15% da população em 95% do espaço.	
Franja urbana	Interna	A transformação da terra rural em urbana é dinâmica e avançada (frentes de urbanização)
	Externa	Com um claro domínio dos usos rurais na paisagem, mas apresenta elementos urbanos, como usos residenciais e perímetros legais.
Sombra urbana	Fraca presença de elementos urbanos na paisagem, apresenta usos residenciais não-agrícolas e movimentos pendulares para a cidade	
Hinterlândia Rural	A influência urbana é inversamente proporcional à distância do núcleo central e diretamente proporcional ao seu tamanho.	

Fonte: Adaptado de Miranda (2008, p. 31).

Figura 2 – Características do modelo de Bryant, Russwurm y McLellan



Fonte: Adaptado de Miranda (2008, p. 31).

O modelo proposto por Bernard Kayser (1990, p. 28) em sua obra intitulada *La renaissance rurale - Sociologie des campagnes du monde occidental* oferece uma contribuição relevante para a compreensão de um modelo esquemático do espaço periurbano. Sua obra aborda de forma consistente a estrutura e dinâmica das áreas de transição entre o meio urbano e o rural, fornecendo um arcabouço analítico importante para a compreensão dos complexos presentes nesses espaços limítrofes.

Ao integrar suas perspectivas com outras abordagens teóricas, é possível enriquecer significativamente o conhecimento sobre a realidade periurbana e suas características distintas em diferentes contextos urbanos (Kayser, 1990, p. 29).

Kayser (1990, p. 30) traçou três coroas periurbanas, cada uma com características específicas. A primeira coroa periurbana é a "coroa de valorização". Nessa área, a urbanização é intensa, e é onde se concentram os empreendimentos imobiliários, os condomínios residenciais de alto padrão, os centros comerciais e os equipamentos de lazer e serviços mais modernos. A "coroa de valorização" é caracterizada por um ambiente urbano sofisticado e de alto status socioeconômico, atraindo moradores e empresas que buscam infraestruturas de qualidade e uma maior proximidade com as atividades e serviços urbanos. Essa área também costuma apresentar uma maior densidade populacional e uma forte segregação socioespacial, com espaços de grande valorização e áreas mais periféricas com infraestruturas precárias (Kayser, 1990, p. 31).

A segunda coroa periurbana é a "coroa de desvalorização", caracterizada por um ambiente de transição mais evidente entre o rural e o urbano. Nessa área, a urbanização é mais consolidada, e a presença de infraestruturas e serviços urbanos é mais significativa. No entanto, também é possível observar espaços vazios, terrenos subutilizados e áreas degradadas, muitas vezes resultado de processos de especulação imobiliária ou de planos urbanísticos mal executados. A "coroa de desvalorização" é marcada por uma certa falta de planejamento e regulação urbana, o que pode levar à expansão urbana desordenada e aos problemas socioambientais.

Por fim, a terceira coroa periurbana é a "coroa rural", é a mais próxima do meio rural. Nessa área, a presença de atividades agrícolas ainda é marcante, e é possível encontrar extensas áreas de terras cultivadas e explorações agropecuárias. A "coroa rural" geralmente experimenta pressão de expansão urbana, o que pode resultar em conflitos relacionados ao uso da terra e à especulação imobiliária.

O modelo de Kayser (1990) permite uma análise detalhada das características de cada coroa periurbana, fornecendo uma compreensão mais ampla e contextualizada dos espaços limítrofes entre o meio urbano e o rural. É importante notar que essas coroas não são estáticas e podem sofrer ao longo do tempo, refletindo os processos sociais, psicológicos e psicológicos que moldam o espaço urbano periurbano.

A abordagem de Kayser também contribui para a identificação de padrões comuns e específicos locais em diferentes contextos urbanos, permitindo uma análise comparativa e uma formulação mais adequada de políticas e estratégias de planejamento para cada coroa periurbana. Além disso, a compreensão das características de cada coroa é fundamental para a mitigação de problemas como a expansão desordenada das cidades, a degradação ambiental e a desigualdade socioespacial, permitindo uma gestão mais eficiente e sustentável dos espaços periurbanos (Kayser, 1990).

Segundo Miranda (2008, p.32)

na classificação proposta por Bernard Kayser o impacto da influência dos grandes centros urbanos nos espaços rurais é o principal elemento de observação. [...] O autor adverte sobre a racionalidade e a simplificação das metodologias classificatórias, pois a sua aplicação não permite uma delimitação mais precisa dos espaços periurbanos.

O modelo proposto por Kayser, como mencionado por Miranda (2008), apresenta uma abordagem relevante para a compreensão das coroas periurbanas, oferecendo a possibilidade de criar um *buffer*<sup>1</sup> com pelo menos três planos distintos. Esses planos permitem uma análise mais aprofundada da interface entre o meio urbano e o rural, reconhecendo a complexidade e a diversidade de fenômenos que ocorrem nessas áreas limítrofes. Conforme Miranda (2008, p. 33), Kayser desenvolve sua metodologia esclarecendo os limites entre a 2ª e 3ª coroa periurbana baseando-se em um conjunto de três variáveis, a saber:

i) Situação e características da agricultura (tradicional, capitalista ou marginal) e a densidade do povoamento (concentrada ou dispersa), além do acesso dessa população a equipamentos básicos; ii) Grau de urbanização, volume das novas construções, nível socioeconômico dos proprietários e características do mercado do solo; iii) Papel dos agricultores e dos outros grupos sociais na gestão municipal; ações frente à urbanização e aos diferentes grupos sociais; planejamento e aplicabilidade de medidas de controle no processo de urbanização.

Ou seja:

1. *Situação e características da agricultura*: essa variável destaca a importância de considerar o tipo de agricultura praticada na região periurbana, que pode variar entre tradicional, capitalista ou marginal. Além disso, a densidade populacional, seja concentrada ou dispersa, e o acesso da população rural a

---

<sup>1</sup> Uma área de distância especificado em torno de uma ou mais feições

equipamentos básicos também são levados em conta. Esses elementos são cruciais para entender como a atividade agrícola e a ocupação da terra se relacionam com a urbanização nas áreas de transição.

2. *Grau de urbanização e características do mercado de terra:* Nesta variável, Kayser destaca o símbolo do grau de urbanização na região periurbana, incluindo o volume de novas construções e o nível socioeconômico dos proprietários de terra. O mercado de terra também é considerado, indicando como as forças de oferta e demanda influenciam a dinâmica do espaço periurbano, especialmente em termos de uso da terra e valorização imobiliária.

3. *Papel dos agricultores e dos outros grupos sociais na gestão municipal e no planejamento:* Essa variável se concentra nas responsabilidades entre os grupos sociais presentes na região periurbana e suas ações diante da urbanização. O papel dos agricultores é destacado, assim como o das demais comunidades e grupos sociais que participam da gestão municipal e das medidas de controle no processo de urbanização. Essa perspectiva analítica busca entender como as diferentes vozes e interesses se manifestam na configuração do espaço periurbano e no planejamento urbano.

Com base nessas três variáveis, o modelo de Kayser fornece uma estrutura analítica que pode sinalizar um ponto de partida para mapear e compreender a complexidade dos espaços periurbanos, uma vez que permite identificar características distintas em cada camada, ressaltando a heterogeneidade dessas áreas e reconhecendo a importância de uma abordagem contextualizada para o estudo da periurbanização. Sem embargo, a análise geográfica desse processo pode ser enriquecida considerando os elementos e hipóteses a seguir:

1. *Grau de compactação da cidade:* É provável que cidades mais dispersas, com menor densidade urbana, apresentem maior heterogeneidade em sua franja urbana. A baixa densidade pode resultar em maior disponibilidade de terras e menor controle urbano sobre a expansão, permitindo uma maior diversidade de usos e ocupações na área periurbana.

2. *Presença/ausência de terras produtivas e com grandes lavouras:* A existência de terras produtivas no entorno da cidade pode influenciar a diferenciação socioespacial do espaço periurbano. A presença de atividades agrícolas pode coexistir com áreas residenciais, criando um mosaico de usos da terra mais diversificado. Por outro lado, a ausência de terras produtivas pode levar a um maior

interesse na conversão de uso rural-urbano, levando à urbanização e homogeneização do espaço periurbano.

3. *Configuração do relevo no entorno da cidade:* A presença de elementos físicos como linha de costa, morros ou pântanos pode, de fato, influenciar a diferenciação espacial do espaço periurbano. Esses elementos podem restringir ou direcionar a expansão urbana, levando a padrões específicos de ocupação.

4. *Grau de densidade/modernização da malha rodoviária:* Cidades com uma malha rodoviária densa e moderna tendem a apresentar maior dispersão urbana, o que pode acentuar a heterogeneidade do espaço periurbano. O fácil acesso a partir de uma malha rodoviária desenvolvida pode levar à proliferação de novos loteamentos, condomínios, chácaras e subúrbios nas áreas rurais adjacentes.

5. *Porte da própria cidade foco de análise:* É provável que cidades maiores apresentem uma maior tendência de conformação de um espaço periurbano mais diferenciado. Cidades de maior porte tendem a ter uma demanda mais diversificada por uso da terra e uma maior capacidade de atração de investimentos imobiliários, o que pode levar à formação de bairros de alto padrão, condomínios de luxo, áreas industriais e cinturões verdes para atendimento alimentar da cidade.

Em suma, a análise geográfica da periurbanização requer a consideração de múltiplos fatores, como a densidade urbana, a presença de atividades agrícolas, a configuração do relevo, a infraestrutura rodoviária e o porte da cidade em estudo. Esses elementos podem interagir e influenciar a diferenciação espacial do espaço periurbano, resultando em paisagens e usos da terra variados e dinâmicos ao redor das cidades.

### **3 CHAPECÓ: BASES HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS DA URBANIZAÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO**

Neste capítulo, exploramos as dinâmicas que moldaram a configuração territorial e urbana de Chapecó. Mergulhamos inicialmente nas raízes históricas e nos processos geográficos que influenciaram a formação e evolução do espaço urbano chapecoense, destacando as forças atuantes, desde a ocupação inicial do território por grupos indígenas e caboclos, passando pela chegada de colonizadores e a implementação de políticas de desenvolvimento urbano, até a estruturação atual do espaço chapecoense, guiada por instrumentos legislativos como o Plano Diretor.

Buscou-se, neste capítulo, caracterizar os conteúdos sociais formadores do território chapecoense, os aspectos econômicos que influenciaram a urbanização, findando com uma análise do zoneamento do Plano Diretor de 2014.

#### **3.1 OS PRIMÓRDIOS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL**

A atual configuração territorial de Chapecó é resultante de sucessivas dinâmicas de ordem social e econômica, intrinsecamente vinculadas ao processo histórico de colonização da região onde o município está inserido. Este fenômeno implica, invariavelmente, em uma marcante diferenciação socioespacial, abrangendo estratos de renda distintos nos quais coexistem famílias economicamente desfavorecidas e aquelas de maior poder aquisitivo. Além disso, tal diversificação manifesta-se na composição étnica, englobando grupos indígenas, caboclos e imigrantes descendentes de europeus.

Diante desta complexidade, suscitam-se indagações pertinentes, tais como: "Quais eram os grupos marginalizados que ocupavam as primeiras periferias da urbe, considerando que o espaço urbano foi planejado, implicando, por conseguinte, em pré-requisitos para a aquisição de terras urbanas?". Este questionamento remonta à essência da formação territorial, instigando a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas subjacentes à tessitura do espaço urbano chapecoense.

Torna-se imperativo resgatar, em um primeiro momento, a historicidade da área em questão, mesmo que de forma concisa, uma vez que o período histórico em correlação com o espaço geográfico desempenhou papel crucial no delineamento do modelo de urbanização adotado, além de exercer influência determinante no perfil

demográfico que deu início ao processo de desenvolvimento físico-territorial desta região.

A análise histórica revela a intensidade das disputas pela centralidade na região de Chapecó, evidenciando que, até a sua oficialização como município, o Oeste Catarinense foi cenário de inúmeras contendas territoriais, figurando como um dos últimos territórios a ser incorporado oficialmente pelo Brasil. Caracterizada como uma área remota, os primeiros habitantes atribuídos à região foram os índios Kaingang, que, segundo Back (*apud* Santos, 1973, p. 28), teriam chegado por volta de 5.500 a.C. atravessando o Rio Uruguai. Este dado, longe de ser meramente informativo, assume relevância ao considerar que tais comunidades indígenas se tornariam protagonistas essenciais nos conflitos territoriais contemporâneos da região, desempenhando um papel significativo na configuração territorial do município de Chapecó, que atualmente engloba duas reservas indígenas, aspecto que será detalhado posteriormente.

Em 1641, a região recebeu a visita do primeiro contingente humano não indígena, constituído por bandeirantes paulistas em trânsito para o Rio Grande do Sul. Contudo,

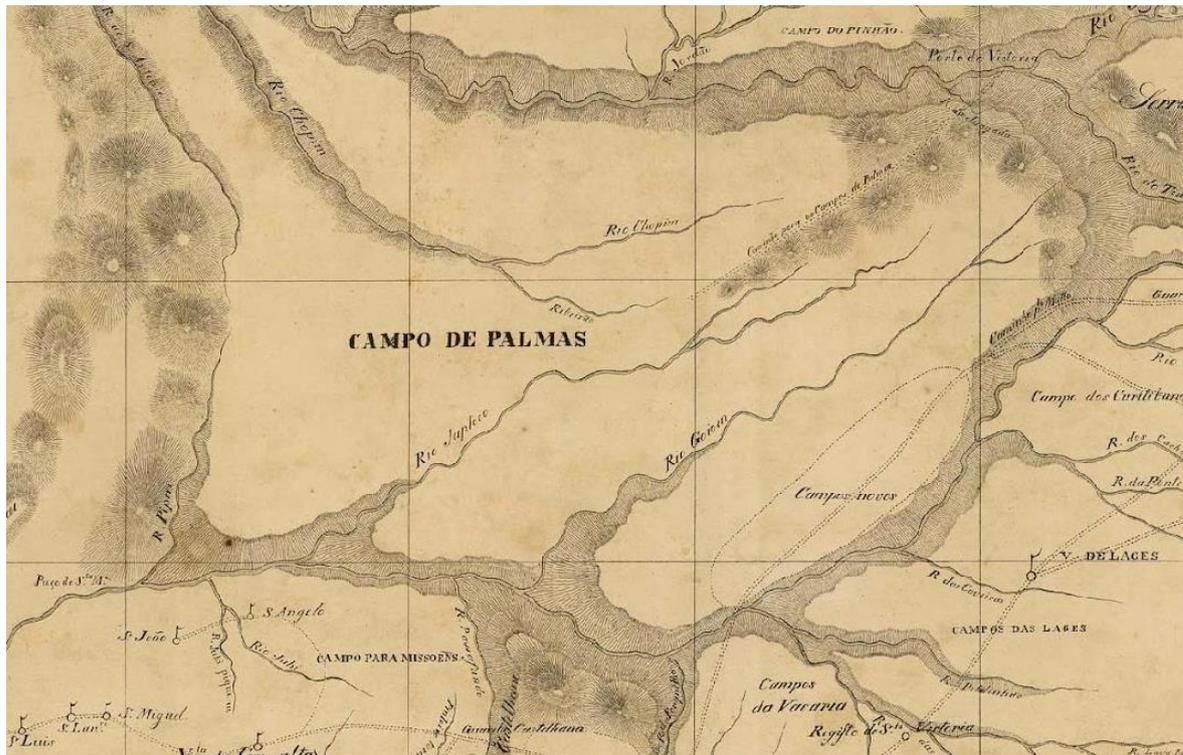
A intersecção da história indígena com a dos colonizadores brancos começa no ano de 1720, quando chegou até o Rio Inhanguera, atual Rio Chapecó, o bandeirante Zacarias Dias Cortes e, mais tarde, em 1736, quando a região teria sido percorrida pelo major José de Andrade Pereira (Rosseto, 1986, p. 258).

Posteriormente, conforme registra Rosseto (1986, p. 258), no intervalo entre 1775 e 1777, uma comissão conjunta, composta por representantes de Espanha e Portugal, esteve na região com o propósito de estabelecer os limites estipulados pelo Tratado de Madri. Nesse contexto, foram identificados os Rios Peperi-Guaçu, o Rio Chapecó e o Rio Jangada como marcos divisórios entre as terras em disputa. Com base nessa informação, torna-se possível delinear o primeiro mapeamento oficial da região, ainda sob o domínio português.

A

Figura 3 apresenta o mapa da região em 1843, onde não havia nenhuma localidade ainda registrada.

Figura 3 – Mapa da região em 1843



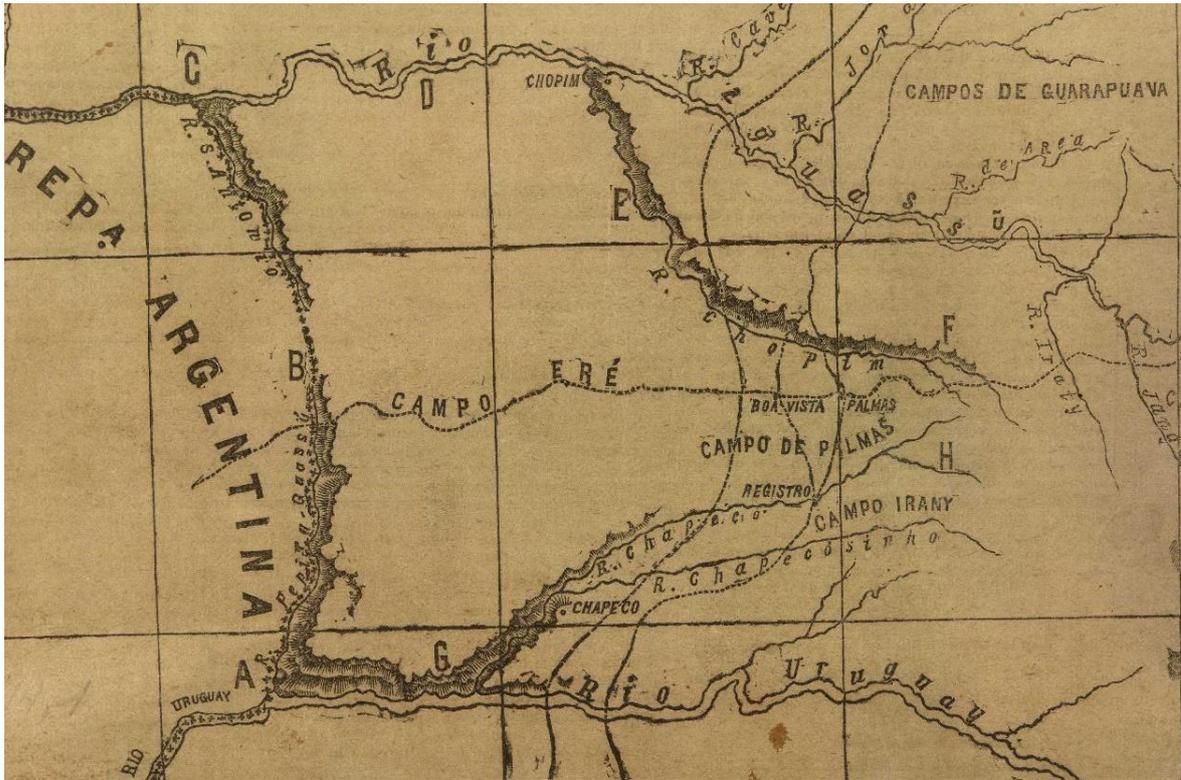
Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Posteriormente, em 1884, desencadeou-se uma disputa territorial entre Brasil e Argentina, a qual foi arbitrada pelos Estados Unidos da América, resultando na concessão definitiva ao Brasil da posse sobre o atual oeste catarinense. Essa região, posteriormente coincidente com os limites do município de Chapecó em seus primórdios, configurou-se como uma área de extensas dimensões, caracterizada por complexidades sociais e conflitos, como será elucidado adiante.

A Figura 4 apresenta um recorte aproximado para o oeste catarinense, de um mapa da região em 1881, onde, em sua versão original, constam os limites pretendidos pela Argentina, e os limites reconhecidos pelo Brasil.

Após integrar o território brasileiro, a região tornou-se objeto de disputa entre os estados do Paraná e Santa Catarina, desencadeando a Guerra do Contestado. Este conflito foi oficialmente encerrado em 1917, por meio da assinatura do acordo de limites, culminando na criação de quatro municípios catarinenses: Joaçaba, Chapecó, Mafra e Porto União. Destarte, pela promulgação da Lei estadual nº 1.147 em 25 de agosto de 1917, o município de Chapecó foi estabelecido, abrangendo praticamente a totalidade do que atualmente se configura como o oeste catarinense, com uma extensão territorial de 14.793 km<sup>2</sup>.

Figura 4 – Mapa da região em 1881



Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Importante destacar que as bases da ocupação territorial e da criação da cidade de Chapecó estão intimamente ligadas a este conflito, e seus conteúdos sociais ao perfil demográfico que ali habitava, de caboclos, e pelas perspectivas vindouras trazidas pelas empresas colonizadoras, que introduziram gaúchos de ascendência europeia na região. Essa constatação adquire relevância, uma vez que lança luz sobre a primeira manifestação de diferenciação socioespacial na área, posteriormente refletida no território pela evidência do perfil sociodemográfico daqueles que viriam a residir nas áreas mais prósperas e centrais, em contraste com os primeiros bairros e regiões periféricas, temas amplamente explorados em estudos como os de Nascimento & Villela (2016) e outros.

Diferentemente do que se convencionou considerar no imaginário popular local, de que os desbravadores desta terra foram os colonizadores gaúchos (excluindo a presença humana já existente na área, de origem indígena),

quando se pesquisa o contingente populacional formador das primeiras comunidades do oeste catarinense, percebe-se uma predominância marcante de luso-brasileiros, pouco conhecidos, aos quais aplica-se hoje a denominação de caboclos (Poli, 1986, p. 150).

Poli (1986) destaca ainda que “esses poucos núcleos caboclos se originaram, basicamente, dos pousos, ao longo da estrada de Palmas às Missões e da exploração dos ervais no período de trânsito das tropas” (Poli, 1986, p. 151), e que “na medida em que o caboclo formava suas comunidades, as empresas colonizadoras encontravam o caminho aberto para penetrar na região e vender as terras já desbravadas.” Contudo, os primeiros conflitos entre caboclos e colonos não se deram com as empresas colonizadoras gaúchas, mas com a instalação da Colônia Militar de Chapecó, localizada no atual município de Xanxerê, criada através do decreto nº 2.502, de 06/01/1859, mas efetivamente instalada somente em 1882, sob poder do Capitão José Bernardino Bormann (Poli, 1986, p. 159).

Poli (1986) narra, em seu estudo, a sucessiva dominação econômica promovida pelos colonos militares. Segundo relato, “os colonizadores, ao chegarem à região, não pediam se o caboclo queria vender a terra, mas afirmavam que ele tinha que vender porque não eram capazes de aproveitá-la e eles precisavam para vendê-la a colonos que poderiam produzir” (p. 162). Em paralelo, o autor destaca que “os colonos da colônia militar eram pobres e sem capital para promover a exploração das riquezas”, e que os ‘grandes’ “provinham do Rio Grande do Sul e exerciam uma pressão muito forte para que esses colonos vendessem a terra ou os pinhais”, sendo que “a grande maioria deles, porém, continuou na região como peão dos madeireiros que começaram a se instalar” (Poli, 1986, p. 161)

Aqui é explicitada a origem de uma intensa dinâmica de segregação socioespacial, onde os caboclos “passaram a transitar como posseiros nas áreas em que acampavam” e “muitos deles foram se interiorizando, à procura de terra que ainda não estivesse sob o controle do madeireiro ou colonizador” (Poli, 1986, p. 163). Esta prática ilustra o que diz Corrêa (1999, p. 30), a respeito dos grupos sociais excluídos, que produzem o seu espaço “na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes” e como “uma forma de resistência, e ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência.” Corrêa (1999, p. 30) ainda esclarece que esta resistência e sobrevivência “se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para os outros agentes da produção [capitalista] do espaço”

A formulação capitalista fundamentada na propriedade da terra, fez com que o caboclo não conseguisse conviver com a colonização patrocinada pelas companhias colonizadoras. Simplesmente pelo fato do caboclo não se preocupar com a acumulação de bens, não tinha dinheiro suficiente para adquirir uma propriedade (Poli, 1987, p.3)

Uma vez findada a guerra do contestado, o estado do Paraná entregou terras situadas entre os rios Iguazu e Uruguai, onde estava o conjunto de terras que forma Chapecó, à *Brazil Development and Colonization Company*, que foram finalmente compradas, junto a terras catarinenses e de particulares já registradas, por empresários gaúchos que procederam a colonização oficial da região (Peluso Junior 1991, p. 289). No caso chapecoense, a empresa colonizadora responsável denominava-se Empresa Ernesto F. Bertaso.

Durante a implantação destas empresas colonizadoras, “[...] os caboclos começaram a alimentar muita aversão aos colonizadores de origem por serem os promotores dessa nova situação e por serem, normalmente, os que lhes impunham a condição de intrusão”, porém, “a maioria deles respeitava muito esses colonizadores e madeireiros por serem mais instruídos e por terem condições de lhes dar algum dinheiro em troca de trabalho” (Poli, 1986, p. 172”).

Os caboclos, assim como os indígenas, formavam os primeiros grupos sociais excluídos, em paralelo aos colonizadores gaúchos de descendência italiana e alemã, que formavam a elite local. Aprofundando a desigualdade socioeconômica entre os dois, o Estado exerce significativa influência no mercado de terras da região, conforme explicitado, através do apoio a empresas colonizadoras e da imposição de dificuldades burocráticas para o registro da terra, as quais os caboclos, em sua maioria, não poderiam lidar devido à sua condição de pobreza e falta de estudo.

Os povos indígenas da região, em sua maioria da etnia Kaingang, “não eram reconhecidos como habitantes, e sim como intrusos, como bárbaros, logo, deviam ser combatidos” (Goulart, 2003, p. 44). Apesar disso, diferentemente dos caboclos, que ficaram completamente despossuídos de suas terras e à mercê do jogo econômico implementado pelos colonos militares e gaúchos, os indígenas conquistaram a posse de terras, ainda que a área concedida fosse exorbitantemente menor que aquela já habitada por eles, que era a totalidade da região. Sobre isso, Goulart (2003) detalha, no contexto da criação da colônia militar de Xaçupé, que

Essas colônias ficaram com a missão de colocar uma linha de telégrafo que ligasse a colônia militar a todo o país, e novamente, a mão-de-obra indígena, por ser mais barata, foi utilizada, percorrendo um longo trecho, onde os índios foram dando nomes aos locais, como Chapecozinho, Xaxim, Xanxerê, entre outros. Diferente neste caso é que ao terminar o serviço, no momento de receber o pagamento, cacique Vanhkrê não o quis em dinheiro e sim em terra demarcada legalmente para os Kaingang (p. 44).

Foi assim que, segundo a referida autora, Francisco Xavier da Silva, então governador do Paraná, estado ao qual o atual oeste catarinense pertencia, assinou, em 18 de junho de 1902, o decreto que legalizava a atual Terra Indígena Xaçupé. Esta, situada na região do município catarinense de Içara, é atualmente a maior terra indígena do sul do país.

No contexto do atual município de Chapecó, foram criadas duas reservas indígenas, sendo a Terra Indígena Toldo Chimbangue (homologada oficialmente apenas em 2006), e a Reserva Indígena Aldeia Kondá (homologada somente no ano de 2016), esta última para onde foram deslocados os indígenas que viviam originalmente na área onde a empresa colonizadora construiu a sede da cidade, e que estavam marginalizados em bairros como São Pedro e Palmital (Giroto, Maziero, 2021, p. 8). Embora tenham conseguido a homologação de parte de suas terras, cabe assinalar que este não foi um processo pacífico, tampouco rápido.

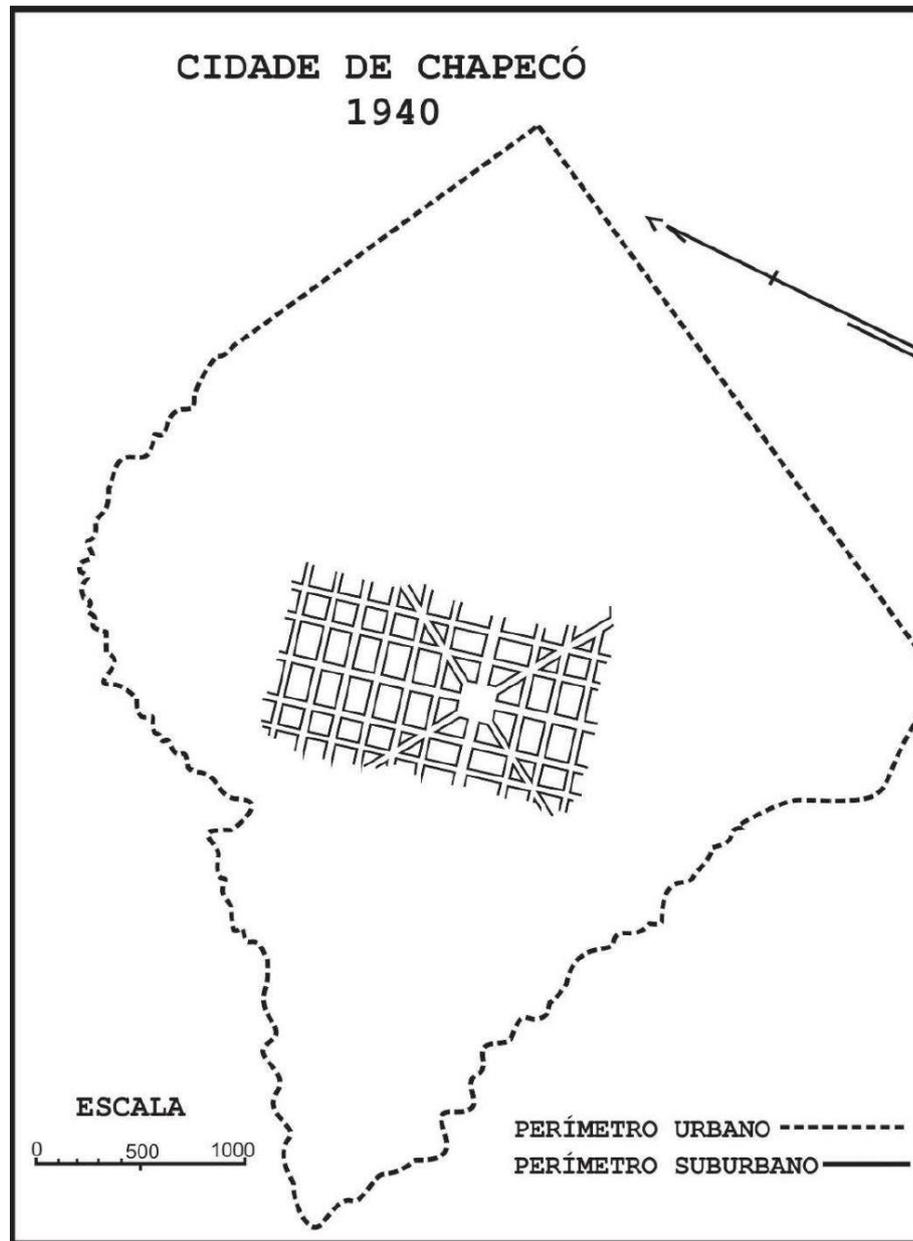
Ainda que oficialmente já tida como um município catarinense, a própria cidade (aqui entendida como a sede do município) e, portanto, a centralidade, ainda parecia indefinida. Sua sede, localizada no povoado de Passo Bormann (atual distrito chapecoense de Marechal Bormann) foi transferida, em 1919, para Xanxerê. Voltou para Passo Bormann em 1923, e, novamente, para Xanxerê em 1929. Por fim, através do Decreto-lei estadual nº100, de 09/04/1931, foi fixada na vila de Passo dos Índios, que, pelo Decreto estadual nº 86, de 31/02/1938, recebeu a denominação de Chapecó, sendo este o nome até hoje.

Como indícios para a compreensão do plano urbano inicial de Chapecó, Peluso Junior (1991, p. 292) destaca uma passagem de uma reportagem do jornal *A Voz de Chapecó*, datada de 1950, que aborda os núcleos coloniais estabelecidos na região, que “eram obras de colonizadores que conheciam as exigências dos agricultores, e que assim, já nasciam com arruamentos, lotes urbanos demarcados e serviços indispensáveis”. Desta forma, diferentemente de um crescimento desordenado e espontâneo, a cidade de Chapecó foi pensada para satisfazer às necessidades daqueles que viriam a adquirir estas terras.

Como um grande loteamento iniciado do zero (Figura 5), a preocupação com a venda da terra urbana, impulsionada pelo desejo do Estado em consolidar povoações brasileiras no local, servia aos interesses econômicos das empresas colonizadoras e aos seus clientes, agricultores gaúchos em busca de novas terras. Ao consolidar-se a vila Passo dos Índios como sede do município, em 1931, iniciaram-se os trabalhos

de implantação do plano urbanístico, caracterizado por avenidas largas e quadras grandes, “a fim de transmitir ao migrante ou ao visitante a visão de uma cidade planejada e adequada para o desenvolvimento” (Nascimento, 2016, p. 113).

Figura 5 – Plano do loteamento inicial de Chapecó



Fonte: Adaptado de Peluso Junior (1991).

Uma vez compreendido o panorama socioeconômico da região oeste catarinense, pode-se avançar para um detalhamento maior destas dinâmicas no espaço urbano recém-nascido da cidade de Chapecó.

Mesmo sendo já início do século XX, a região de Chapecó era “escassamente povoada, desprovida de estradas” e “a população vivia afastada das regiões em que se processavam transações comerciais (Peluso Junior, 1991, p. 286). Conforme dados do Censo Demográfico de 1920, o primeiro realizado após a criação do município de Chapecó, a população da área era de 11.315 habitantes, divididos em sete distritos, sendo: Xanxerê (2.115), Fachinal dos Guedes (771), Caxambu do Sul (2.445), Chapecó Grande (2.943), Passo Bormann (1.120), Campo Erê (520) e Dionísio Cerqueira (1.401).

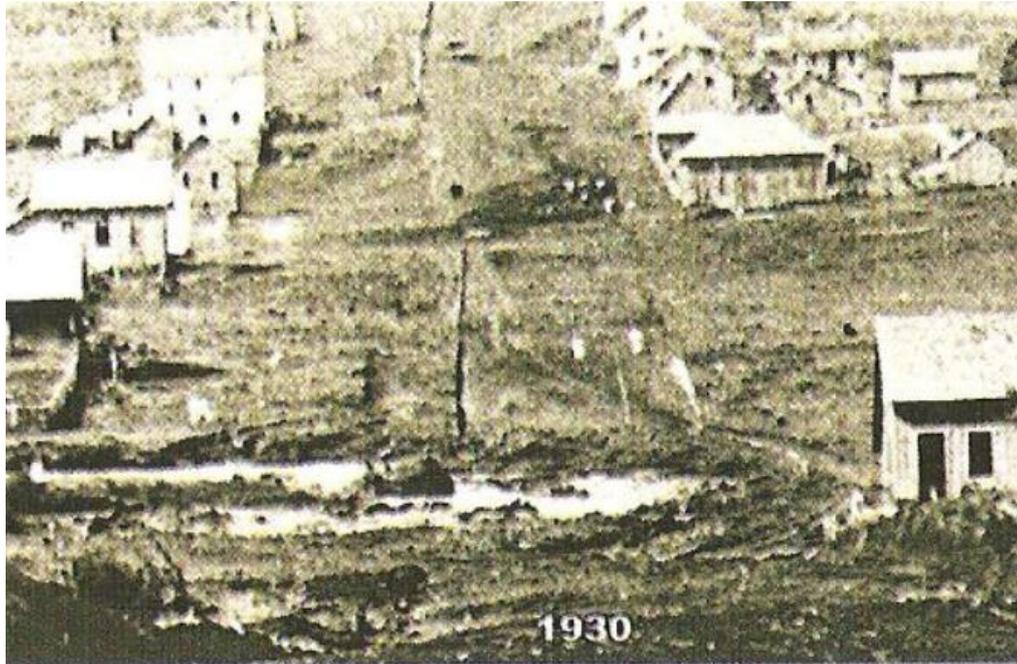
A respeito destes primeiros povoados, sabemos que “a colonização criou os lugares centrais, e para eles foram sendo deslocadas as sedes distritais”, sendo que estes distritos atendiam “as populações rurais ao seu redor, fornecendo-lhes bens e serviços, através de caminhos e estradas que para este fim traçaram os colonizadores” (Peluso Junior, 1991, p. 293). Aqui temos o “embrião” de uma futura rede de influência comandada por Chapecó, que inicialmente atendia aos distritos desmembrados de seu território.

O protagonismo de Chapecó, mesmo nos anos 1920, era sentido principalmente por esta ser a sede da municipalidade num espaço bastante vasto, como o era, coincidindo quase completamente com a atual mesorregião oeste catarinense. Concomitante a este cenário, outros municípios da porção oeste de Santa Catarina exerciam maior papel de destaque, tais como Joaçaba e Videira, beneficiadas pela ferrovia São Paulo – Rio Grande, cuja construção foi uma das sementes do que acabaria se tornando a Guerra do Contestado.

Nesta época, as atividades comerciais e industriais eram basicamente para suprir a demanda local, com exceção da indústria madeireira, a qual exportava, através de balsas no Rio Uruguai. A pequena indústria que se formava nesta época era composta por serrarias, marcenaria, olaria, beneficiamento de cereais, entre outras atividades, enquadradas como pequenas iniciativas, classificadas pelo Departamento Estadual de Estatística (DEE – 1939) (Peluso Junior, 1991, p. 294). A cidade se caracterizava como um pequeno núcleo de casas, como apresentado na

Figura 6.

Figura 6 – Chapecó (SC) em 1930



Fonte: Acervo do Sr. Victorinoi B. Zolet, reproduzida em Zolet e Silvestrin (2006, p. 27).

A emergente cidade já crescia marcada por desigualdades e tensões socioespaciais. O conflito de interesses manifestava-se na região como uma expressão da forma divergente de enxergar a terra, sobretudo entre caboclos e colonizadores gaúchos.

O modelo de mercado de terras implementado pela empresa colonizadora era baseado em pequenos lotes, vendidos a famílias de agricultores, principalmente gaúchos. Além disso, a conformação do então espaço rural da região foi fruto da idealização e atuação destas empresas colonizadoras, que o organizou em lotes, sendo que um conjunto de lotes compunham as chamadas “linhas” (Onghero, 2013, p. 3), nomenclatura existente até os dias de hoje para referir-se aos povoados e lugarejos das zonas rurais dos municípios da região. Porém, conforme argumenta Nascimento (2016, p. 113), este modelo territorial

processou-se por meio de tensões e conflitos sociais ao não levar em conta as populações já presentes na região (indígenas e caboclos), dando origem a um contingente de população expropriada e empobrecida (RENK, 1997) que passou a evoluir praticamente em concomitância com a ocupação econômica do território regional.

Renk (1997), *apud* Nascimento (2016, p. 113), assinala que

grande parte do contingente populacional atraído para o núcleo urbano correspondeu a camadas empobrecidas, em sua maioria vitimadas pela

própria colonização que fez com que perdessem suas terras e se voltassem ao trabalho assalariado que a cidade poderia lhes oferecer.

O crescimento econômico de Chapecó, principalmente devido à expansão do setor agroindustrial, atraiu cada vez mais as populações empobrecidas do entorno. As vítimas desta dinâmica de segregação socioespacial promovida pelos colonizadores gaúchos, e com aval do Estado, fez com que estas pessoas se instalassem principalmente ao redor do núcleo urbano central, e próximo aos frigoríficos, sendo mais tarde expropriadas para uma área deslocada do tecido urbano. Este local, conforme o autor, viria a denominar-se de bairro São Pedro, ligado inicialmente apenas por trilhas, sendo ocupado massivamente a partir de 1965, quando estas populações pobres “foram despejadas pela colonizadora (com anuência do poder público)” (Nascimento, 2016, p. 114).

Nesta década ainda, de 1960, é que a estruturação do espaço urbano de Chapecó se complexificaria. Intensificando a presença do Estado na região, em 1963 foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, que trazia a própria administração estadual para Chapecó, fato inédito considerando-se que este nível de administração pública só ocorria nas capitais, neste caso, Florianópolis.

Ainda, em 1967, era criada a Cooperativa Regional Alfa Ltda., e em 1969 a Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda. (Aurora). Convém lembrar, portanto, que conforme havia um crescimento econômico, sobretudo agroindustrial, havia também o incremento de população, e por conseguinte, a intensificação dos conflitos socioespaciais entre a elite e as camadas sociais empobrecidas, que servia de mão de obra à esta indústria.

Toda esta dinâmica de expansão refletiu nos números do censo demográfico de 1980, para onde, considerando o recorte temporal de vinte anos (1960 a 1980), Chapecó saltou de 52.089 habitantes, sendo 21% urbanos, para 83.768 habitantes, sendo 66% urbanos. Isto demonstra não apenas um grande crescimento populacional total, mas um acentuado processo de migração da zona rural para a urbana. Estas populações eram “especialmente famílias de agricultores expropriados do processo produtivo agroindustrial, em fase de expansão” e “a maior parte deste contingente provinha de áreas rurais de Chapecó e de outros municípios próximos, sendo composta por populações empobrecidas” (Nascimento, 2016, p. 116).

Tabela 1 – Evolução da população no município de Chapecó (1940-2022)

Ano	População Total	População Urbana		População Rural	
1940	44.327	4.128	9,3%	40.199	90,7%
1950	96.604	9.736	10,1%	86.868	89,9%
1960	52.089	10.939	21%	41.150	79%
1970	49.865	20.275	40,7%	29.590	59,3%
1980	83.765	55.269	66%	28.499	34%
1990	123.050	96.751	78,6%	26.299	21,4%
2000	146.967	134.592	91,6%	12.375	8,4%
2010	183.530	168.159	91,6%	15.417	8,4%
2022 <sup>2</sup>	254.785	-	-	-	-

Fonte: IBGE (censos demográficos 1940-2022).

Este cenário evidencia que os alicerces da urbanização em Chapecó estão assentados em uma dinâmica complexa, destacando-se, sobretudo, pela (i) resistência ao perfil sociodemográfico nativo do local, composto majoritariamente por comunidades indígenas e caboclas, (ii) fomento ao desenvolvimento da agroindústria, facilitado pela interação entre as características do ambiente natural e a cultura laboral tanto dos caboclos quanto dos colonos dedicados à atividade agrícola, e (iii) acentuado comprometimento com o ideal de progresso econômico.

Diante das considerações apresentadas, é possível inferir que o processo de urbanização de Chapecó está intrinsecamente entrelaçado à disputa territorial entre os grupos sociais historicamente excluídos, notadamente os caboclos e indígenas, e os agentes promotores imobiliários, inicialmente representados pelas empresas colonizadoras. Mediante a intervenção do Estado, que atuou como facilitador nesse cenário, tornou-se viável a apropriação de renda da terra, permitindo assim a continuidade do processo de acumulação de capital e reprodução das relações sociais, principalmente da condição de pobreza dos grupos sociais excluídos.

### 3.2 A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL CONTEMPORÂNEA

Antes de verificar a dinâmica de expansão urbana recente, é necessário contextualizar quando se deu o início da intensificação da expansão urbana horizontal em Chapecó, bem como as suas causas.

Nos anos 1960 o então Instituto Brasileiro de Geografia classificou a cidade como um Centro de 2º grau de importância regional (dentre três ordens de centros

<sup>2</sup> Até a data de elaboração desta pesquisa, os dados de população urbana e rural do censo 2022 na escala de município não haviam sido divulgados.

com diversas subcategorias), estando fora de sua órbita, no contexto oeste catarinense, apenas os municípios de São Lourenço do Oeste e Galvão, polarizados por Pato Branco – PR, além de Fachinal dos Guedes<sup>3</sup> e Vargeão, polarizados por Joaçaba. (Peluso Junior, 1991, p. 300)

Esta rede de fluxos de bens, serviços e de pessoas não é resultado de um desenvolvimento socioeconômico ao acaso do tempo, “porque além das estradas da colonização, o município procurava ligar a sede à sua hinterlândia” (Peluso Junior, 1991, p. 294). Este processo de criação de uma centralidade em Chapecó se intensificou, alcançando um maior destaque e desenvolvimento a partir dos anos 1970, puxados pelo cenário de “milagre econômico” promovido pela ditadura militar e pela consolidação de grandes complexos agroindustriais (RECHE, 2008, p.4). Na atualidade, conforme a REGIC de 2018 (IBGE, 2018, p. 62), a rede urbana comandada por Chapecó soma um total de 142 cidades e de 1.453.713 habitantes, polarizando uma área de 33.314 km<sup>2</sup>. Dentro desta rede está, inclusive, o município de Joaçaba e seu entorno, anteriormente classificada com nível de centralidade semelhante. Isto confere a Chapecó a segunda maior rede de influência de um município catarinense, atrás apenas da capital Florianópolis.

Como afirma Peluso Junior (1991) o crescimento de Chapecó é resultado da ação combinada do Estado e de seus habitantes. A formação e melhoramento da rede rodoviária originalmente construída pelos colonizadores, aproveitando-se dos caminhos desbravados pelos caboclos, permitiu que Chapecó irradiasse a sua centralidade para longas distâncias de um território ainda pouco povoado.

O moderno sistema de estradas inaugurado na década de setenta fez crescer a função central de Chapecó. Sua população aumentou devido à maior importância de sua centralidade, entretanto ao lado dessa atividade a indústria cooperou, decisivamente, para este incremento populacional (Peluso Júnior, 1991, p. 306).

A região de Chapecó sempre teve uma forte tradição agrícola, com a atividade agropecuária desempenhando um papel relevante na economia local. No entanto, a partir dos anos 1970, o modelo de agronegócio começou a se consolidar, com investimentos significativos em tecnologia, produção em escala e processamento de alimentos.

---

<sup>3</sup> O nome deste município só viria a ser escrito com “x”, Faxinal dos Guedes, no ano de 1997, por força da Lei nº 10.586 de 11 de novembro de 1997.

O desenvolvimento da agroindustrialização permitiu a transformação de produtos agrícolas em alimentos processados, agregando valor à produção local. A agroindustrialização em Chapecó não se concentrou em uma única cultura ou atividade, mas sim em uma ampla diversificação de produtos. A avicultura e a suinocultura foram os segmentos mais notáveis, tornando Chapecó um dos principais polos de produção de carnes no Brasil.

Entende-se que a presença das agroindústrias é fator fundamental no processo de formação e crescimento econômico e urbano de Chapecó, uma vez que permitiu a complexificação de outras atividades a elas ligadas direta ou indiretamente, presentes hoje na cidade (Matielo et al., 2016).

O desenvolvimento do setor agroalimentar na cidade e em suas proximidades foi o catalisador para o crescimento de diversas atividades econômicas relacionadas, culminando na formação de um complexo agroindustrial robusto. Essa expansão impulsionou um aumento significativo na renda local, despertando um interesse crescente na ampliação de loteamentos e construção de edifícios para atender à demanda por consumo e moradia. Como resultado, observou-se um aumento na migração para a cidade, contribuindo para seu contínuo crescimento e desenvolvimento (Pertile, 2008)

O beneficiamento de grãos e a indústria de laticínios também desempenharam um papel importante na economia da cidade. Com a expansão da agroindústria, houve uma significativa geração de empregos diretos e indiretos na cidade e na região circunvizinha. A abertura de frigoríficos, indústrias de processamento de alimentos e outras empresas agroindustriais impulsionou a oferta de trabalho em diversos setores, atraindo trabalhadores de outras regiões em busca de oportunidades de emprego.

O crescimento da agroindustrialização demandou investimentos em infraestrutura para escoamento da produção, como estradas, armazéns, transporte e logística. Isso resultou em melhorias na infraestrutura geral da cidade, impulsionando seu desenvolvimento e atraindo novos investimentos. Além disso, teve efeitos multiplicadores na economia local, impulsionando diversos setores como comércio, serviços e construção civil. O aumento do poder de compra dos trabalhadores e a entrada de recursos na cidade contribuíram para a dinamização da economia como um todo (Alba, 2013).

As bases da urbanização chapecoense remontam a esta época de sua conformação socioespacial inicialmente rural, e posteriormente a este período em que

experimentou um salto de desenvolvimento econômico. Foi nesta época em que surgiu o primeiro plano de ordenamento territorial, datado de 1974. Segundo Nascimento (2015, p. 112), “até meados da década de 1950, o tecido urbano [de Chapecó] não passava de uma pequena vila, correspondendo a um conjunto de aproximadamente trinta quarteirões da área que atualmente integra a zona central da cidade”. A Figura 7 apresenta uma vista aérea de Chapecó em 1956, com o sentido leste no plano de fundo.

Figura 7 – Chapecó (SC) em 1956



Fonte: Acervo do Sr. Victorinoi B. Zolet, reproduzida em Zolet e Silvestrin (2006, p. 40)

Porém, segue o autor,

[...] entre 1965 e 1979 o tecido urbano sofreu considerável expansão horizontal em praticamente todas as direções, configurando um padrão periférico de crescimento e estruturação espacial da cidade. Destacam-se no período as seguintes ampliações [...] : i) nos vetores norte/noroeste (bairros Líder, São Cristóvão e Bela Vista), em áreas próximas às empresas agroindustriais que lá se instalam no período (Aurora, CooperAlfa e Ceval); ii) na porção meridional, envolvendo os bairros Santo Antônio, Palmital, Universitário e Santa Maria; iii) no vetor leste, no bairro Presidente Médici e, em seu extremo, nos atuais bairros Bom Pastor e São Pedro, na área que, como veremos, se consolidaria como a principal zona de pobreza e exclusão social de Chapecó, e; iv) na direção oeste ao longo da estrada SC-283 (atual avenida Atílio Fontana) no bairro Efapi, em áreas separadas do restante da malha urbana consolidada no período, cuja ocupação foi fortemente

impulsionada pela instalação do Frigorífico Sadia. (Nascimento, 2015, p. 112).

De acordo com Nascimento (2015) e Reche (2008), este crescimento se deu como resultado da demanda por habitação, sobretudo devido aos fluxos migratórios atraídos pelo emprego nas agroindústrias. Este salto resultou na aprovação de trinta e dois loteamentos somente entre os anos de 1977 e 1979, sendo vinte e quatro deles na periferia urbana. Nascimento (2015, p. 118) comenta que “prossegue o padrão periférico e segmentado de expansão do tecido urbano” “mesmo [...] diante do grande ‘estoque’ de glebas parceláveis dentro do perímetro urbano de 1980”. Essa constatação é importante ao verificar a tendência de espraiamento do tecido urbano de Chapecó, desde os primórdios da sua urbanização acelerada.

Desta forma, a desigualdade socioespacial já se fazia evidente na paisagem da cidade, com a formação de bairros operários sem infraestrutura, assentamentos precários e o despejo de populações excluídas em guetos que carregam até hoje o estigma da exclusão (Fujita, 2013, p. 346).

Ou seja, o intenso processo de urbanização em Chapecó teve início na década de 1970, sobretudo devido à modernização da agricultura, que obteve crescimento econômico atraindo mão de obra e, por consequência, demanda por novas habitações, que se realizava através da construção de loteamentos, que buscavam orbitar a área das agroindústrias.

Esta agroindústria permanece até a atualidade como um dos motores do crescimento urbano de Chapecó, associada à indústria e serviços que a partir dela passaram a existir, complexificando-se para atender à crescente demanda gerada pelo aumento de habitantes e, conseqüentemente, de consumidores.

Ao passo que a economia da cidade se desenvolve, os papéis e a relação urbano – rural também se complexificam. O espaço rural que outrora serviu às serrarias, aos caboclos como moradia, e aos colonos como local de produção agropecuária, têm hoje uma nova função na lógica capitalista de consumo do espaço.

Para compreender o espaço rural chapecoense da atualidade, é preciso resgatar a sua gênese formadora, intimamente ligada aos interesses financeiros da agroindústria. Cabe ressaltar, de antemão, que são três as grandes corporações agroindustriais instaladas no município: BRF, Aurora e Cooperativa Regional ALFA.

O denominado modelo de integração foi a forma encontrada para a manutenção da fragmentação dos agricultores em suas unidades produtivas, simultaneamente à sua “integração” a uma cadeia de produção necessária à

nova fase de desenvolvimento do capital. Sob esse modelo, padrões de produção puderam ser preestabelecidos pela empresa, com a vantagem de manter o produtor sob o seu controle econômico e ideológico, criando uma relação de dependência (Sposito; Maia, 2016, p. 200).

Porém, nem todos os agricultores são integrados às grandes agroindústrias.

A modernização agrícola e sua lógica de se produzir mais, melhor e mais barato promoveu uma série de rupturas e mudanças nas formas de uso da terra e na própria estrutura rural e urbana oestina. No campo, estimulou-se a mecanização, sustentada pelo uso de produtos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos, enquanto a criação animal passou por uma série de mudanças, introduzindo novas raças visando precocidade e ganho rápido de peso, alinhado com mudanças nas técnicas de manejo animal, com novas formas de acondicionamento e alimentação. Esse processo de modernização agrícola e reestruturação das agroindústrias a partir da implementação do modelo de integração, promoveu também a exclusão de um grande número de agricultores que não se adequaram a esse modelo ou que foram expulsos pela mecanização. (Nascimento et al., 2021, p. 41).

Outra questão importante relacionada ao espaço rural e à dinâmica socioeconômica estabelecida, são os efeitos provocados pela ausência de sucessores para dar continuidade ao trabalho nas pequenas propriedades. Conforme constatado por Sposito e Maia (2016, p. 208), “a força jovem acaba buscando seu sustento em atividades consideradas menos sacrificantes, ou privilegiam o acesso à educação e à profissionalização, que em geral está fora da propriedade rural”. Isto identifica um processo de êxodo rural dos jovens para a cidade. Em paralelo a isto, as grandes agroindústrias também encontram dificuldade em encontrar mão de obra local. Ainda nos dizeres de Sposito e Maia (2016, p. 208):

As empresas têm buscado cada vez mais longe os trabalhadores para atender suas necessidades, uma vez que as atividades nelas executadas são extenuantes, repetitivas e desenvolvidas em condições de trabalho severas, tal como a permanência em câmaras refrigeradas a baixas temperaturas, o que provoca lesões permanentes e até invalidez, em poucos anos de serviço.

Estes dois aspectos são bastante úteis para a compreensão das transformações recentes ocorridas tanto no tecido urbano atual como na configuração e nos usos da terra. A escassez de mão de obra para o trabalho do campo e/ou a incapacidade de arcar com os custos da modernização da agricultura, requerida para atender às exigências do sistema integrador da agroindústria, podem ter como resultado ao menos duas situações: (i) o esvaziamento do campo, com a cidade restando como opção para moradia e busca de trabalho, o que acarreta em demanda por habitação e conseqüente crescimento urbano, seja ele horizontal ou através do adensamento de áreas já consolidadas; ou (ii) a busca por adquirir um outro tipo de

renda da terra rural, que não a agricultura, mas a sua venda para usos residenciais. Nos dizeres de Santos (1993, p. 40), o campo “acolhe o capital novo e o difunde rapidamente, com tudo o que isto acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, rapidamente instaladas”.

É pertinente mencionar que o espaço rural chapecoense se caracteriza pela pequena propriedade, desde a sua conformação inicial, o que naturalmente adensa maior população, e facilita a comercialização da terra, dado que pequenas frações custam menos do que grandes áreas de terra.

Esta venda pode ser única, a depender do tamanho da gleba e dos interesses do comprador, ou por fracionamento, criando-se loteamentos. Este ato de lotear a terra rural, para usos urbanos, pode ser feita de forma regular ou irregular (sob o ponto de vista jurídico e urbanístico), e a escolha pela modalidade está intimamente ligada às condições que o proprietário fundiário tem de arcar com esta burocracia.

Se por um lado as empresas loteadoras tendem a seguir os trâmites jurídicos e urbanísticos necessários à construção de um loteamento, a venda direta por parte do proprietário rural para outros, sob contratos de compra e venda, encontra uma saída menos onerosa para este fracionamento. Isto implica na ausência de escritura pública do terreno, na não observância aos usos permitidos pelo zoneamento municipal, e a precariedade das infraestruturas básicas, como pavimentação e iluminação pública

Isto pode ser ilustrado a partir da Figura 8 e da Figura 9, que exemplificam um típico caso de loteamento clandestino em Chapecó, originado pelo parcelamento irregular da terra. Além de o núcleo da propriedade rural se adensar, com a construção de mais moradias, parte da propriedade é utilizada para comercialização de lotes. O loteamento desta imagem situa-se na linha Colônia Cella. Não por acaso, a localização da propriedade é próxima de uma rodovia, a BR-282, e próxima a indústrias e empresas (Figura 9). Desta forma, o mosaico de usos da terra, variando entre lavouras, mata nativa, indústria e moradia, vai tomando forma.

Figura 8 – Exemplo de loteamento clandestino junto a uma propriedade rural



Fonte: imagem de satélite WorldView 2 (LAETA/UFFS).

Figura 9 – Loteamento clandestino em relação à rodovia e indústrias



Fonte: imagem de satélite WorldView 2 (LAETA/UFFS).

Sendo que há legislação para nortear e definir os parâmetros necessários para a criação de loteamentos, a falta de ordenamento territorial permite a constatação de um processo de expansão urbana clandestina. Este (des)ordenamento se materializa na ausência de regularidade no traçado das vias, no tamanho dos lotes ou na ausência de melhoramentos urbanísticos como a pavimentação das estradas. Todas estas noções são caras ao entendimento das formas adquiridas pelo espaço periurbano, pois: (i) quanto maior a proximidade da gleba rural à eixos rodoviários principais e/ou ao tecido urbano consolidado, maior a renda fundiária que pode ser adquirida; (ii) o mercado imobiliário formal possui melhores condições de adquirir terras de elevado custo, e portanto, estas glebas tendem a ser loteadas pela forma regular. Como resultado, ao analisar o mosaico de fragmentos urbanos no espaço periurbano, e, atentando-se que os loteamentos regulares obedecem a diretrizes urbanísticas, pode-se constatar, ainda que de forma inicial, os possíveis conteúdos sociais que ali habitam, bem como inferir qual é a gênese deste processo de fracionamento da terra.

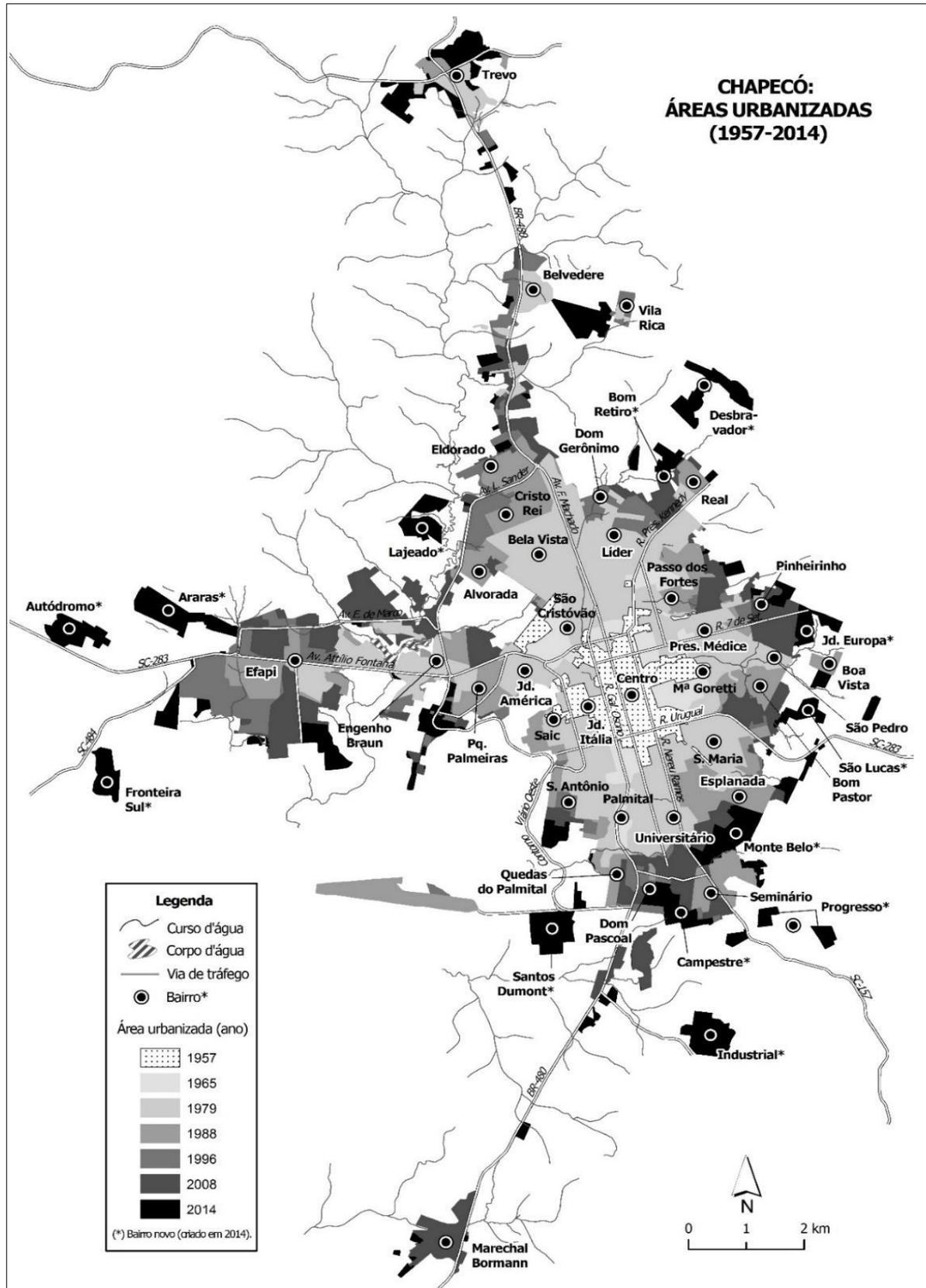
Se no início a expansão urbana horizontal tinha como principais atratores as agroindústrias, após os anos 2000 surgem novos polos que promovem o crescimento urbano. “A partir dos anos 2000, o processo de expansão urbana novamente se acelera, configurando um tecido urbano ainda mais espraiado e segmentado” (Nascimento, 2015, p. 120). Identificando alguns dos vetores principais de crescimento horizontal da cidade, o autor destaca:

na escala intraurbana, a abertura e melhoria de vias de tráfego como as avenidas Ernesto de Marco entre os bairros Efapi e Engenho Braun, e Plínio Arlindo de Nês (BR-480) no vetor norte, o contorno rodoviário oeste e o acesso ao Distrito Industrial Flávio Baldissera na porção sul e a implantação de importantes objetos geográficos em áreas periféricas, como o campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (extremo oeste, próximo à rodovia SC-484 na saída para o município de Guatambu), o primeiro shopping center na porção norte e novas unidades fabris no vetor sul na rodovia BR-480 e no referido distrito industrial. (Nascimento, 2015, p. 123).

A

Figura 10 apresenta a evolução das áreas urbanizadas de Chapecó até o ano de 2014. Na figura é possível notar que até os anos 1957 a mancha urbana concentrava-se no atual centro da cidade, espalhando-se aos poucos, nos anos seguintes, sobretudo orientados por eixos como rodovias.

Figura 10 – Áreas Urbanizadas de Chapecó (1957 a 2014)



Fonte: Nascimento (2015, p. 115).

Os recém-estabelecidos polos atratores, catalisadores do desenvolvimento de uma urbe mais complexa, derivam do papel centralizador exercido por Chapecó na região. Tal fenômeno é inerente às Cidades Médias, as quais tendem a assimilar em seu tecido urbano sedes de redes comerciais, serviços bancários e de saúde, entre outros, visando atender às exigências regionais.

Assim, a presença e o fortalecimento da atividade agroindustrial desempenharam um papel consolidador na complexificação de diversas atividades econômicas, as quais se originam ao estabelecerem relações diretas ou indiretas com a agroindústria.

### 3.3 O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Após a virada de século, nos anos 2000, institui-se a nível nacional o Estatuto das Cidades através da Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, que objetivou instituir uma política urbana que regule o uso da terra urbana em prol do bem coletivo (Brasil, 2001). A partir daí, já houve dois Planos Diretores aprovados no município de Chapecó: o plano instituído pela Lei Complementar nº 202 de 6 de janeiro de 2004, que vigorou até 2014, quando foi então instituída a Lei Complementar Nº 541, de 26 de novembro de 2014, que aprova o Plano Diretor de Chapecó (PDC) mais recente, e que vigora atualmente.

A lei é fundamental para a gestão e organização territorial do município de Chapecó, alinhando-se às diretrizes do artigo 182 da Constituição Federal, do Estatuto da Cidade e da Lei Orgânica do Município de Chapecó. O PDC se estabelece como o instrumento estratégico da política de desenvolvimento territorial municipal, aplicando-se a todo o território de Chapecó e integrando-se ao sistema de planejamento municipal.

Diversos conceitos são adotados no plano, como o de território, que engloba o patrimônio natural, sistema de circulação, atividades de produção econômica, sistema de relações socioculturais, e elementos físico-espaciais. Detalha-se cada um destes, enfatizando a importância da preservação ambiental, biodiversidade, infraestrutura urbana e inclusão social.

O PDC é estruturado em títulos e capítulos que delineiam princípios fundamentais da política urbana, objetivos gerais, macrozoneamento municipal e políticas e programas de desenvolvimento territorial. Estabelece diretrizes claras para

o uso e ocupação da terra, a gestão democrática da cidade, a função social da cidade e da propriedade, e o desenvolvimento sustentável. Esses princípios guiam as intervenções urbanas e rurais no município.

Dentre as diretrizes mais específicas, o documento detalha os objetivos gerais do PDC que incluem o ordenamento do uso e ocupação da terra urbana, garantia da justa distribuição dos benefícios e ônus da urbanização, acesso à habitação, promoção da acessibilidade e mobilidade universal, proteção e recuperação do patrimônio histórico e cultural, entre outros. Também são apresentadas definições e diretrizes para áreas como macrozona rural e urbana, áreas especiais de interesse ambiental, áreas de preservação permanente, e unidades funcionais diversas, com explicações detalhadas sobre os objetivos, características e restrições de cada um.

O plano diretor atual também ampliou consideravelmente o perímetro urbano, abarcando áreas rurais com maciça densificação demográfica recente, além de áreas com possível crescimento no futuro próximo, como às margens de rodovias existentes ou contornos viários em construção. A lógica dessa expansão se coaduna com os apontamentos de Villaça (2001, p. 74), que nos lembra que “a acessibilidade é o valor de uso mais importante para a terra urbana”, e que “a localização se apresenta assim como um valor de uso da terra” (p. 72).

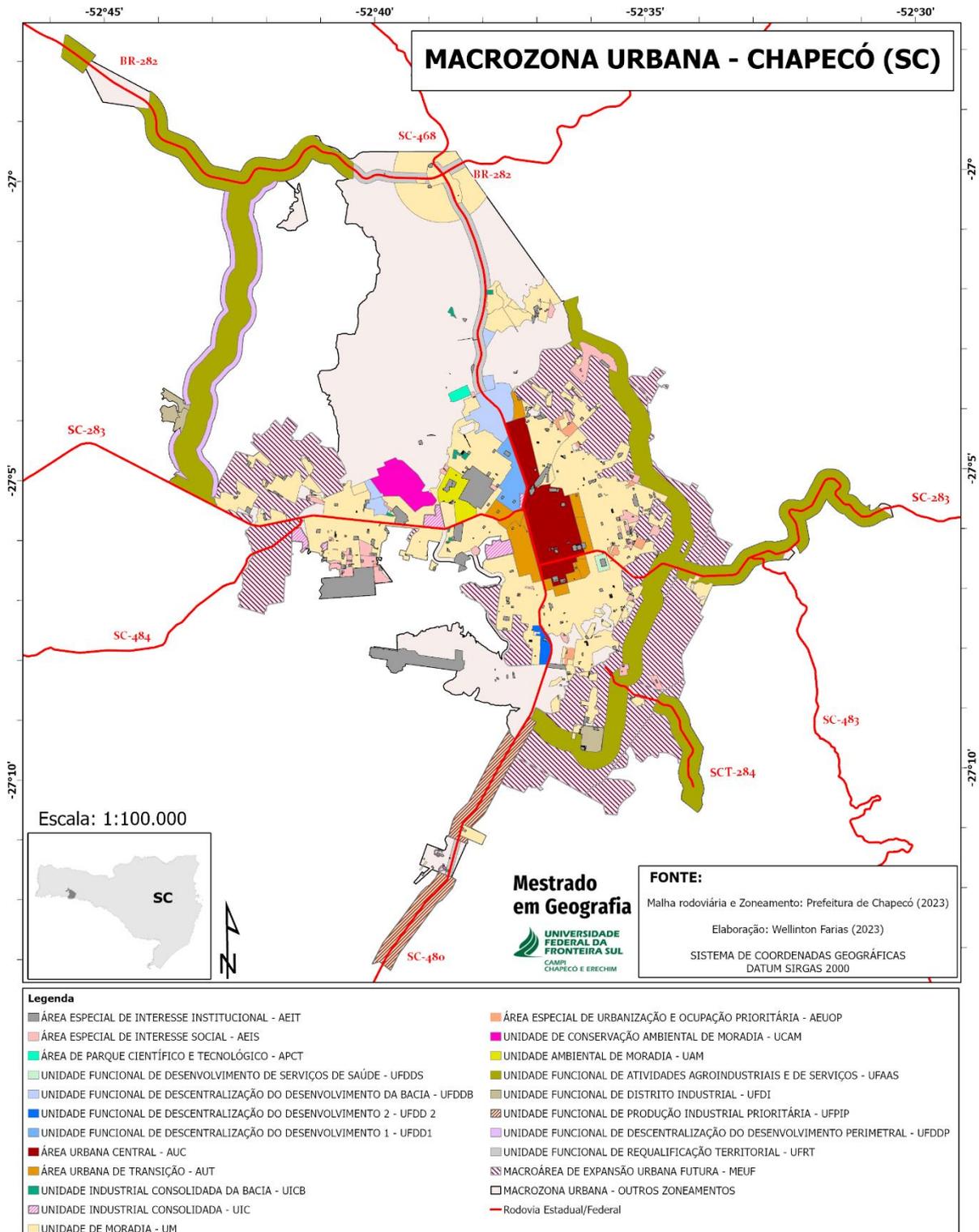
A partir da instituição, nesta lei, do macrozoneamento, o termo perímetro urbano foi extinto, e o que seria o perímetro urbano corresponde à área da chamada macrozona urbana. De todo modo, as mesmas diretrizes inerentes a este perímetro, como a possibilidade de criar loteamentos urbanos, é também aderida nesta macrozona urbana.

A lei do plano diretor de 2014 divide o município em Macrozonas, Áreas e Unidades Territoriais, cada uma com características e regulamentações específicas. As principais macrozonas são a Macrozona Rural (MR) e a Macrozona Urbana (MU), com subdivisões próprias que atendem a diferentes objetivos e necessidades.

A

Figura 11 apresenta a macrozona urbana de Chapecó, bem como seus zoneamentos internos, explicados adiante.

Figura 11 – Macrozoneamento urbano de Chapecó (2014).



Fonte: Elaborado pelo autor (2023);

A Macrozona Urbana relaciona-se com áreas de maior densidade e urbanização do município, destinadas a suportar e promover o desenvolvimento urbano sustentável. Esta macrozona é subdividida em três macroáreas: Macroárea de Expansão Urbana Futura (MEUF), Macroárea da Bacia de Captação de Água Potável

do Lajeado São José (MBCAP) e Macroárea Especial do Aeroporto (MEA). Destas três, apenas a primeira pode ser visualizada no mapa da

Figura 11. As outras duas constituem, desde a divulgação da cartografia oficial, outros dois mapas, separadamente.

A Macroárea de Expansão Urbana Futura (MEUF) define as áreas com potencial de urbanização futura, geralmente localizadas nos limites atuais da malha urbana. É voltada para o crescimento planejado da cidade, com ênfase em infraestrutura, mobilidade e qualidade ambiental. É neste zoneamento onde estão previstas, inclusive, as áreas preferenciais para expansão urbana futura. Segundo o artigo 54 do plano diretor de 2014,

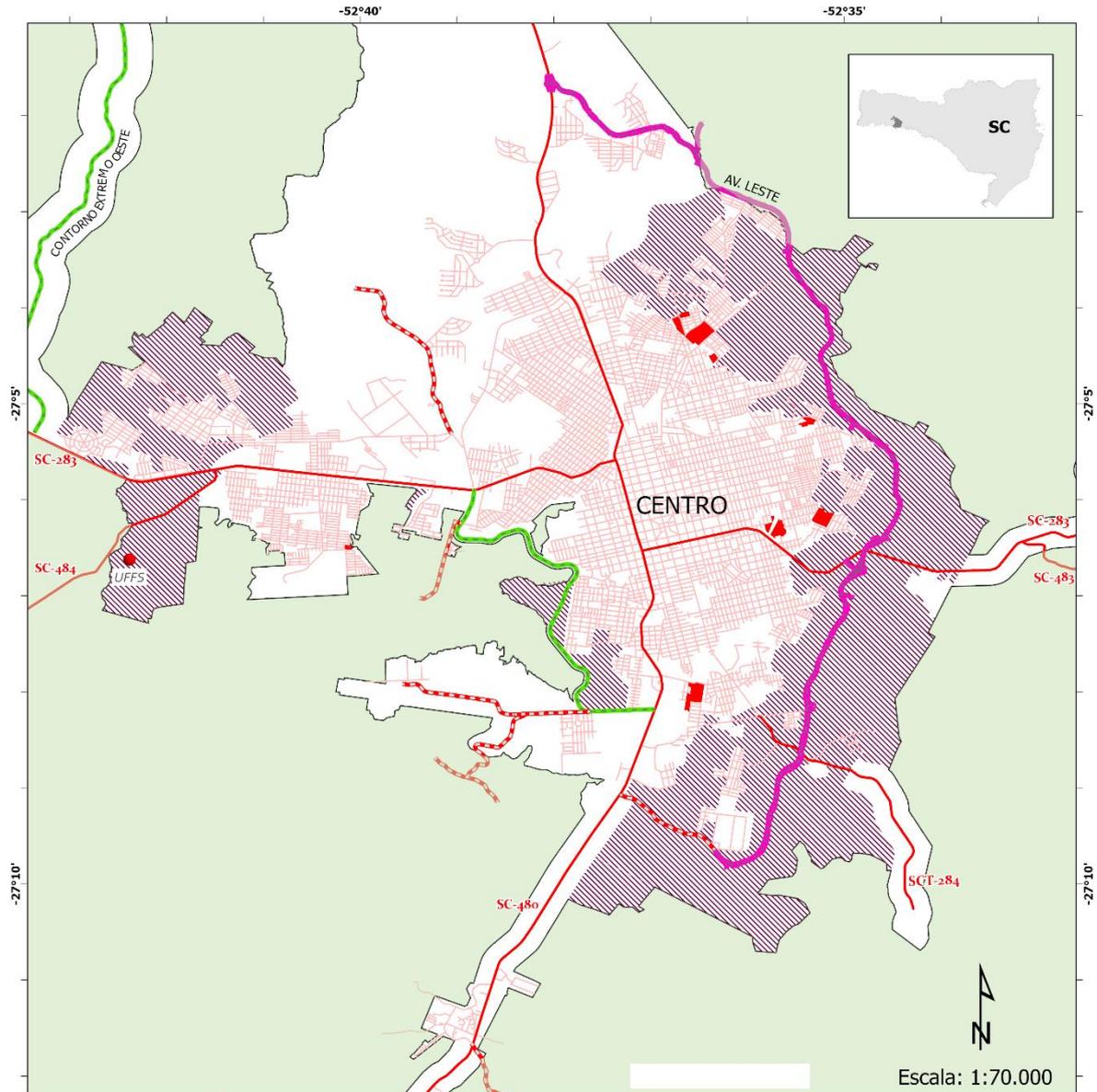
A Macroárea de Expansão Urbana Futura - MEUF, é constituída pelas áreas definidas por este PDC com potencial de urbanização futura, localizadas principalmente à leste e sul da malha urbana atual e região de expansão a oeste, nas proximidades do campus da Universidade Federal da Fronteira Sul, onde a expansão do assentamento urbano poderá ocorrer mediante a realização de estudos técnicos, análise e aprovação do órgão municipal responsável.

Com isso, está preconizado que as direções preferenciais para o crescimento urbano de Chapecó são os sentidos leste e sul, além de oeste, para onde a cidade experimentou significativo crescimento na década de 1970, conforme explicado anteriormente. Dada a sua importância nesta pesquisa, por direcionar as áreas preferenciais, passíveis de sofrerem urbanização, apresenta-se novamente, em maior detalhe, a sua área na Figura 12.

A fim de compreender como a legislação urbana tem contribuído para direcionar a expansão urbana de Chapecó, é fundamental mencionar que em seu Plano Diretor anterior, de 2004, a Macroárea de Expansão Urbana Futura (MEUF) delimitava que as áreas de expansão seriam nos sentidos sul e leste da cidade, ao passo que no plano diretor vigente (2014), uma porção a oeste foi incluída. A parte oeste de Chapecó é aquela que tem experimentado um notável crescimento urbano desde a década de 1970, após a formação de bairros operários ao redor da agroindústria (Reche, 2008; Nascimento, 2015).

Nos dizeres do plano diretor de 2004, as áreas de expansão urbana futura são determinadas a partir das seguintes características territoriais:

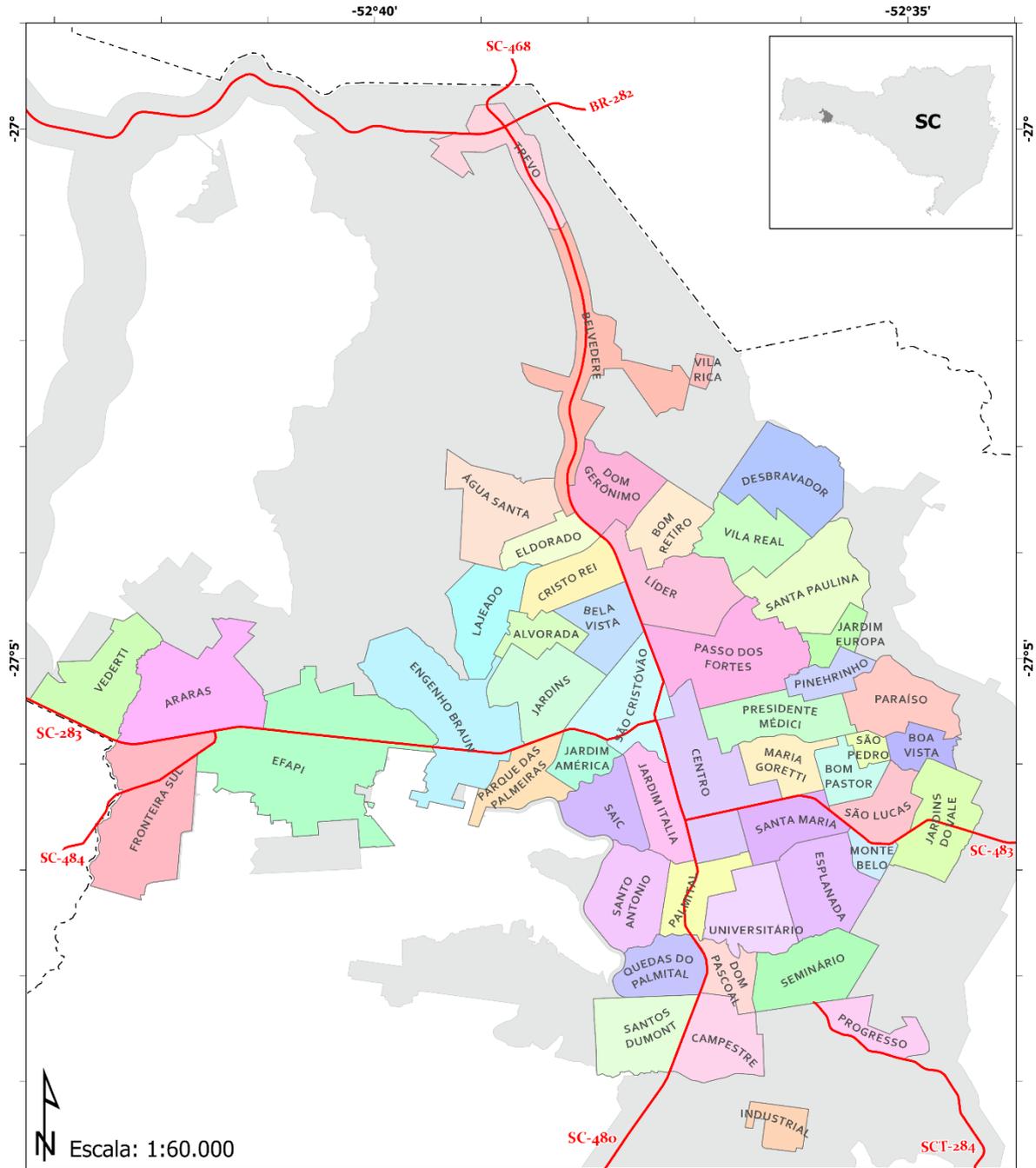
Figura 12 – Macroárea de Expansão Urbana Futura (MEUF)



<h3>MACROÁREA DE EXPANSÃO URBANA FUTURA</h3> <h3>ZONEAMENTOS SELECIONADOS</h3>		<p><b>Mestrado em Geografia</b></p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPUS CHAPECÓ E ERECHIM</p>	<p>SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS</p> <p>DATUM SIRGAS 2000</p> <p>ELABORAÇÃO: WELLINGTON FARIAS (2023)</p>
<p><b>Legenda</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #d9ead3; border: 1px solid #000; margin-right: 5px;"></span> ZONA RURAL</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; border: 1px solid #000; margin-right: 5px;"></span> MACROZONA URBANA</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background: repeating-linear-gradient(45deg, transparent, transparent 2px, #ccc 2px, #ccc 4px); border: 1px solid #000; margin-right: 5px;"></span> MACROÁREA DE EXPANSÃO URBANA FUTURA - MEUF</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #f4cccc; border: 1px solid #000; margin-right: 5px;"></span> ÁREA ESPECIAL DE URBANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO PRIORITÁRIA - AEUOP</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; border-bottom: 2px solid #000; margin-right: 5px;"></span> RODOVIA</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; border-bottom: 1px dashed #000; margin-right: 5px;"></span> SISTEMA VIÁRIO URBANO</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; border-bottom: 2px dashed #000; margin-right: 5px;"></span> ESTRADA MUNICIPAL PAVIMENTADA</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; border-bottom: 2px solid #00ff00; margin-right: 5px;"></span> CONTORNO VIÁRIO</li> <li><span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; border-bottom: 2px solid #ff00ff; margin-right: 5px;"></span> CONTORNO VIÁRIO PROJETADO</li> </ul>			<p><b>FONTE:</b></p> <p>Limite Municipal: IBGE (2022)</p> <p>Malha rodoviária e Zoneamento: Prefeitura de Chapecó (2023)</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023);

Figura 13 – Delimitação de bairros de Chapecó em 2023



<b>BAIRROS DE CHAPECÓ (SC)</b>		<b>Mestrado em Geografia</b>  UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPUS CHAPECÓ E ERECHIM	SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS DATUM SIRGAS 2000 ELABORAÇÃO: WELLINTON FARIAS (2023)
<b>Legenda</b> ☐ Chapecó - SC — Rodovia Estadual/Federal ■ Macrozona Urbana			

Fonte: Elaborado pelo autor (2023);

I - saturação do sistema viário da região oeste da área urbana; II - existência da bacia de captação de água potável do lajeado São José ao norte da atual área urbanizada; III - predominância de áreas naturais com grande declividade, ao sul do bairro Efapi; IV - previsão de implantação do contorno viário leste e oeste; V - disponibilidade de áreas passíveis de urbanização nos setores territoriais localizados entre a SC-480 e o prolongamento da Avenida Nereu Ramos, e nas regiões à leste e oeste do tecido urbano atual. (Chapecó, 2004)

Isto mostra que mesmo em 2004 o poder público já verificava um forte adensamento populacional na porção oeste da cidade, área para a qual carecem logradouros que a interliguem ao restante da cidade, inclusive ao centro. Embora o plano diretor da época tenha tentado promover um maior crescimento urbano nos sentidos leste e sul, mesmo assim, foi a porção oeste da cidade que continuou se adensando, inclusive fazendo parte da MEUF no plano diretor

Retomando a análise do plano diretor vigente, de 2014, verifica-se que o restante da macrozona urbana foi subdividida para atender a restrições de uso da terra advindas de dois aspectos principais: o aeroporto municipal e sua zona de segurança (restrições na altura de edifícios, por exemplo), e os arredores da bacia hidrográfica do lajeado São José, rio que abastece a cidade. A nomenclatura oficial destas subdivisões são a Macroárea da Bacia de Captação de Água Potável do Lajeado São José (MBCAP) e a Macroárea Especial do Aeroporto (MEA).

Antes de avançar para as especificidades destas duas macroáreas da macrozona urbana, assinalamos o fato de que este plano diretor vigente também promoveu outra importante mudança na estruturação tecno-política da cidade, aumentando de trinta e quatro para cinquenta o número de bairros. Estas alterações de bairro foram feitas a partir do Decreto Nº 32.292, de 14 de março de 2014, evidenciando o crescimento significativo da área urbana. Tal ação também promoveu a diferenciação de áreas periféricas, através de nomes, reforçando identidades locais ou agindo sob o interesse dos incorporadores imobiliários, que já possuíam terras periurbanas com projetos de loteamentos em fase de aprovação, como foi o caso da criação do bairro Água Santa (porção noroeste da cidade), cuja ocupação está ainda em fase inicial, mesmo no ano de 2023.<sup>4</sup>

Além desta considerável alteração promovida em 2014, mais um bairro foi delimitado, denominado Jardins do Vale, em 2022, através da Lei Complementar nº 757 (Chapecó, 2022). Este bairro, em particular, engloba parte do espaço periurbano

---

<sup>4</sup> Estas análises foram objeto de estudo em trabalho anterior (Farias, 2023).

situado na saída para o município de Arvoredo e Seara, no extremo leste da cidade. Estas alterações de bairro demonstram uma preocupação do poder público municipal em gerar uma cartografia contínua, que possibilite uma maior organização espacial do território.

Outro aspecto relevante que a delimitação de bairros permite observar, é que na medida em que novos loteamentos regulares são aprovados e construídos, estes tendem a ocupar vazios urbanos destes bairros ou então promovem a criação de novas áreas urbanizadas. Assim, estas delimitações, que coincidem com a área de maior densidade de edificações e de arruamentos (por conta dos loteamentos vazios/em construção), permitem uma exploração inicial do periurbano, sendo que este espaço tende a compreender esta lacuna entre os limites da macrozona urbana e o limite dos bairros. Nem todo o urbano oficial (macrozona urbana) está subdividida em bairros, sendo que esta porção sem delimitação confere um espaço disponível para o crescimento urbano horizontal. Ademais, a verificação dos limites de bairro permite a fácil constatação de como a área urbanizada é orientada pelas principais rodovias que cruzam a cidade, estendendo-se cada vez mais no sentido oeste, para além do bairro Efapi, e norte, ao longo do principal acesso à Chapecó, a BR 480.

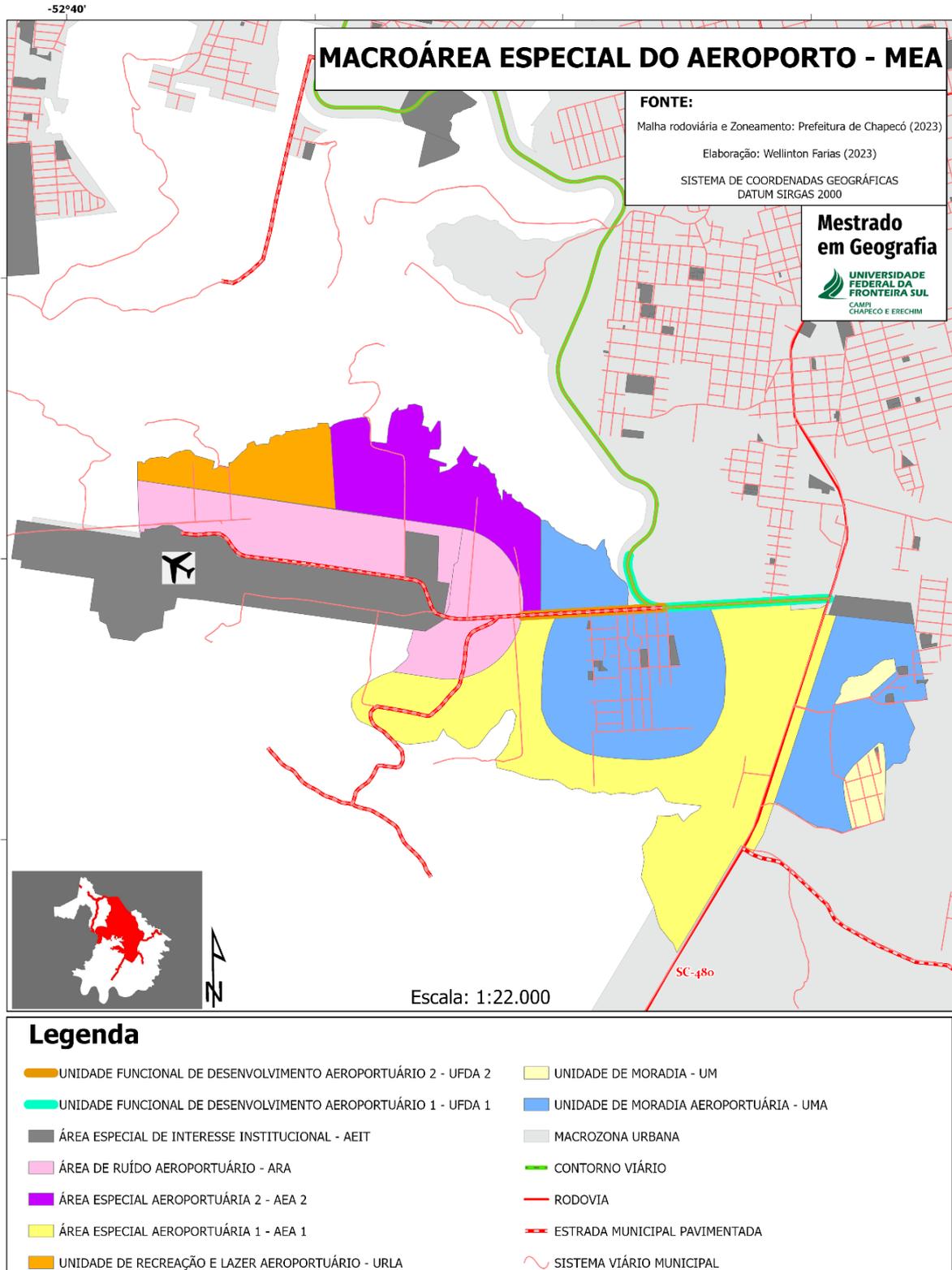
Retomando a análise das macroáreas, apresenta-se nas figuras seguintes (

Figura 14 e

Figura 15) as delimitações e sub-zoneamentos dos arredores do aeroporto e do Lajeado São José.

A Macroárea especial do aeroporto (MEA) é especificamente delineada para englobar o entorno do Aeroporto Municipal Serafim Enoss Bertaso. As principais proibições nesta área buscam, supostamente, evitar interferências adversas nas operações aeroportuárias e garantir a segurança tanto das operações de voo quanto do entorno.

Figura 14 – Macroárea especial do aeroporto (MEA)



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Isso inclui restrições a edificações altas, uso de terrenos que possam atrair aves, e outras atividades que possam criar obstáculos físicos ou interferir nas rotas de voo. O objetivo é manter a área ao redor do aeroporto adequada para sua função, conforme regulamentado pela Portaria nº 256/GC5 do Comando da Aeronáutica, além de outros critérios de desenvolvimento urbano e segurança (Artigo 56).

Esta macroárea é de especial interesse para esta pesquisa, pois é nos arredores do aeroporto onde observamos o processo de urbanização ocorrendo de forma mais intensa. Segundo as diretrizes de zoneamento, a área localizada ao redor da pista do aeroporto, representada em roxo e em laranja na figura anterior, constituem zonas de restrição à moradia. A Área Especial Aeroportuária 1, conforme o artigo 113 da lei do plano diretor de 2014, “são destinadas às atividades previstas na Tabela Anexo IV-A, sendo vedado o uso residencial nesta área”, “devido às condições topográficas favoráveis, à proximidade com o aeroporto e com os eixos viários existentes e projetados”. Igualmente, a Área Especial Aeroportuária 2, “destina-se às atividades de apoio ao funcionamento do aeroporto, sendo permitidos os usos comerciais e de prestação de serviços previstos na Tabela Anexo IV-A (artigo 114), sendo que o uso residencial pode ser autorizado quando concomitante ao uso comercial e de serviço.

Diferentemente das normas, o que existe no local são diversos loteamentos clandestinos, e um intenso processo de adensamento populacional, como pode ser observado na

Figura 15. Além de residentes, há a presença de chácaras de recreio, sedes campestres e de recreação, além da oferta de serviços que buscam suprir a demanda ocasionada pelo aeroporto, como pátios de estacionamento. Há também um loteamento fechado, porém este de ocupação já antiga e consolidada. A urbanização neste local, proibitiva conforme exposto através do Plano Diretor, avança em todas as direções, particularmente ao norte do aeroporto, para além das matas existentes numa área de acentuada declividade, até a linha Barra do Rio dos Índios.

Figura 15 – Densidade de edificações ao redor do aeroporto municipal (2023 e 2010)



Fonte: Imagens Google Earth (2023).

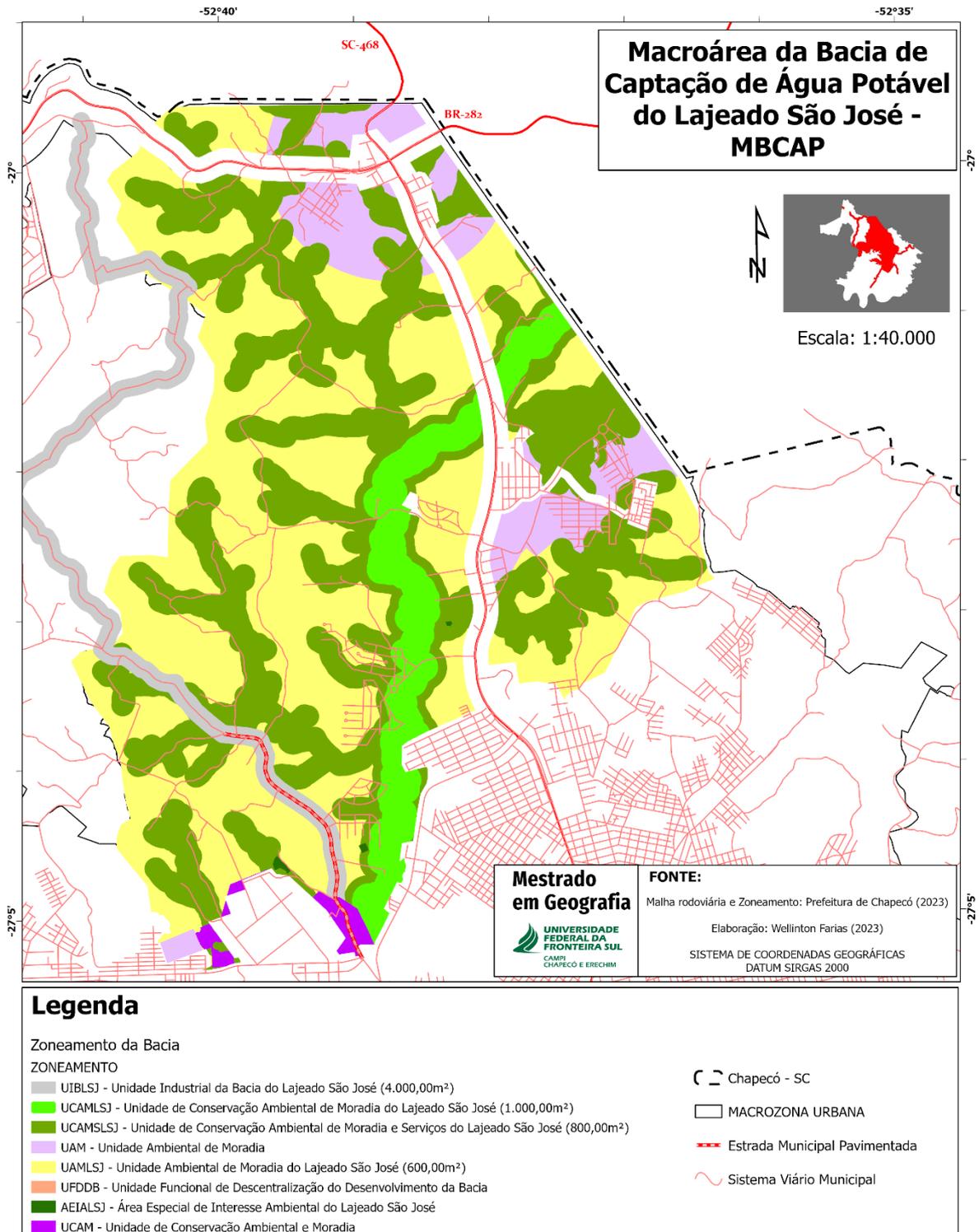
Quanto à Macroárea da Bacia de Captação de Água Potável do Lajeado São José, esta compreende as regiões do entorno do Lajeado São José, destinadas primordialmente à proteção dos mananciais de água e conservação dos ecossistemas associados. As principais proibições e restrições nesta área visam preservar a qualidade e a quantidade da água, essencial para o abastecimento público do município. Isso inclui limitações ao parcelamento da terra, restrições a determinados tipos de atividades industriais, agropecuárias ou qualquer outra que possa comprometer a qualidade da água e do ambiente. Medidas de proteção incluem a preservação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e a regulação do uso e ocupação da terra em áreas adjacentes para minimizar impactos ambientais (Artigos 55 e 89).

Uma das restrições mais importantes nesta área, e que dizem respeito ao processo de urbanização, é a limitação no tamanho dos lotes. Nas áreas representadas em amarelo na

Figura 16, delimitadas pelo zoneamento como Unidade Ambiental de Moradia do Lajeado São José, exige-se que o tamanho mínimo dos lotes urbanos seja de 600 m<sup>2</sup>. Tal metragem quadrada pode ser considerada alta, sendo que a maioria dos lotes urbanos possuem área em torno de 360 m<sup>2</sup>. Esta é uma característica que encarece o preço da terra urbana. Além deste zoneamento, outros dois exigem que os lotes tenham 800 m<sup>2</sup> ou 1.000 m<sup>2</sup>. O tamanho destes lotes foi assim definido, podemos inferir, para evitar que haja uma urbanização mais densificada nesta área, o que poderia comprometer a qualidade ambiental da bacia hidrográfica.

Desta forma, o zoneamento do entorno do Lajeado São José constitui um vetor de inibição ao crescimento urbano popular, e mesmo desenfreado, ao menos por parte do mercado formal de habitação, aqui entendido como sendo promovido pelas loteadoras e construtoras que obedecem às disposições do ordenamento territorial, e se submetem à aprovação da prefeitura para seus projetos.

Figura 16 – Macroárea da Bacia de Captação de Água Potável do Lajeado São José (MBCAP)



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

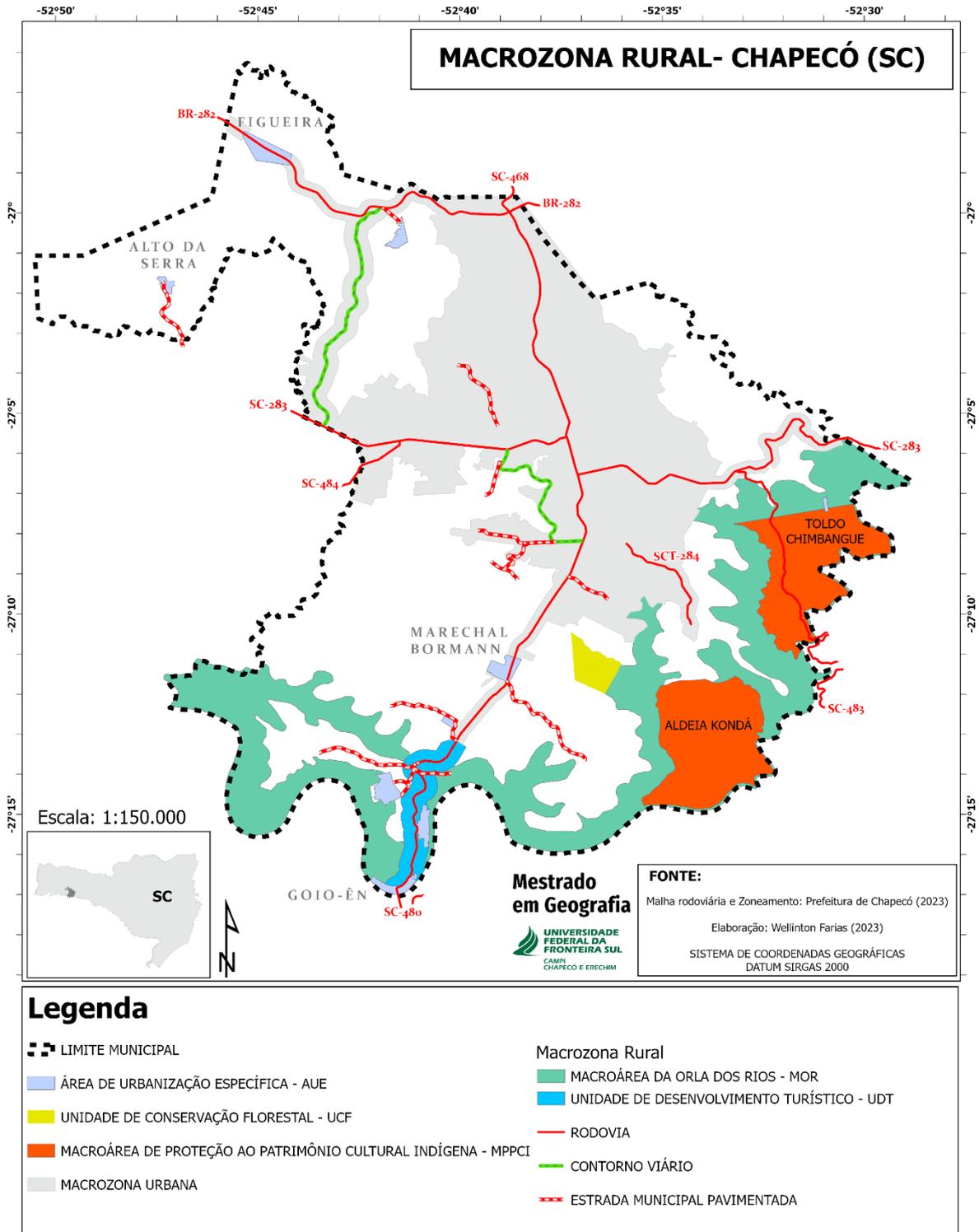
Além dos sub-zoneamentos da Macrozona Urbana, o município também planejou o ordenamento do espaço rural, através da Macrozona Rural. A Macrozona Rural (MR) é uma das duas grandes divisões territoriais de Chapecó, conforme o plano diretor do município, e tem como finalidade a realização de atividades produtivas predominantemente ligadas à produção agrofamiliar, incluindo extrativas, agrícolas, hortifrutigranjeiras, pecuárias e turísticas. Esta zona é caracterizada por suas particularidades naturais, econômicas e culturais. Dentro da Macrozona Rural, existem várias subdivisões, chamadas de macroáreas, áreas e unidades territoriais, cada uma com seus objetivos específicos e limitações para uso e ocupação da terra.

As principais subdivisões da Macrozona Rural são: Macroárea da Orla dos Rios (MOR), Macroárea de Desenvolvimento Rural (MDR) e Macroárea de Proteção do Patrimônio Cultural Indígena (MPPCI). A primeira é organizada ao longo das margens dos rios Uruguai e Irani e alguns afluentes, priorizando a preservação ambiental e o desenvolvimento de atividades agrofamiliares e de turismo rural. A segunda é constituída por glebas destinadas a atividades produtivas extrativas, agrícolas, hortifrutigranjeiras, pecuárias, agroindustriais, industriais, uso residencial e outras atividades urbanas para atendimento das comunidades rurais. Já a MPPCI inclui as reservas indígenas Toldo Chimbangue e Aldeia Kondá, visando a conservação das características culturais indígenas e a preservação ambiental.

Além dessas macroáreas, existem várias unidades específicas como Área de Urbanização Específica (AUE) e Unidade de Conservação Florestal (UCF). Esta última, corresponde à área da floresta nacional localizada no distrito de Marechal Bormann, onde o uso da terra deve estar adequado ao plano de manejo do órgão federal responsável pela sua manutenção e conservação.

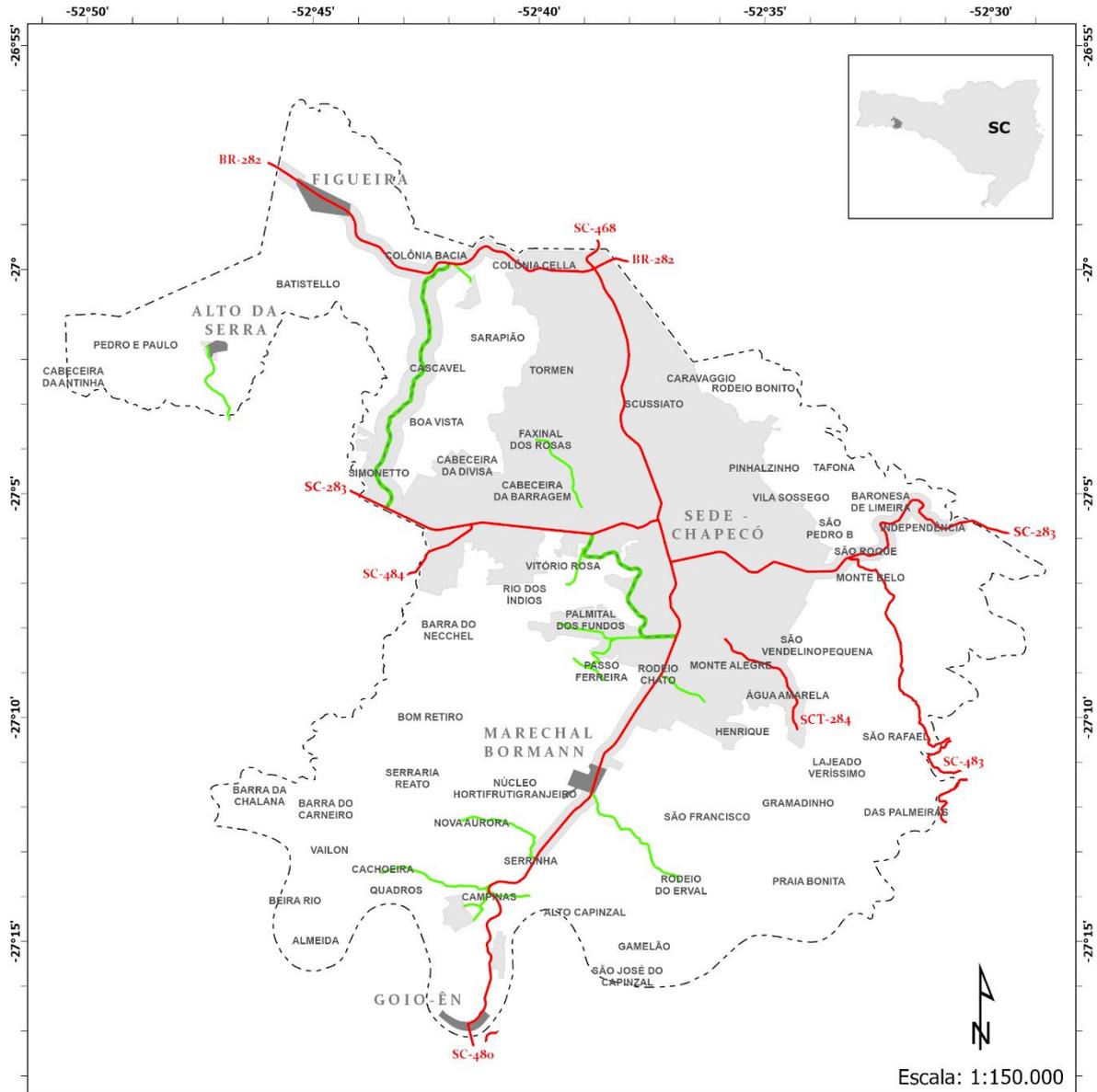
As Áreas de Urbanização Específica, existentes na Macrozona Rural, dizem respeito à sede urbana dos distritos do município, que são, a saber: Alto da Serra, Figueira, Goio-ên e Marechal Bormann. A localização destes distritos, bem como das comunidades rurais, usualmente classificadas como povoados e lugarejos, pode ser visualizada na Figura 18.

Figura 17 – Macrozona Rural (MR)



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Figura 18 – Distritos e Povoados de Chapecó



<b>DISTRITOS E POVOADOS DE CHAPECÓ (SC)</b>		<b>Mestrado em Geografia</b>   UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPI CHAPECÓ E ERECHIM	SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS  DATUM SIRGAS 2000  ELABORAÇÃO: WELLINTON FARIAS (2023)
<b>Legenda</b>  ☐ Chapecó - SC  ■ Macrozona Urbana  ■ Distrito - Perímetro Urbano			— Rodovia Estadual/Federal  — Contorno Viário  — Estrada Municipal Pavimentada
<b>FONTE:</b>  Limite Municipal: IBGE (2022)  Malha rodoviária, Macrozona Urbana, Distritos e Povoados/ Lugarejos: Prefeitura de Chapecó (2023)			

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Considerando que a existência de perímetro urbano legal é o que permite o loteamento da terra, convém mencionar que o artigo 47 da lei do plano diretor estabelece que estas Áreas de Urbanização Específica podem ser gravadas nas sedes de comunidades ou linhas rurais, o que auxilia no entendimento da forma como a urbanização tende a ser dispersa ao longo de todo o município, não estando restrita unicamente ao urbano legal que circunda a cidade enquanto sede municipal.

Ademais, segundo o artigo 51, o parcelamento da terra para fins urbanos na Macrozona Rural somente é permitido:

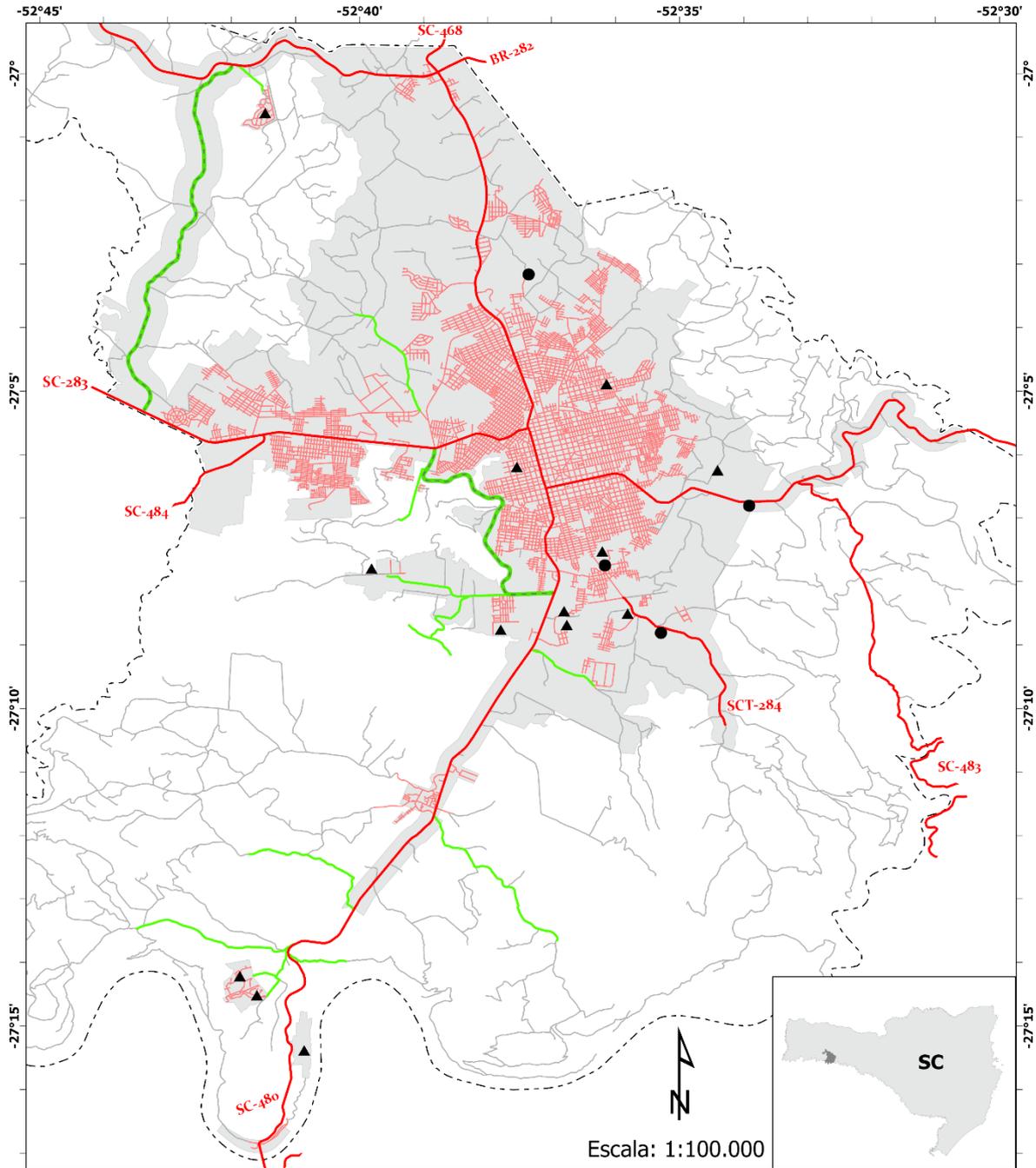
I - nas Áreas de Urbanização Específica delimitadas neste Plano Diretor ou definidas por Lei específica; II - na Macroárea da Orla dos Rios, na forma de condomínios horizontais, loteamentos de chácaras de lazer e recreio e condomínios empresariais para uso comercial, logística e serviços; III - na Unidade de Desenvolvimento Turístico, na forma de condomínios horizontais e loteamentos de chácaras de lazer e recreio. (CHAPECÓ, 2014)

Desta forma, a construção de condomínios horizontais e loteamentos de chácaras de recreio pode estar pulverizada ao longo do território municipal, indiferentemente da sua distância da área urbana consolidada e de maior infraestrutura, como pode ser visto na

Figura 19. Até o ano de 2023, haviam quatro loteamentos fechados em construção, além de outros treze já consolidados ou em processo de ocupação residencial.

A presente caracterização do ordenamento territorial reflete a compreensão de que o planejamento territorial não é meramente um exercício de alocação de usos da terra, mas uma estratégia complexa que engloba dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais.

Figura 19 – Loteamentos Fechados de Chapecó



<b>LOTEAMENTOS FECHADOS</b> Dezembro de 2023		<b>Mestrado em Geografia</b>  SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS DATUM SIRGAS 2000 ELABORAÇÃO: WELLINTON FARIAS (2023)
<b>Legenda</b> <ul style="list-style-type: none"><li>▲ Consolidado</li><li>● Em construção (2023)</li><li>▭ Chapecó - SC</li><li>■ Macrozona Urbana</li><li>— Rodovia Estadual/Federal</li><li>— Contorno Viário Existente</li><li>— Estrada Municipal Pavimentada</li><li>— Estrada Municipal</li><li>— Sistema Viário Urbano</li></ul>		
<b>FONTE:</b> Limite Municipal: IBGE (2022) Malha rodoviária, Macrozona Urbana e Loteamentos Fechados: Prefeitura de Chapecó (2023)		

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

#### 4 O ESPAÇO PERIURBANO DE CHAPECÓ: UMA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO

A densidade de edificações é frequentemente utilizada como um indicador de urbanização. Áreas com alta densidade de edificações são tipicamente consideradas urbanas, enquanto áreas com baixa densidade de edificações tendem a ser classificadas como rurais, como observado na classificação dos setores censitários do IBGE, que, adicionalmente, considera a legislação municipal para esta definição. O periurbano, como visto na literatura trazida ao longo do primeiro capítulo, é caracterizado por uma densidade intermediária, que não é nem tão baixa quanto a rural, nem tão alta quanto a urbana.

No periurbano, a densidade de edificações pode variar significativamente, refletindo a natureza heterogênea dessa zona, condicionada por vezes pelo ordenamento territorial e pelas intenções dos atores e agentes que produzem este espaço. Este gradiente de densidade é um indicativo de transição, onde o espaço começa a se diferenciar do tecido urbano contínuo e apresenta características que se aproximam do rural.

A análise da distribuição e densidade de edificações permite identificar padrões de desenvolvimento, como a expansão linear ao longo de vias principais ou o crescimento em aglomerados. Tais padrões são importantes para entender os processos de periurbanização, incluindo a dispersão urbana e a fragmentação do espaço. Estes dados, combinados aos de infraestrutura tais como a de vias pavimentadas, informam onde e como o desenvolvimento pode ser direcionado e quais áreas podem necessitar de maior infraestrutura e serviços.

A densidade de edificações, embora seja reveladora do processo de urbanização, é um dos aspectos desta metodologia de maior dificuldade de tratamento, uma vez que não há – ou, se desconhece - métricas ou parâmetros consolidados na literatura acadêmica para definição dos limites da periurbanização. Por ser um processo difuso e por vezes fragmentado, a definição do número de residências, da distância da área urbana consolidada ou demais critérios analíticos torna-se complexa.

A primeira etapa desta metodologia consistiu na **identificação das áreas urbanizadas** de Chapecó, através do estudo de Áreas Urbanizadas do Brasil, versão 2019, elaborada pelo IBGE. Após seu *download*, o arquivo *shapefile* foi carregado

dentro do Sistema de Informações Geográficas *ArcGIS Pro 3.1*, por onde os demais dados foram tratados através de técnicas de geoprocessamento adiante detalhadas.

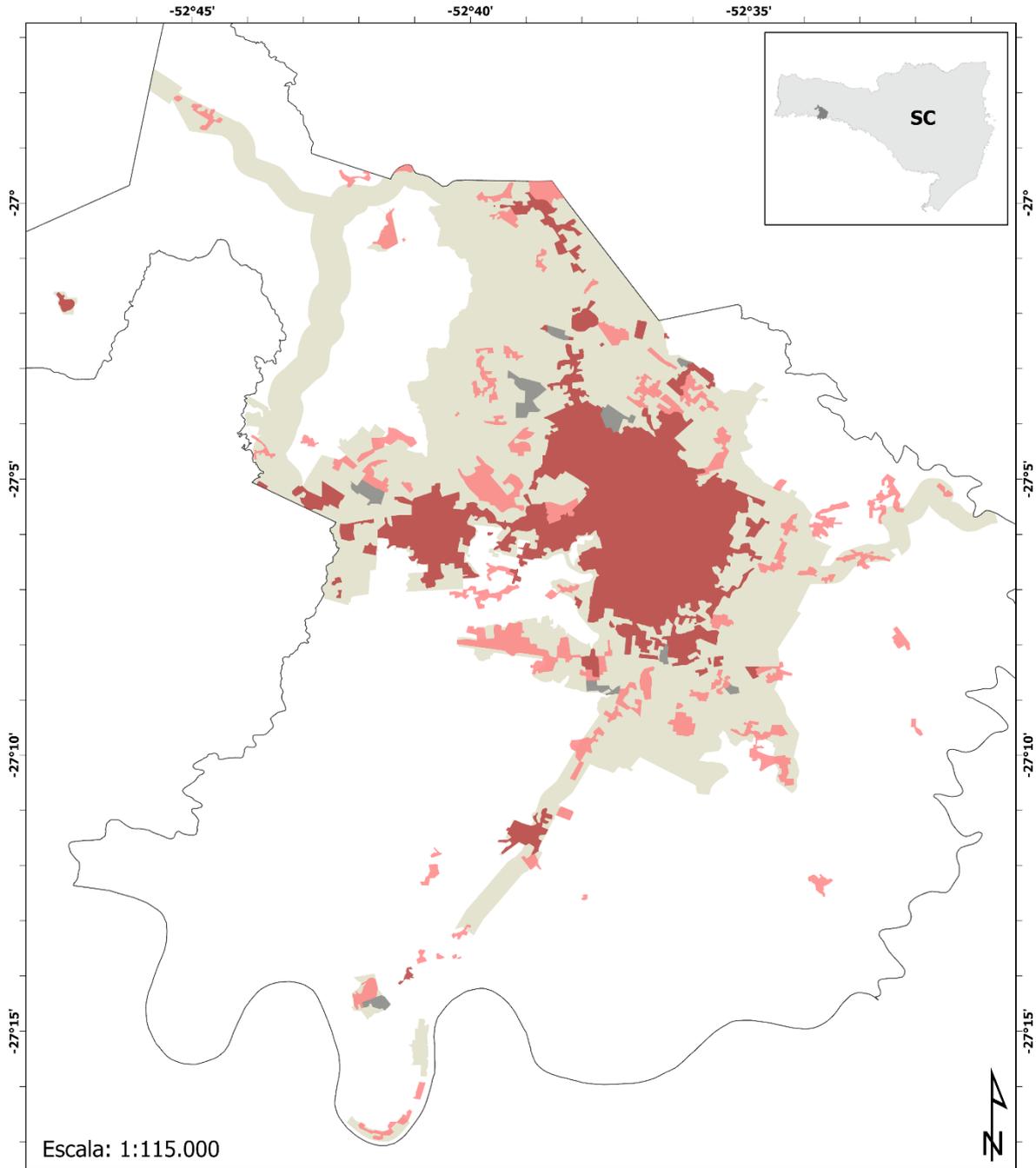
Esta base consiste em um mapeamento que diferencia áreas internas dos tecidos urbanos em áreas densas e áreas pouco densas, o que permite uma análise do gradiente de urbanização da cidade. Além disso, essa base representa uma atualização do estudo anterior, realizado em 2015, permitindo a identificação de áreas que passaram por expansão ou aumentaram sua densidade urbana.

Utilizando interpretação visual de imagens do Satélite Sentinel-2/MSI e apoio de um Sistema de Informações Geográficas (SIG), as áreas urbanizadas foram delimitadas baseando-se na geometria dos objetos (forma) e arranjo espacial (padrão). São estabelecidos critérios específicos para o que constitui uma área urbanizada, incluindo densidade de edificações e a proximidade de setores censitários com características urbanas. Áreas construídas afastadas dos setores de interesse são incluídas baseadas em critérios de densidade domiciliar (IBGE, 2019). Por conta da complexidade envolvida na produção desta base de Áreas Urbanizadas 2019 do IBGE, consideramos que ela é adequada aos propósitos desta pesquisa.

O segundo passo foi aplicar um **buffer de 1,5 km** em todos os polígonos obtidos do mapeamento anterior, os quais são classificados como densos, pouco densos ou loteamentos vazios, de modo que fragmentos de áreas urbanizadas desconectados até um limite máximo de 3 km pudessem ser unidos. Importante destacar que áreas classificadas como pouco densas ou loteamento vazio não foram excluídas desta etapa, considerando que elas constituem elementos significativos do espaço periurbano, e que sua localização tensiona as dinâmicas socioespaciais circundantes para uma contínua urbanização, tendencialmente até a incorporação destas áreas pelo tecido urbano consolidado. Quanto à definição pela medida de distância total de 3 km, esta se justifica pois, segundo nota da publicação *Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil*, do IBGE:

a distância de 3 km é adotada como máxima por se considerar que, para percorrê-la a pé, demora-se em torno de 30 minutos. Acredita-se que uma distância maior impacta nas relações diárias de convívio, o que não caracterizaria uma integração, ao se considerar somente o critério das distâncias entre as manchas urbanizadas principais (IBGE, 2016, p. 22).

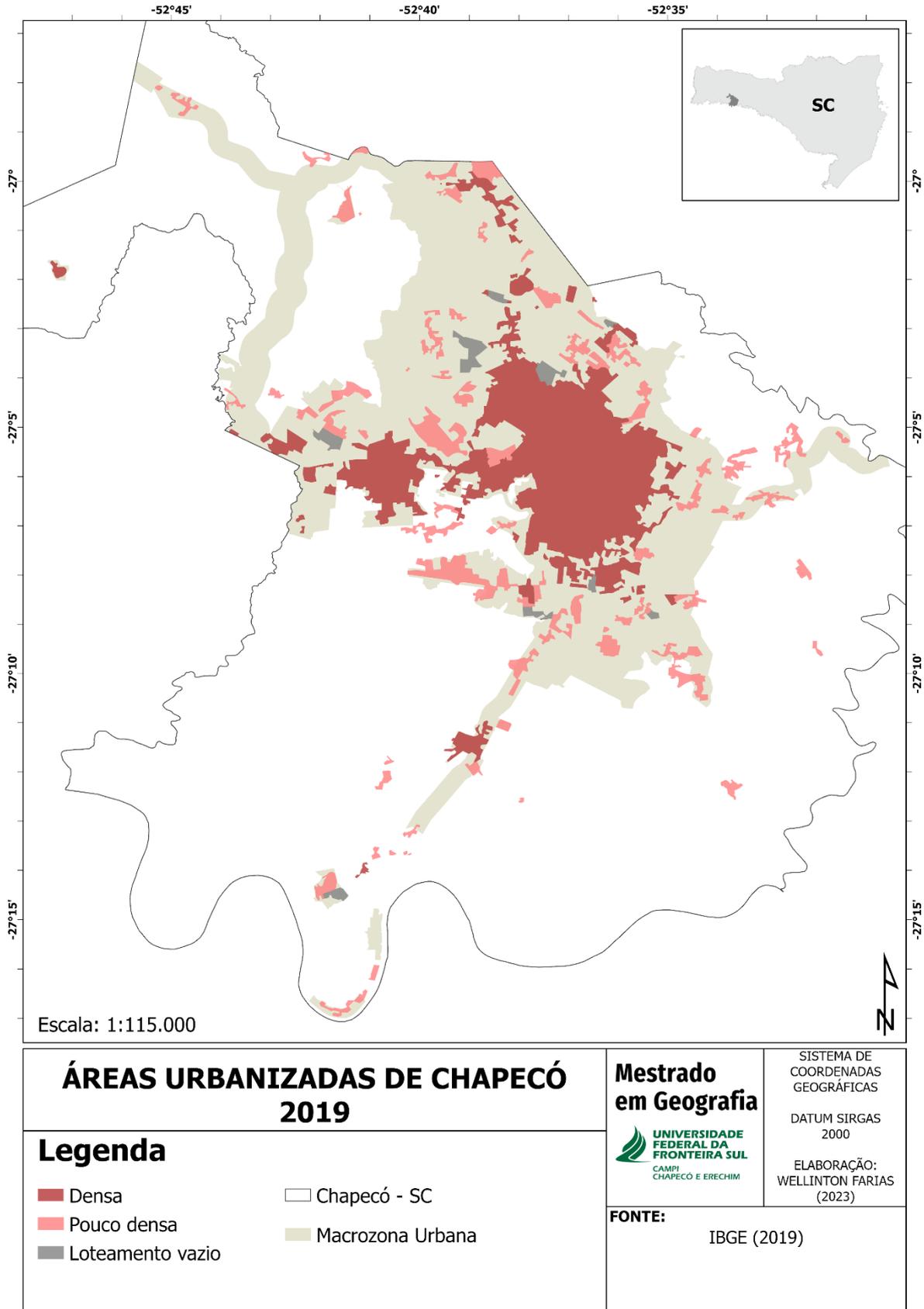
Figura 20 – Mapa gerado após a primeira etapa: áreas urbanizadas



<b>ÁREAS URBANIZADAS DE CHAPECÓ 2019</b>		<b>Mestrado em Geografia</b>   UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPI CHAPECÓ E ERECHIM	SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS  DATUM SIRGAS 2000
<b>Legenda</b> ■ Densa ■ Pouco densa ■ Loteamento vazio □ Chapecó - SC ■ Macrozona Urbana			ELABORAÇÃO: WELLINTON FARIAS (2023)
		<b>FONTE:</b> IBGE (2019)	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023);

Figura 21 – Mapa gerado após a segunda etapa: *buffers* das áreas urbanizadas



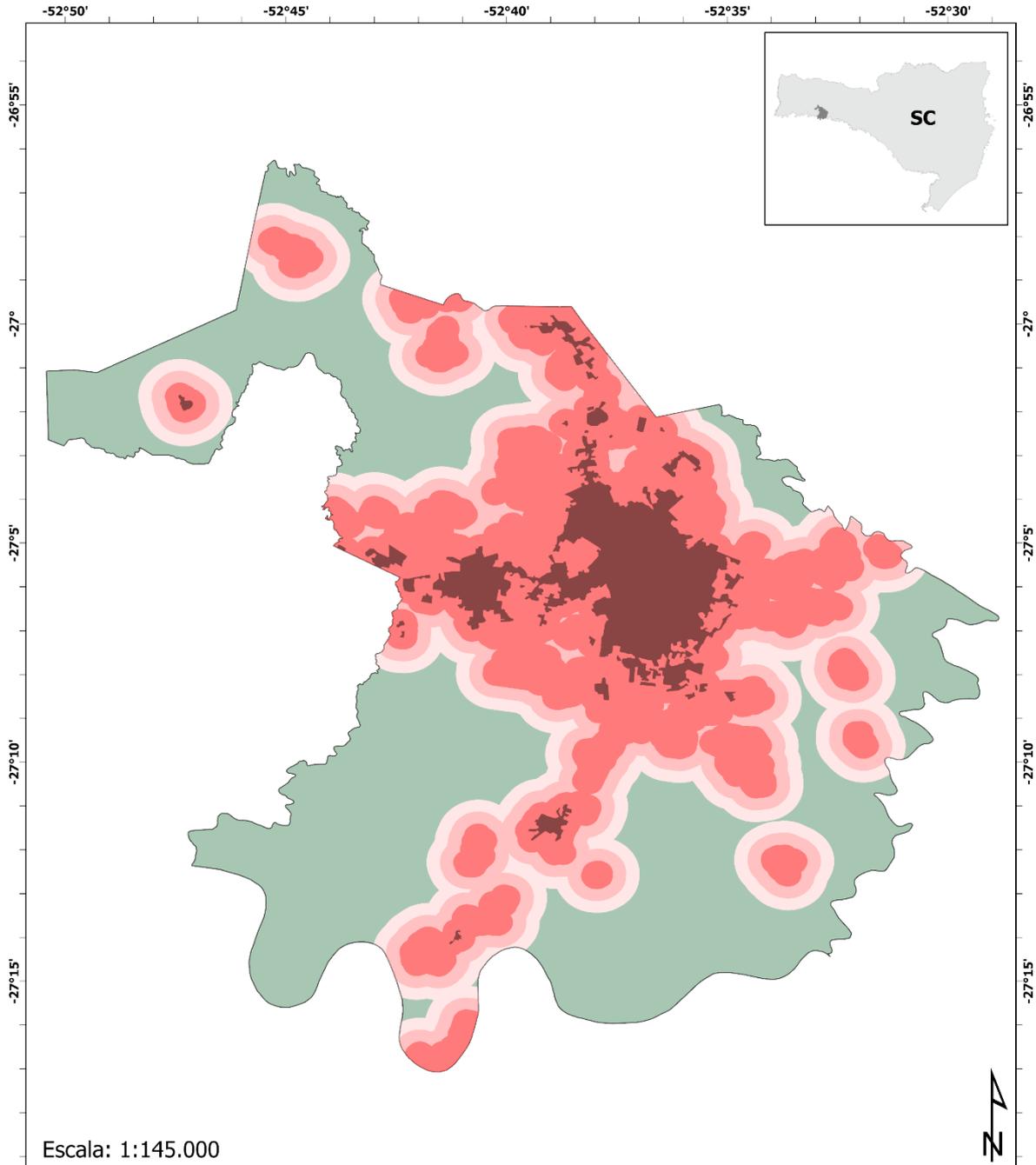
Fonte: Elaborado pelo autor (2023);

A terceira etapa envolveu a criação de um **gradiente de urbanização**, reconhecendo que o espaço periurbano é um *continuum* que se estende da área urbana consolidada até as regiões rurais. Neste processo, definimos três zonas de transição baseadas em distâncias progressivas a partir dos polígonos das áreas urbanizadas identificadas inicialmente. A densidade de urbanização diminui com o aumento da distância do núcleo urbano. Estabelecemos 1,5 km como a distância máxima, com base em critérios previamente justificados. A partir desse limite, foram criados dois *buffers* adicionais, regredindo a distância em medidas iguais, resultando em zonas intermediárias de 1 km e uma mais próxima de 500 metros. Este esquema proporciona uma estruturação detalhada e graduada da expansão urbana até a periferia rural. Após a geração dos *buffers*, foi realizado um procedimento de correção nos limites, para que não excedessem os limites do município de Chapecó.

Ressalta-se que a adoção dessas distâncias lineares foi uma estratégia para simplificar a complexidade inerente à realidade, reconhecendo que a representação cartográfica do espaço periurbano é desafiadora, sem a existência de técnicas ou metodologias amplamente aceitas e replicáveis na literatura atual. O objetivo não é demarcar de forma rígida as fronteiras entre o urbano e o rural, nem esgotar todas as variáveis e parâmetros possíveis. Adicionalmente, reconhecemos a importância crítica dos dados populacionais e de padrões de movimentação territorial para este tipo de análise. No entanto, dada a ausência, até a data de conclusão desta pesquisa, dos dados intraurbanos provenientes do censo 2022, e considerando a evolução dinâmica do fenômeno estudado após o último censo disponível de 2010, torna-se inviável o uso de informações desatualizadas para uma análise mais precisa e relevante.

Ressaltamos que o urbano consolidado, representado nos mapas, não compõe o espaço periurbano. É aqui representado como suporte à compreensão da localização deste *continuum*, em contraste com o espaço rural, representado a partir da terceira etapa, em verde.

Figura 22 – Mapa gerado após a terceira etapa



Escala: 1:145.000

<b>PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO PERIURBANO DE CHAPECÓ</b>		<b>Mestrado em Geografia</b>  UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPI CHAPECÓ E ERECHIM	SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS DATUM SIRGAS 2000
<b>Legenda</b> □ Chapecó - SC ■ Rural ■ Urbano Consolidado			■ Periurbano - Buffer 500 m ■ Periurbano - Buffer 1 km ■ Periurbano - Buffer 1,5 km
		<b>FORNTE:</b> Limite Municipal IBGE (2021)	

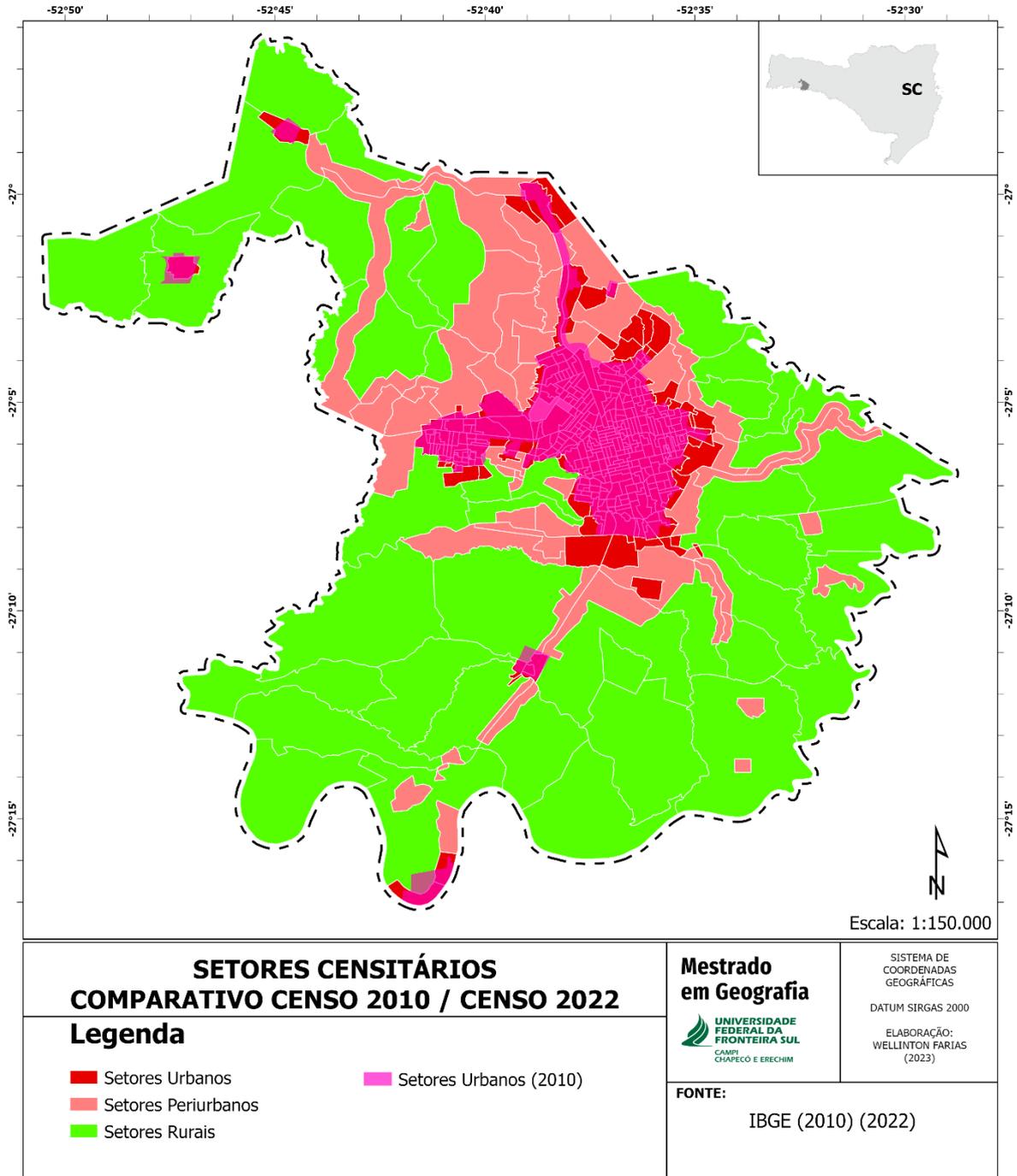
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A quarta etapa, empregada como procedimento de validação das representações cartográficas desenvolvidas, envolveu a sobreposição de camadas contendo elementos fundamentais do espaço periurbano. Esta etapa incluiu: (i) o sistema viário, abrangendo estradas rurais pavimentadas; (ii) objetos geográficos significativos, como infraestruturas relevantes (universidades, zonas industriais, centros comerciais); e (iii) áreas residenciais distintas, incluindo condomínios fechados e assentamentos irregulares (iv) zoneamento da MEUF e comparativo de setores censitários. Este processo permitiu uma avaliação criteriosa da precisão e integridade das representações cartográficas, assegurando que refletissem de forma fidedigna a configuração espacial em estudo.

O comparativo entre setores censitários foi realizado em procedimento separado, sendo que o mapa produzido serviu novamente como comparativo a esta cartografia para validação dos padrões de expansão urbana (Figura 23). O zoneamento municipal foi obtido através do setor de geoprocessamento da Prefeitura de Chapecó, no formato digital e editável, através do arquivo do projeto no formato ArcGIS, na extensão *mpk*. Isto possibilitou a elaboração de mapas próprios, permitindo variar as escalas e integrar outros dados geoespaciais com o uso de SIG, o que seria mais dificultoso utilizando apenas os mapas prontos, em formato *PDF*, dos arquivos disponíveis em anexo à lei do Plan Nesta metodologia, buscou-se identificar quais dos zoneamentos eram orientadores da expansão urbana. Através da leitura da legislação do zoneamento, especificamente a Lei complementar nº 541, de 26 de novembro de 2014 (lei do Plano Diretor), foi possível apurar que a Macroárea de Expansão Urbana Futura – MEUF era aquela que delimitava as áreas com potencial de urbanização futura, sobretudo porque considera predominância de áreas naturais, polos indutores de desenvolvimento tais como universidade e indústria, e rodovias como eixos orientadores de crescimento, aspectos que são semelhantes ao já debatido pela literatura como caracterizadores do espaço periurbano.

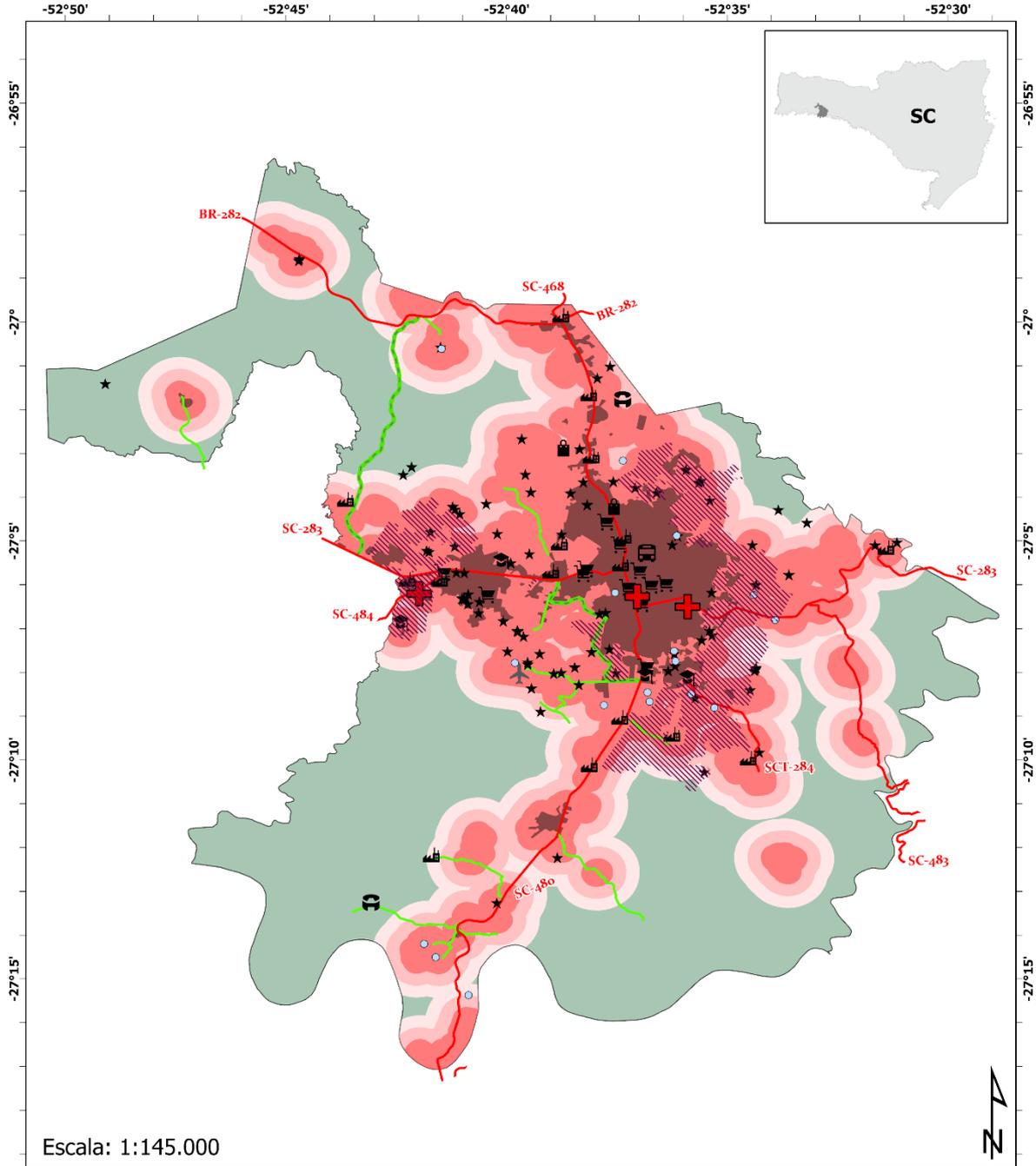
Somado aos setores censitários periurbanos e à base de áreas urbanizadas, tratadas nos itens anteriores, o zoneamento MEUF e a macrozona urbana foram adicionados à análise, para determinação dos limites do espaço periurbano. Novamente reitera-se que estes contornos de área são exclusivamente indicativos, sendo o espaço periurbano delimitado ao final, com adaptações em seus contornos.o Diretor 2014.

Figura 23 – Comparativo e reagrupamento de setores censitários



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Figura 24 – Mapa gerado após a quarta etapa



<b>PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO PERIURBANO DE CHAPECÓ</b>		<b>Mestrado em Geografia</b>	SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS
<b>Legenda</b>			DATUM SIRGAS 2000
□ Chapecó - SC	✈ AEROPORTO	🎓 UNIVERSIDADE	ELABORAÇÃO: WELLINGTON FARIAS (2023)
🌿 Rural	🏭 ÁREA INDUSTRIAL	🏠 Loteamento Fechado	
🏠 Urbano Consolidado	🛒 GRANDE SUPERMERCADO	★ Área Irregular	
🌸 Periurbano - Buffer 500 m	🏟 COMPLEXO ESPORTIVO	🛣 Estrada Municipal Pavimentada	
🌸 Periurbano - Buffer 1 km	🏥 HOSPITAL	🛣 Rodovia Estadual/Federal	
🌸 Periurbano - Buffer 1,5 km	🛣 RODOVIÁRIA	🛣 Contorno Viário Existente	
	🛍 SHOPPING	🛣 MEUF	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A

Figura 24 nos permite observar e identificar o espaço periurbano de Chapecó. Notadamente articulada ao redor das rodovias e estradas municipais pavimentadas, este espaço abrange a macroárea de expansão urbana futura, prevista no plano diretor. Verificamos que inexiste uma única direção de crescimento e adensamento urbano. O mapa também permite observar que o espaço urbano é composto majoritariamente por áreas irregulares, em todas as direções, além de estender-se até locais com a presença de indústrias.

No extremo sul, a área mais distante do núcleo urbano consolidado, encontram-se loteamentos fechados (*Villagos, Bouganville, Casas da Montanha*) e a sede do distrito de Goio-ên. Além disso, está ali situado um incubatório da Aurora e a construção de um Autódromo Internacional. No vetor norte, encontra-se o principal acesso à cidade, margeado por muitas empresas, além da construção de um novo shopping center (*Pulse Open Mall*) e de um novo centro esportivo de grande porte (Arena Chapecó). A área leste e sudeste caracteriza-se pela presença massiva de ocupações irregulares, de duas aldeias indígenas, e de algumas empresas. Convém destacar que é neste quadrante onde está situado um grande aterro sanitário, na rodovia SCT-284, o qual é circundado pelo intenso processo de periurbanização. Finalmente, a parte oeste do espaço periurbano é caracterizada pela existência da UFFS, de um novo distrito industrial em construção, do aeroporto, e de diversos loteamentos irregulares. É neste quadrante, também, onde está em fase de início de construção o terceiro hospital da cidade, e uma porção do zoneamento MEUF.

## **5 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PERIURBANO DE CHAPECÓ**

Neste capítulo buscamos realizar uma caracterização mais detalhada do espaço periurbano delimitado conforme o capítulo anterior. Inicialmente é realizada uma explanação a respeito do sistema viário e da influência das estradas rurais na conformação das áreas periurbanas. Em seguida, tratamos das aglomerações irregulares, um tipo muito presente no espaço em análise.

Por fim, propomos uma tipologia para a análise do espaço periurbano delimitado, subdividida a partir da divisão social do espaço e da divisão econômica do espaço. A classificação das áreas foi realizada a partir de trabalhos de campo e observações da paisagem, com auxílio de geotecnologias.

### **5.1 EIXOS E VETORES DE CRESCIMENTO**

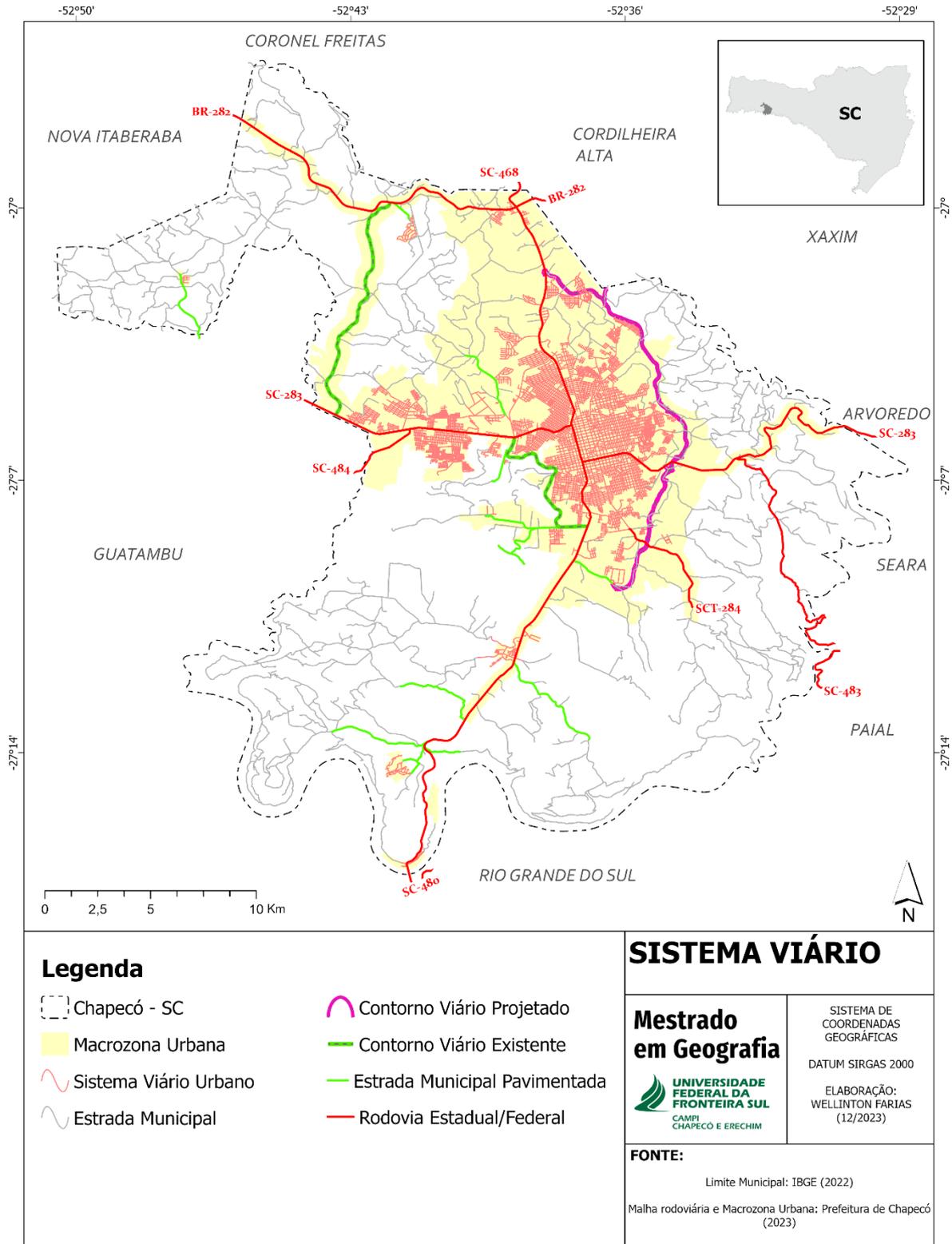
#### **5.1.1 Sistema Viário**

A cartografia do sistema viário foi obtida junto à Prefeitura de Chapecó. Para complementar as análises, foram feitas verificações junto à mapas rodoviários oficiais do DNIT, a fim de averiguar a nomenclatura e existência de todas as rodovias estaduais e federais existentes no município.

Convém mencionar que o sistema viário de Chapecó é composto por vias urbanas e rurais, sendo estas últimas denominadas como Estradas Municipais, que são hierarquizadas entre primárias e secundárias, sendo que algumas possuem nome ou numeração precedidas pelo código EMC (Estrada Municipal de Chapecó). A inclusão ou exclusão destas estradas municipais é regulamentada, e os processos podem ser acompanhados através do Conselho da Cidade, pois a existência destas vias implica em faixa de domínio e subdivisão de matrícula das glebas rurais. Ademais, associadas ao anexo IX do plano diretor 2014, orientam o sistema de anéis viários previstos, e que devem ser obedecidos pelos projetos de loteamentos que se fizerem nestas áreas.

Em suma, o sistema viário rural, importante nesta pesquisa por orientar os eixos e vetores da periurbanização, constitui um interesse particular do ordenamento territorial municipal, como ferramenta de antecipação e planejamento territorial nestas áreas.

Figura 25 – Sistema Viário de Chapecó



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A existência de contornos viários, consolidados ou em planejamento (como a Avenida Leste), associados às estradas municipais pavimentadas, formam eixos e vetores tendenciais dos processos de periurbanização, uma vez que a facilidade de deslocamento contribui para a densificação da ocupação, além de funcionar como uma amenidade para a valorização imobiliária. Esta valorização, que pode acarretar em práticas de especulação imobiliária, pode revelar vazios urbanos em áreas preferenciais para a ocupação, frente a espaços altamente densificados em lugares cujo objetivo do planejamento territorial não é a habitação urbana.

No caso do contorno viário leste projetado para Chapecó, mesmo sem estar construído, sua mera projeção já parece estar atuando como um catalisador para o desenvolvimento e a formação de assentamentos. Este fenômeno é um exemplo clássico de como os planos de infraestrutura podem estimular a especulação imobiliária e o surgimento de loteamentos, muitas vezes de forma irregular, antecipando-se à realização efetiva do projeto.

O contorno viário leste, ao ser construído, provavelmente funcionará como um eixo principal impulsionando o crescimento urbano, facilitando o acesso a áreas que anteriormente eram menos acessíveis e, portanto, menos atrativas para o desenvolvimento. Esta acessibilidade pode aumentar o valor da terra e estimular investimentos em habitação e comércio. Por sua vez, as estradas municipais pavimentadas já existentes na região têm um efeito similar, promovendo o crescimento ao longo dessas vias.

### **5.1.2 Áreas Irregulares**

As áreas irregulares constituem uma categoria de análise essencial no estudo do desenvolvimento urbano, sobretudo no que tange à legislação urbana e ao parcelamento da terra. Embora a terminologia "irregular" possa sugerir, no âmbito da Geografia Humana, grandes desigualdades e carestias socioeconômicas, neste contexto ela se refere especificamente às incongruências entre o crescimento espontâneo da malha urbana e as diretrizes legais de ocupação e uso da terra. Elas emergem como espaços que se desenvolvem à revelia do planejamento urbano formal, caracterizando-se pela ausência de registro legal de suas configurações de loteamento, uso da terra e propriedade. Essa irregularidade não é meramente um

fenômeno físico, mas um estado jurídico que desafia as premissas do planejamento e da gestão urbana.

Tais áreas são caracterizadas pela emergência de ocupações que divergem dos procedimentos e normas de planejamento urbano estabelecidos, delineando-se como espaços que carecem de reconhecimento legal e integração à estrutura formal da cidade. A irregularidade manifesta-se também, em muitos casos, na falta de infraestrutura básica e serviços públicos adequados, uma vez que essas áreas frequentemente se desenvolvem sem a supervisão e o suporte do poder público.

A exploração deste conceito permite uma compreensão das tendências de expansão urbana em Chapecó. Para isto, realizou-se um mapeamento de todas as áreas irregulares que estavam em processo de regularização fundiária até o mês de novembro de 2023. A localização destas áreas foi obtida junto à Diretoria de Regularização Fundiária e Habitação, da Prefeitura de Chapecó. Convém mencionar que esta cartografia representa exclusivamente aquelas áreas em processo de regularização. Áreas recém regularizadas<sup>5</sup> e áreas irregulares que ainda não estavam em processo de regularização<sup>6</sup> não foram mapeadas.

Ademais, é importante mencionar que, considerando a densidade de edificações ao longo desta pesquisa, é possível inferir que há extensas áreas ainda irregulares. Isto se baseia no fato de que todo núcleo regularizado passa a incorporar a malha de quadra e lotes urbanos, mesmo que disperso e/ou distante da área urbana consolidada. Desta forma, áreas recém regularizadas estão dispostas no mapa de quadras e lotes da prefeitura. Os locais com alta densidade de edificações que não estejam em processo de regularização fundiária (como é o caso do mapa a seguir), e que não estejam no mapa cadastral urbano, constituem assentamentos irregulares, tanto em áreas urbanas legais como nas rurais. No caso das áreas legalmente rurais porque uma gleba possui diretrizes para seu parcelamento mínimo, e uma alta densidade de edificações pode representar processos de loteamentos clandestinos. Quanto às áreas legalmente urbanas, porque há diretrizes para a construção de loteamentos, e todos os processos precisam de aprovação da prefeitura municipal,

---

<sup>5</sup> Após findar o processo de regularização fundiária, as glebas passam a integrar o sistema viário e de lotes oficial da cidade.

<sup>6</sup> Considerando a legislação pertinente, sobretudo a Lei federal nº 6.766/1979, as glebas rurais que apresentam elevada densidade de edificações, mesmo que dentro do perímetro urbano, constituem indícios de parcelamento irregular quando estes lotes não compõem o mapa urbano de lotes do município.

que disponibiliza todas as informações através do sítio eletrônico do Conselho da Cidade de Chapecó (CONCIDADE).

O mapeamento detalhado dessas áreas irregulares, realizado com uso de técnicas de geoprocessamento e análise geoespacial, fornece uma visão clara da escala e da complexidade do desafio que a irregularidade representa para a administração municipal. A cartografia obtida revela não apenas a extensão dessas áreas, mas também a variedade de situações que abrangem, desde loteamentos isolados até aglomerações de maior densidade.

A legislação que embasa a regularização fundiária, especificamente a Lei Federal nº 13.465/2017 (Reurb), oferece o arcabouço legal necessário para a transformação desses espaços. A Lei da Reurb apresenta procedimentos e instrumentos que permitem a regularização de assentamentos urbanos informais, reconhecendo a posse de seus habitantes e viabilizando a implementação de infraestrutura. Este processo de regularização, no entanto, vai além da simples legalização da terra; ele implica uma série de ações integradas que abarcam aspectos sociais, econômicos, urbanísticos e ambientais.

Observando a cartografia elaborada, na

Figura 26, nota-se que não há um só eixo ou vetor de crescimento das áreas irregulares. Estas áreas estão distribuídas ao longo de todas as direções, tanto dentro da malha urbana consolidada, quanto nas franjas urbanas. Há também áreas irregulares fora da macrozona urbana, no espaço legalmente rural, o que demonstra que a dispersão da urbanização (formal e, nesse caso, informal) não obedece ao perímetro definido pela macrozona urbana.

Chama atenção, também, que este tipo de urbanização não segue os eixos de rodovias estaduais ou federais. Quando não estão dispersos ao longo da malha urbana consolidada, isto é, quando estão presentes no espaço periurbano, as áreas irregulares estão associadas aos eixos de estradas municipais rurais, principalmente nas imediações do aeroporto, onde há pavimentação destas vias.

Convém mencionar que todas as estradas municipais pavimentadas, representadas na Figura 25, foram pavimentadas ao longo do ano de 2023, ou seja, a presença de vias rurais asfaltadas não atuou como promotor deste tipo de periurbanização, pois o processo de urbanização destas áreas antecedeu a implantação desta infraestrutura. Sendo assim, podemos inferir que a pavimentação de vias rurais ocorreu como um melhoramento urbanístico ocasionado devido à urbanização nestas áreas.

As características destes espaços irregulares são diversas, variando de loteamentos ou condomínios de alta renda, como representado no extremo norte da área urbana, próxima ao início do contorno viário extremo oeste (Condomínio residencial Espelho das Águas), a núcleos urbanos na área rural, como aqueles situados no extremo leste do município, após o contorno viário projetado e ao norte da rodovia SC-283 (

Figura 26). Isto demonstra que mesmo locais de residência de pessoas de alta renda pode estar em desacordo com as normas de ordenamento territorial vigente, necessitando de regularização fundiária.

Muitas das áreas irregulares estão nas bordas da macrozona urbana, sugerindo que essas áreas podem estar em transição ou podem representar expansões recentes da área urbana que ainda não foram completamente regulamentadas ou incorporadas no tecido urbano formal.

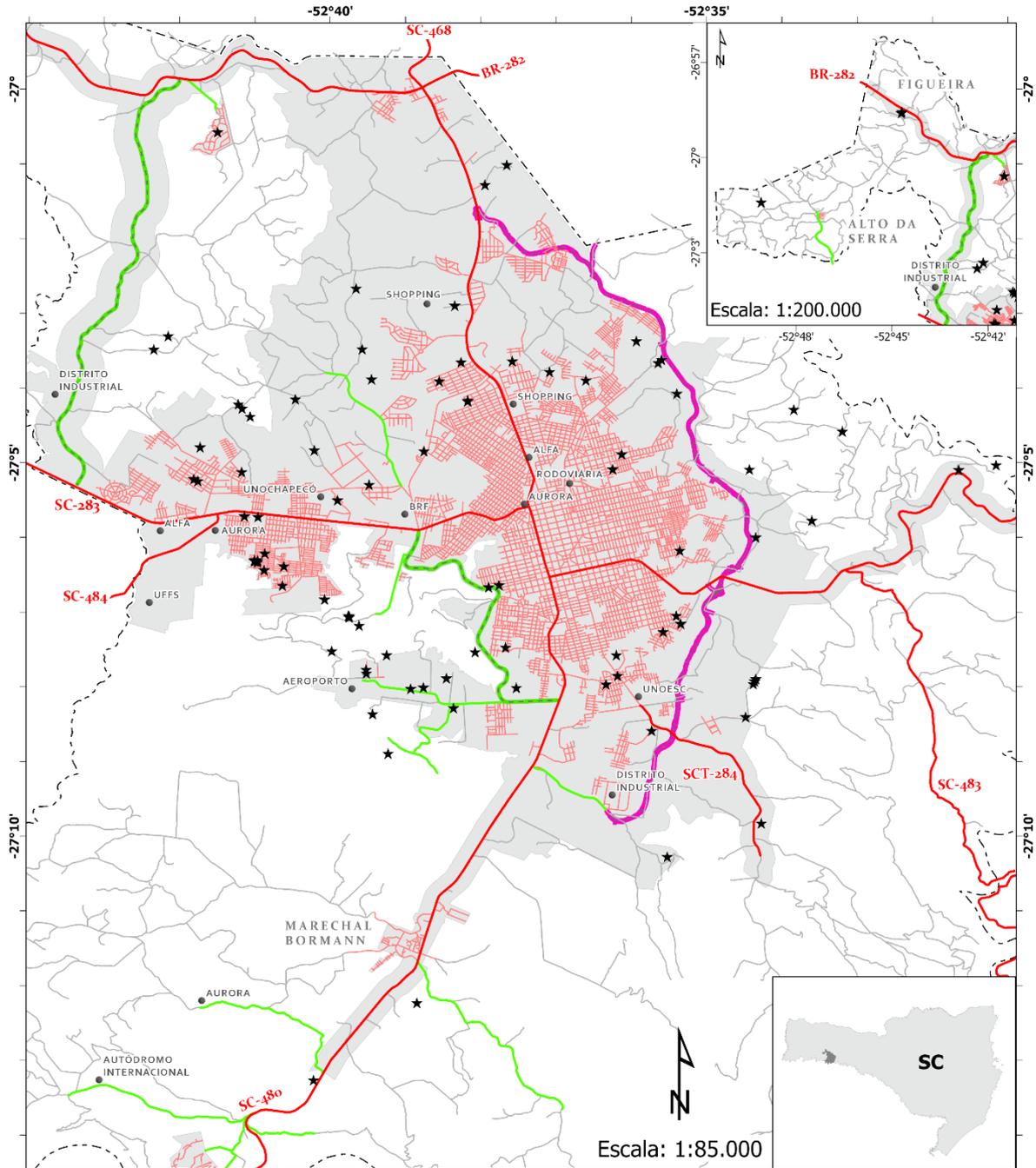
Existem algumas áreas irregulares que estão relativamente isoladas ou dispersas, não diretamente adjacentes às grandes vias ou ao contorno urbano. Essas podem ser comunidades que se desenvolveram de maneira mais autônoma ou podem refletir a ocupação de terras para usos específicos que não estão alinhados com o planejamento urbano oficial.

Observa-se a formação de *clusters* de áreas irregulares em torno de certas infraestruturas-chave, como o aeroporto e áreas industriais. Isso pode indicar a busca por proximidade a locais de empregos e serviços, resultando em assentamentos que crescem de forma orgânica e sem planejamento formal.

Alguns desses assentamentos irregulares parecem estar próximos ou até sobrepostos a contornos viários projetados – especialmente na borda oriental da cidade –, o que pode indicar conflitos potenciais entre o desenvolvimento atual e o planejamento urbano para o futuro.

Considerando que o processo de regularização fundiária tornará estes núcleos em tecido urbano formal, verifica-se a pressão de incorporação de áreas ao tecido urbano.

Figura 26 – Áreas Irregulares de Chapecó (2023)



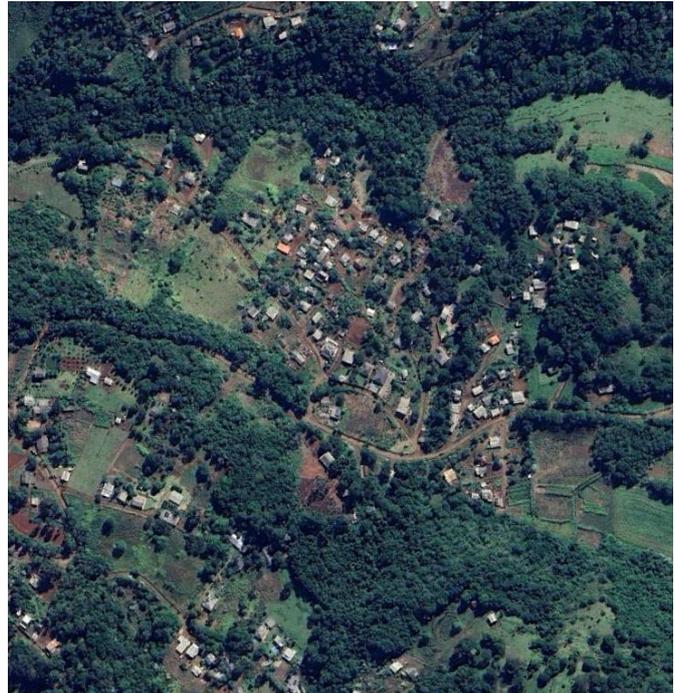
<h2>ÁREAS IRREGULARES EM CHAPECÓ (SC)</h2> <p>Novembro de 2023*</p>		<p><b>Mestrado em Geografia</b></p>  <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPI CHAPECÓ E ERECHIM</p>	<p>SISTEMA DE COORDENADAS GEGRÁFICAS</p> <p>DATUM SIRGAS 2000</p>
<p><b>Legenda</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>★ Área Irregular</li> <li>● Objeto Geográfico</li> <li>⊔ Chapecó - SC</li> <li>■ Macrozona Urbana</li> <li>~ Estrada Municipal</li> <li>~ Sistema Viário Urbano</li> <li>— Rodovia Estadual/Federal</li> <li>— Contorno Viário Existente</li> <li>— Estrada Municipal Pavimentada</li> <li>— Contorno Viário Projetado</li> </ul>			<p>ELABORAÇÃO: WELLINTON FARIAS (2023)</p>
		<p><b>FONTE:</b> Limite Municipal: IBGE (2022)</p> <p>Malha rodoviária, Macrozona Urbana e Áreas Irregulares: Prefeitura de Chapecó (2023)</p> <p>*Áreas com processo de Regularização Fundiária em andamento até 11/2023</p>	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023);

Figura 27 – Formas urbanas irregulares



Condomínio Espelho das Águas



Linha São Pedro B

Fonte: Imagem de satélite Google Earth (2023).

Ávila Sánchez (2012) ressalva que nos países da América Latina a mobilidade da população do campo, geralmente pobre, para as áreas de franja rural-urbana pelo menor custo da terra, pode resultar na conformação de áreas caracterizadas pela pobreza, baixo rendimento e infraestrutura deteriorada. Se isto acontece, ocorre então um processo de favelização para além da periferia usualmente estudada e reconhecida, caracterizada pelos loteamentos e conjuntos habitacionais populares, onde estão geralmente os bairros operários.

É para além desta periferia do tecido urbano regular e consolidado que os novos processos de segregação socioespacial tomam forma, através de núcleos urbanos informais, entremeados por áreas florestais, agrícolas e às vezes de topografia inclinada, escondidos dos olhares do habitante “comum” das cidades, mesmo daquele que já reside na periferia. Esta periferia se complexifica, adquirindo novas dinâmicas sociais. É neste lugar onde o transporte público coletivo não chega, onde as escolas e unidades de saúde já estão longínquas, e onde a moradia dos grupos socialmente excluídos contrasta com as chácaras de recreio da classe média e alta. Invisibilizados, as políticas públicas, que por vezes desconhecem estes locais

e as realidades ali presentes, não chegam a esta nova forma de habitar, pois usualmente tem seus limites nos tradicionais bairros da periferia urbana consolidada.

## 5.2 CLASSIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PERIURBANO

### 5.2.1 Proposição de uma tipologia

Uma vez tendo criada uma proposta para a delimitação do espaço periurbano, esta pesquisa sugere a criação de uma tipologia para sua caracterização. Baseando-se na concepção, já explicitada anteriormente, de que “na escala do espaço intra-urbano, a diferenciação sócio-espacial traduz-se, de um lado, na divisão econômica do espaço e, de outro, na divisão social do espaço” (Corrêa, 2007, p. 65), criou-se uma tipologia subdividida em duas partes, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Tipologia proposta para caracterização do espaço periurbano de Chapecó

Dimensão Econômica		Dimensão Social	
Tipologia	Características	Tipologia	Características
Residencial	- Predominantemente de uso residencial. - Maior densidade de edificações.	Alto	Edificações residenciais de alto padrão construtivo. Loteamentos fechados. Local de moradia dos habitantes de maior poder aquisitivo.
Chácaras	- Presença predominante de cultivos agrícolas e infraestruturas de lazer. - Menor densidade de edificações (lotes tendem a ser maiores)		
Horta	- Existência predominante de hortas e estruturas associadas, tais como estufa para cultivo de hortaliças.	Médio	Edificações residenciais de médio padrão construtivo. Loteamentos populares com infraestrutura satisfatória.
Empresarial	- Existência predominante de infraestrutura industrial/empresarial. - Ausência ou baixa densidade de edificações residenciais.	Baixo	Edificações residenciais de baixo padrão construtivo.
Institucional	Estruturas não classificadas nas demais tipologias, como escolas, CTG.		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Foram utilizadas, novamente, as áreas urbanizadas delimitadas pelo estudo “Áreas Urbanizadas do Brasil”, versão 2019, elaborado pelo IBGE. Cada um dos polígonos foi classificado de acordo com a dimensão social e econômica sintetizada no Quadro 2. Esta divisão pode ser observada nos mapas a seguir, na

Figura 28 e Figura 29.

As classificações entre as duas dimensões não guardam correlação, e são demonstradas no Quadro 2 exclusivamente de maneira informativa, ou seja, cada tipologia de uma das dimensões (econômica ou social) pode conter qualquer uma das tipologias da outra dimensão. Desta forma, é possível que existam áreas residenciais de alto, médio ou baixo padrão, e assim sucessivamente.

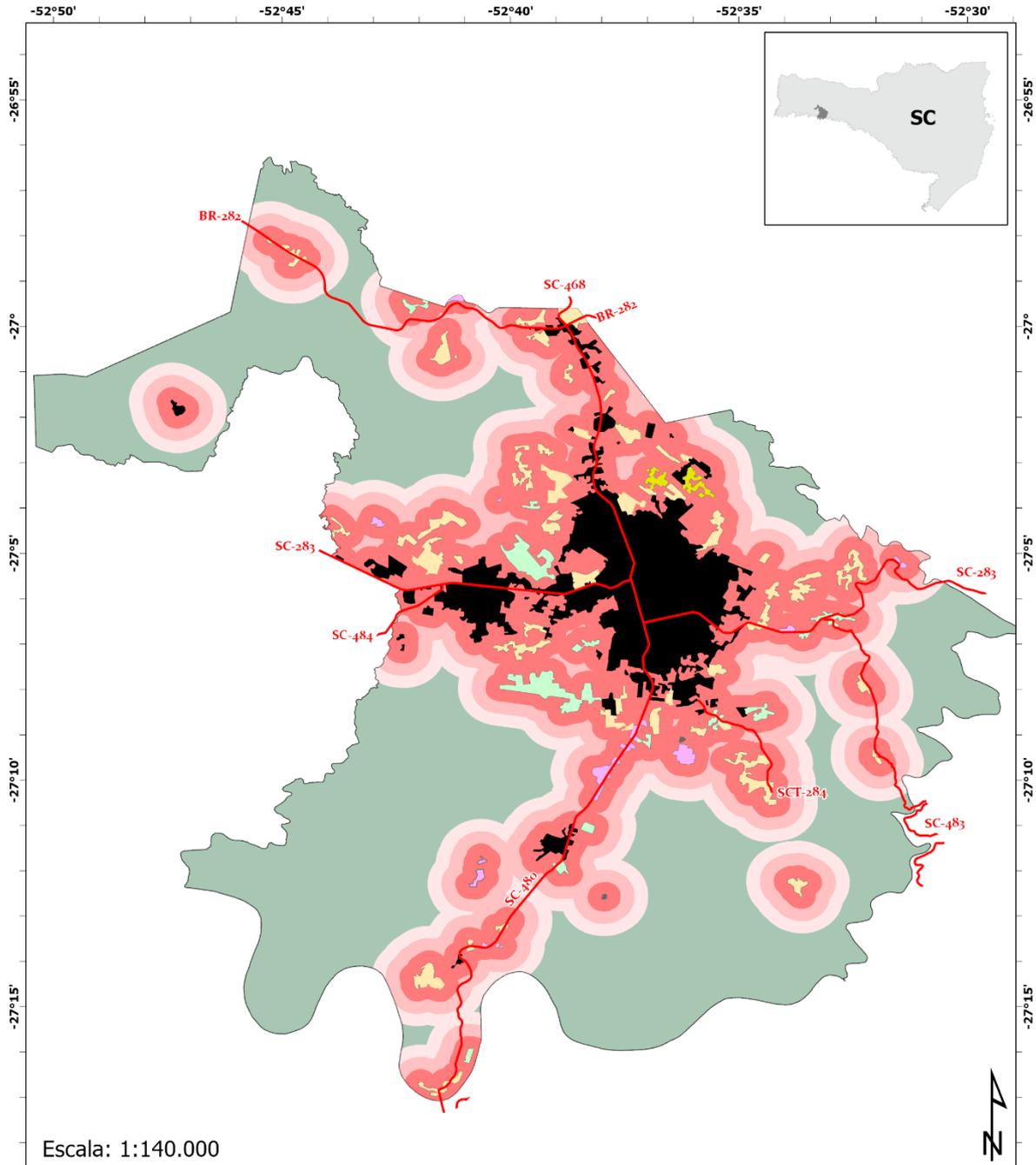
Para a divisão econômica do espaço foram delimitadas cinco tipologias. Adicionalmente, estes espaços podem ser caracterizados a partir da divisão social do espaço, cuja tipologia considerou os extratos de renda predominantes dos habitantes daquele lugar, leitura realizada a partir da observação da paisagem e do padrão construtivo das construções. Esta divisão pode ser observada nos mapas a seguir, na

Figura 28 e Figura 29.

Considerando a divisão econômica do espaço, verificou-se uma predominância de áreas residenciais. As áreas de chácaras, embora aparentemente dispersas em todas as direções, aparecem mais na porção setentrional do espaço periurbano, assim como as áreas empresariais. Áreas de hortas estão dispostas a nordeste na malha urbana consolidada.

Quanto à divisão social do espaço, foi possível notar que não há um vetor ou direção preferencial para nenhuma das três categorias classificadas. O espaço periurbano parece mesclar locais de alta e baixa renda. As áreas são predominantemente de médio padrão construtivo. Áreas de baixo padrão estão situadas em terras indígenas, próximas ao distrito de Marechal Bormann e próximas ao bairro Efapi.

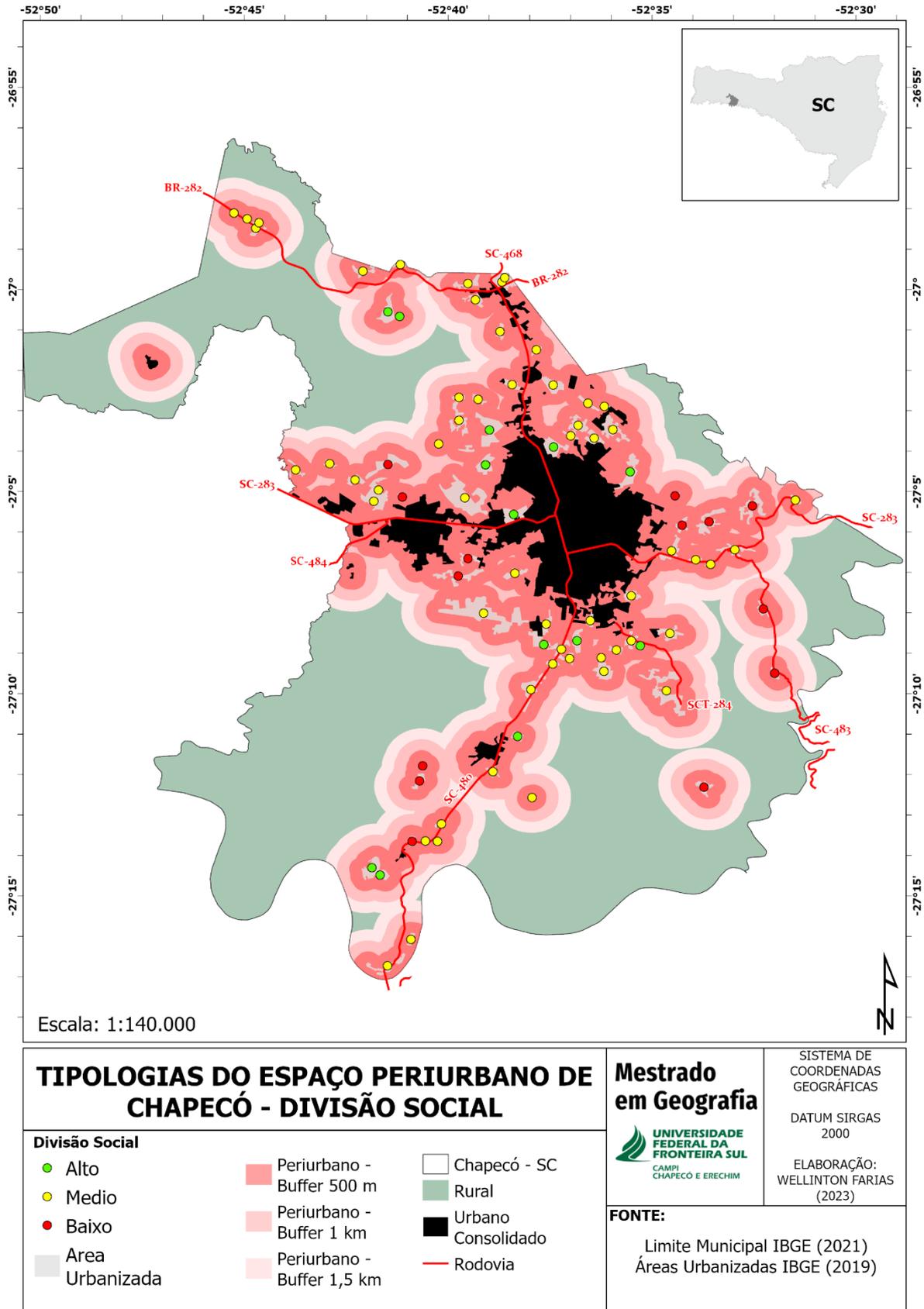
Figura 28 – Caracterização do espaço periurbano: Divisão Econômica do espaço



<b>TIPOLOGIAS DO ESPAÇO PERIURBANO DE CHAPECÓ - DIVISÃO ECONÔMICA</b>		<b>Mestrado em Geografia</b>  UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPIS CHAPECÓ E ERECHIM	SISTEMA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS DATUM SIRGAS 2000 ELABORAÇÃO: WELLINGTON FARIAS (2023)
<b>Divisão Econômica</b> Chacaras Empresarial Horta Institucional Residencial	Periurbano - Buffer 500 m Periurbano - Buffer 1 km Periurbano - Buffer 1,5 km Chapecó - SC Rural Urbano Consolidado Rodovia		<b>FONTE:</b> Limite Municipal IBGE (2021) Áreas Urbanizadas IBGE (2019)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024);

Figura 29 – Caracterização do espaço periurbano: Divisão Social do espaço



Fonte: Elaborado pelo autor (2024);

## 5.2.2 Áreas Periurbanas: loteamentos e vilas

A partir das tipologias criadas, buscou-se caracterizar de forma mais detalhada algumas porções do espaço periurbano. Considerando a divisão social do espaço, agrupamos localidades que compartilham características semelhantes, a fim de exemplificar as características mostradas no mapeamento proposto. Através da comparação entre imagens de satélite de períodos diferentes é possível também constatar o avanço da urbanização nestas áreas.

### 5.2.2.1 Áreas de Alto Padrão

#### 5.2.2.1.1 *Linha Campinas*

O espaço periurbano da linha Campinas está situado no extremo sul do município, às margens da rodovia que dá acesso ao estado do Rio Grande do Sul. A área caracteriza-se pela existência de dois loteamentos fechados, de alta renda, sendo o *Villagos* e o *Bouganville*.

Esta área também é um entroncamento entre estradas rurais, partindo dali o eixo que dá acesso ao atrativo turístico ‘trilha do pitoco’, parcialmente pavimentado no ano de 2023. Deste entroncamento também parte outro eixo rural importante, pavimentado em 2023, que dá acesso ao Autódromo Internacional de Chapecó, em fase de construção, situado na linha Cachoeira.

A existência de vias rurais pavimentadas e rodovia interestadual, em conjunto com a existência de loteamentos de alta renda e destes objetos geográficos que impulsionam o turismo, conferem a este espaço um proeminente eixo tendencial de periurbanização. Soma-se a isso o fato de que esta é a rota ao distrito de Goio-ên, local de turismo bastante explorado pela população regional.

Embora exista a presença destes espaços de alta renda, não é a totalidade do território ocupada por estes extratos populacionais. Às margens da rodovia estão presentes antigos loteamentos irregulares, de padrão construtivo médio a baixo.

Figura 30 – Espaço periurbano da linha Campinas



Localidade: Linha Campinas e Condomínio Villagos/Bouganville. Ano: 2006



Localidade: Linha Campinas e Condomínio Villagos/Bouganville. Ano: 2023

Fonte: Imagem de Satélite Google Earth (2023);

### 5.2.2.2 Áreas de Médio Padrão

#### 5.2.2.2.1 *Bairro Belvedere e Vila Rica*

Situada na porção norte do município, este eixo de expansão urbana é orientado pelo principal acesso à Chapecó, a BR-480. Nesta área está situado um dos bairros mais antigos e periféricos da cidade, o Vila Rica, que até poucos anos era completamente descolado do tecido urbano (Nascimento, 2015). Recentemente, a paisagem do local transformou-se com a construção de novos loteamentos, Colina Verde e Florência, sendo o primeiro já consolidado, de médio padrão, e o segundo em fase de construção, de alto padrão (Figura 31 e Figura 32). Nesta porção do espaço está em construção, também, um novo centro esportivo multiuso municipal de grande porte, a Arena Chapecó.

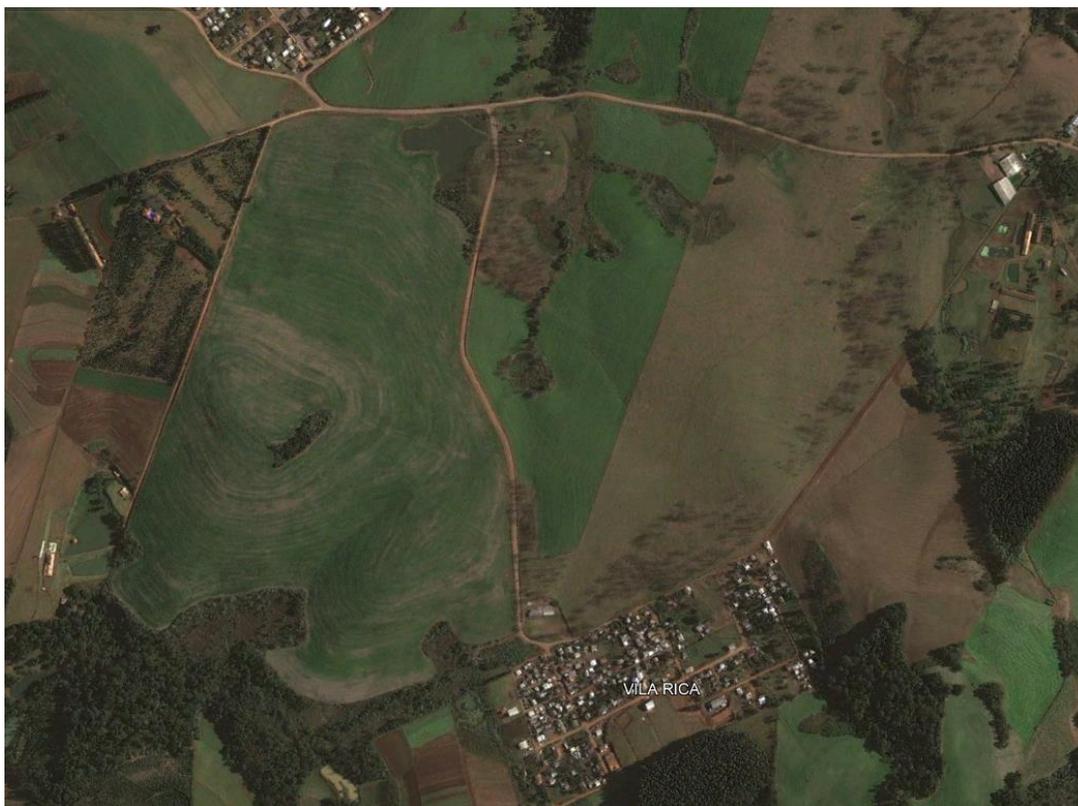
Esta área tem sido o foco de diversos agentes imobiliários, sendo que a prefeitura municipal realizou uma audiência pública, em 23 de janeiro de 2024, a fim de alterar o plano diretor para propor uma nova expansão da principal avenida da cidade (Av. Getúlio Dorneles Vargas), para que seu traçado possa ser prolongado no sentido norte até o bairro Belvedere (Figura 33). Este tipo de ação, em conjunto ao crescente interesse imobiliário pela região, constitui um importante eixo tendencial de expansão urbana.

Figura 31 – Loteamento Florência e bairro Vila Rica.



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2023);

Figura 32 – Avanço da urbanização no bairro Belvedere



Localidade: Bairro Belvedere/Vila Rica. Ano: 2010



Localidade: Bairro Belvedere/Vila Rica. Ano: 2023

Fonte: Imagem de satélite Google Earth (2023)



Figura 34 – Espaço Periurbano da linha Passo dos Ferreira



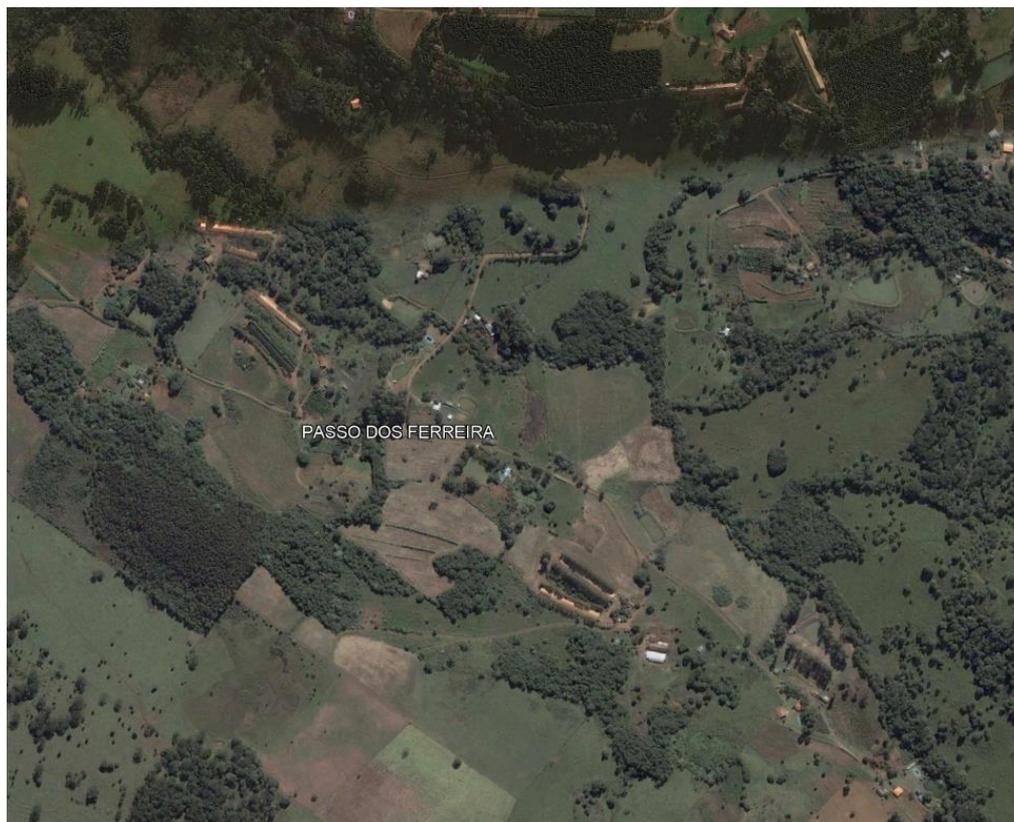
**Acesso pavimentado à localidade**



**Residências na Linha Passo dos Ferreira**

Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2023).

Figura 35 – Adensamento populacional na Linha Passo dos Ferreira



Localidade: Linha Passo dos Ferreira. Ano: 2010



Localidade: Linha Passo dos Ferreira. Ano: 2023

Fonte: Imagem de satélite Google Earth (2023)

### 5.2.2.2.3 Linha Palmital dos Fundos

A Linha Palmital dos Fundos está situada ao norte do Aeroporto Municipal, e caracteriza-se como sendo uma das áreas de maior adensamento populacional do espaço periurbano. Esta área é enquadrada pelo zoneamento do Plano Diretor como sendo de ocupação residencial altamente restritiva, conforme explicado anteriormente no item 3.3. Diversos loteamentos irregulares estão em processo de regularização fundiária no local, sendo que alguns apresentam uma placa do Ministério Público de Santa Catarina informando sobre a proibição da comercialização de lotes no local.

Figura 36 – Adensamento populacional na Linha Palmital dos Fundos



Alta densidade de edificações nas estradas rurais



Placa do Ministério Público de Santa Catarina indicando Loteamento Clandestino

Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2023)

#### *5.2.2.2.4 Linha Faxinal dos Rosas*

A linha Faxinal dos Rosas, situada ao norte do bairro Engenho Braun, caracteriza-se pela existência de diversas chácaras de recreio e residências de médio e alto padrão construtivo. Neste espaço também há uma escola rural, a EBM Alípio José da Rosa, além de algumas sedes campestres.

No ano de 2023 este foi um dos locais que recebeu a pavimentação rural, tendo seu principal acesso asfaltado, o qual interliga o entorno à Avenida Leopoldo Sander. Esta área periurbana está situada dentro dos limites da macrozona urbana, especificamente no zoneamento da bacia hidrográfica do rio que abastece o município. No local existem alguns processos de regularização fundiária, porém, constatada a densidade de edificações do local, é perceptível o grande número de loteamentos clandestinos. Convém mencionar que o zoneamento nesta área é altamente restritivo, obrigando os parcelamentos de terra a formarem terrenos de no mínimo seiscentos metros quadrados. Considerando a densidade de edificações, verifica-se que a realidade se apresenta muito diferente do disposto no Plano Diretor.

Figura 37 – Caracterização fotográfica de Faxinal dos Rosas



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2023).

Figura 38 – Espaço periurbano de Faxinal dos Rosas



**Localidade: Linha Faxinal dos Rosas. Ano: 2010**



**Localidade: Linha Faxinal dos Rosas. Ano: 2023**

Fonte: Imagem de satélite Google Earth (2023)

### 5.2.2.3 Áreas de Baixo Padrão

#### 5.2.2.3.1 *Linha Vitória Rosa*

A linha Vitória Rosa constitui um espaço altamente povoado, situado na transição entre os bairros Parque das Palmeiras e Engenho Braun para o espaço da localidade de Barra do Rio dos Índios.

Próxima ao contorno viário oeste, o local se caracteriza pelo baixo padrão construtivo das residências, em conjunto com a proeminente declividade do relevo. A paisagem deste espaço é, portanto, um mosaico de casas entremeadas por área de mata, em um morro. Ademais, este foi classificado como sendo um Aglomerado Subnormal pelo IBGE (IBGE, 2020).

Figura 39 – Caracterização fotográfica de Vitória Rosa



Vista aérea da linha Vitória Rosa

Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2023).

Figura 40 – Espaço periurbano de Faxinal dos Rosas



Localidade: Linha Vitório Rosa. Ano: 2010



Localidade: Linha Vitório Rosa. Ano: 2023

Fonte: Imagem de satélite Google Earth (2023)

#### 5.2.2.3.2 Linha São Pedro B

O espaço periurbano da linha São Pedro B é uma das áreas de mais elevada concentração residencial de baixa renda, e que atualmente passa por regularização fundiária. Embora altamente povoada, está localizada fora da macrozona urbana.

Este subespaço exemplifica como o espaço periurbano pode avançar para além dos limites de um perímetro urbano. Situado na zona rural do ponto de vista jurídico-urbanístico do município, este local é caracterizado pela presença predominante de usos residenciais, cujas residências são próximas entre si, com lotes pequenos, o que permite inferir que o modo de vida neste local está intimamente ligado à dinâmica urbana, sobretudo devido ao fluxo moradia-local de trabalho.

Figura 41 – Vista da linha São Pedro B



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2023).

Figura 42 – Espaço periurbano da linha São Pedro B



Localidade: Linha São Pedro B. Ano: 2010



Localidade: Linha São Pedro B. Ano: 2023

Fonte: Imagem de satélite Google Earth (2023)

### 5.2.2.3 Núcleo Hortifrutigranjeiros

O Núcleo Hortifrutigranjeiros situa-se no extremo sul do município, próximo ao distrito de Marechal Bormann. Neste local há um incubatório da Cooperativa Agroindustrial Aurora, além de uma escola básica municipal rural, a EBM Nova Aurora. No ano de 2023 a estrada municipal que interliga a unidade da Aurora à rodovia de acesso entre Chapecó e o estado do Rio Grande do Sul foi asfaltada. Mesmo antes desta pavimentação, o local apresentava um expressivo povoamento, como pode ser observado no comparativo entre as imagens de satélite.

As residências adensadas estão situadas majoritariamente às margens de uma estrada não pavimentada, que interliga a Aurora ao distrito de Marechal Bormann, local onde também há um dos maiores parques aquáticos do município, denominado Estância das Águas.

Figura 43 – Espaço Periurbano do Núcleo Hortifrutigranjeiros



Localidade: Núcleo Hortifrutigranjeiros. Ano: 2006



Localidade: Núcleo Hortifrutigranjeiros. Ano: 2023

Fonte: Imagem de satélite Google Earth (2023)

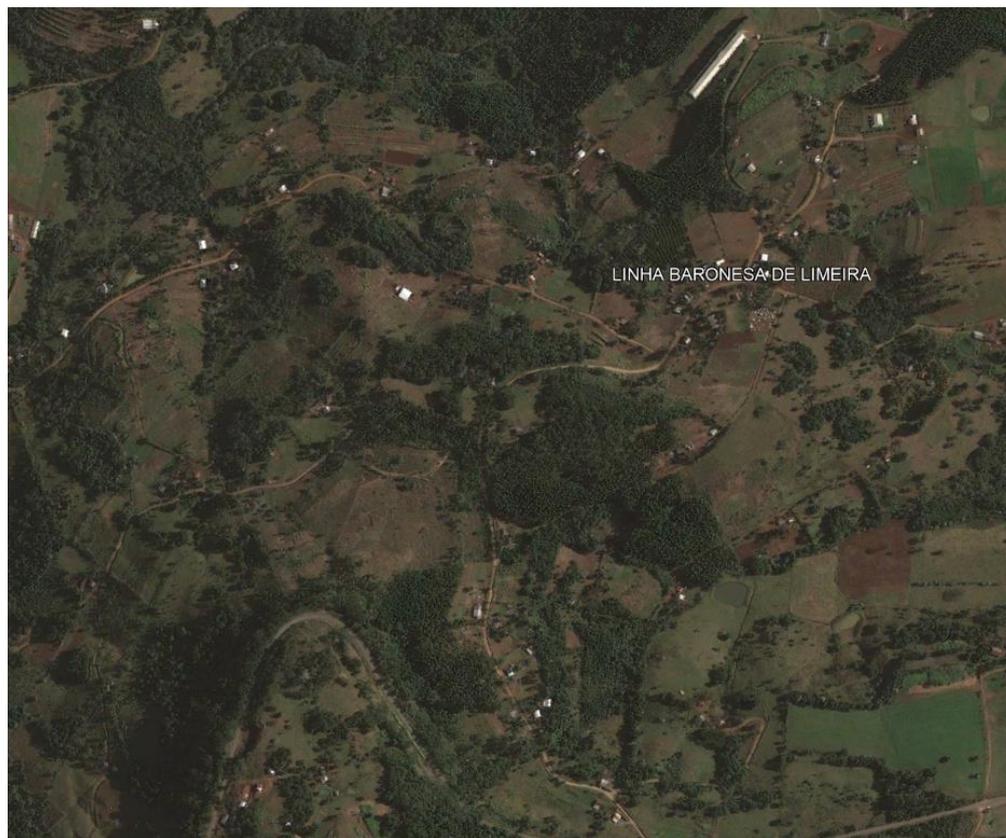
#### 5.2.2.3.4 *Linha Baronesa de Limeira*

A linha Baronesa de Limeira está situada na porção leste do município, sendo que a maior parte de sua área se encontra fora da macrozona urbana. O local apresenta um elevado crescimento populacional, e a paisagem rural tem sido transformada pela construção de residências de médio e baixo padrão construtivo. O local recebeu regularização fundiária recentemente, após um acordo entre a prefeitura municipal e o INCRA.

Seu nome se deve a uma homenagem a uma nobre paulista, baronesa de Limeira (SP), segundo relatos locais. Anteriormente, seu nome era Quadro dos Pobres, pois,

O Quadro, quando instituído o lugar, este o foi no sentido da cultura lusa, de oferecer um pedaço de terra àqueles que não tinham amparo. Os moradores, a maioria vindos do Rio Grande do Sul, ficavam por meses ou anos nessa localidade, até encontrar terra para trabalhar. Em troca à hospitalidade, obrigavam-se a dar determinado número de dias para abertura de estradas. Ainda hoje, fatia significativa de caboclos conhecem a localidade por Quadro dos Pobres (Savoldi; Renk; 2008, p. 12).

Figura 44 – Espaço Periurbano do Núcleo Hortifrutigranjeiros



Localidade: Linha Baronesa de Limeira. Ano: 2010



Localidade: Linha Baronesa de Limeira. Ano: 2023

Fonte: Imagem de satélite Google Earth (2023)

Este espaço periurbano constitui, desde a sua formação primordial, um relevante exemplo de como a população cabocla, expropriada pelos colonizadores gaúchos no passado, precisou se reorganizar, formando a periferia do que viria a ser Chapecó.

Nos últimos anos, o que se observa é a aquisição de parcelas de terras por cidadãos, transformando-as em sítios para construir moradias de final de semana, ou seja, chácaras com casas de relativo conforto que destoam da paisagem anterior. [...] Não bastasse a localização periférica e estigmatizada da população cabocla, ela surrupiada da história oficial e expropriadas de suas terras e do modo de vida, comparados como atrasados e uma série de atributos negativos (Savoldi; Renk, 2008, p. 12).

Este eixo periurbano é orientado pela rodovia SC-283, que dá acesso aos municípios de Seara e Concórdia. Próximo dali também está o Frigorífico Ecofrigo, um polo atrator de povoamento dada a sua capacidade de fornecer trabalho.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da periurbanização em Chapecó revelou a complexa interação entre as políticas de planejamento urbano, as decisões políticas, e os interesses dos agentes imobiliários, moldando significativamente a expansão urbana da cidade. A análise dos planos diretores e das áreas de zoneamento evidenciou como esses elementos influenciam na configuração espacial e na estrutura socioespacial de Chapecó, especialmente nas áreas periurbanas. Foi observado que, apesar de esforços em planejamento e regulamentação, persistem desafios relacionados à ocupação irregular, falta de infraestrutura adequada, e uma expansão urbana desordenada.

Considera-se que a presente pesquisa atingiu seu objetivo geral ao estabelecer uma delimitação do espaço periurbano de Chapecó. Ademais, a investigação em campo permitiu uma observação detalhada e uma caracterização das formas-conteúdo espaciais características dessa área, consolidando o entendimento da dinâmica periurbana no município.

Foi possível observar que o espaço periurbano de Chapecó é bastante diverso, não havendo um eixo preferencial para nenhuma das tipologias elencadas. Áreas de baixo, médio e alto padrão estão distribuídas ao redor de toda a área urbana consolidada, fato observado também ao analisar a espacialidade das áreas irregulares e localização de locais predominantemente residenciais ou de chácara.

A pesquisa apresentou desafios, especialmente no acesso a dados socioespaciais específicos para a área periurbana. Apesar dessas dificuldades, a metodologia adotada para delimitar o espaço periurbano mostrou-se adequada dentro das discussões acadêmicas sobre o tema. É importante salientar que este estudo não busca definir um modelo espacial único e definitivo para a delimitação territorial, mas sim contribuir para o entendimento mais amplo da periurbanização. Sugere-se, para pesquisas posteriores, a utilização dos dados de coordenadas geográficas dos endereços, divulgada pela primeira vez pelo IBGE, em 2024, os quais não puderam ser incorporados à metodologia desta pesquisa devido à data de sua publicação.

Na presente investigação sobre a periurbanização em Chapecó, uma limitação encontrada foi a indisponibilidade de dados mais recentes do censo demográfico de 2022, que ainda não haviam sido divulgados no momento da conclusão do estudo. Pesquisas futuras podem se beneficiar significativamente da inclusão desses dados,

oferecendo uma visão mais precisa e atualizada das mudanças demográficas e socioespaciais. Aprofundar o estudo sobre o impacto das políticas públicas no desenvolvimento urbano, utilizando essas informações atualizadas, enriquecerá o entendimento das dinâmicas urbanas e contribuirá para estratégias mais eficazes de planejamento e gestão territorial.

## REFERÊNCIAS

ALBA, Rosa S. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó**. 2.ed. Chapecó: Argos, 2013.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. **Horizontalização das Cidades Brasileiras: Estudos de Casos e Perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ASENSIO, Pedro J. Ponce. **Cambios sociales em espacios periurbanos del país valenciano** (trabalho de fim de curso). 2005. Disponível em: <http://mural.uv.es/pepona/principal.html>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

ÁVILA SÁNCHEZ, H. **Las prácticas agrícolas en las periferias metropolitanas: territorialización y sociabilidad en ámbitos de interfase urbano-rural en América Latina**. In: MARTINS, P.; ÁVILA SÁNCHEZ, H.; WELTER, T. (org.). *Território e sociabilidade: relatos latinoamericanos*. Florianópolis: Ed. Udesc, 2012. p. 27-54.

BINIMELIS Sebastian, J. **Sociedad post-industrial y dialéctica campo-ciudad. Aportación al debate e estado de la question**. Lurr@Ide. 2000.

BORSODORF, Axel. **Cómo modelar el desarrollo y la dinámica de la ciudad latinoamericana**. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 29, n. 86, p. 37-49, mayo 2003.

BRASIL. Brasília, 1988. \_\_\_\_\_. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. Brasília, 2017.

BRASIL, Lei Federal 6766/79: **Lei do parcelamento do solo urbano**.

BRASIL, Lei 5788/90. **Estatuto da Cidade**. Presidente da República em 10 de julho de 2001.

BRYANT, CR; RUSSWURM, LH; McLELLAN, AG. **The City's Countryside**. Londres: Longman, 1982.

BURGESS, E. W. (1925). **The Growth of the City: An Introduction to a Research Project**. In R. E. Park, E. W. Burgess, & R. D. McKenzie (Eds.), *The City* (pp. 47-62). University of Chicago Press.

BUZAI, Gustavo D. **Mapas sociales urbanos**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Diferenciação Socioespacial**. *Revista Cidades*, [SL], v. 4, n. 6, pág. 45-60, 18 jan. 2007.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. [Trad. Arlene Caetano] 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

CARTER, H. **O estudo da geografia urbana**. Eduard Arnoud eds, 1974.

CHAPECÓ. Lei Complementar nº 202, de 06 de janeiro de 2004. **Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Chapecó** - PDDTC. Chapecó 2004.

CHAPECÓ. Lei Complementar nº 541, de 26 de novembro de 2014. **Aprova o Plano Diretor de Chapecó**. Chapecó 2014.

CHAPECÓ. Decreto nº 32.292, de 14 de março de 2014. **Dispõe sobre a delimitação de bairros conforme artigo 164 do Plano Diretor de Chapecó**. Chapecó 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajétórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Ática SA, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A periferia urbana**. GEOSUL: Revista do departamento de Geociências (UFSC), ano I, n. 2, 1986.

FARIAS, W. **Análise geográfica do ordenamento territorial de Chapecó: a subdivisão do espaço urbano**. rd.uffs.edu.br, 1 mar. 2023.

FUJITA, Camila. **CHAPECÓ: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste catarinense**. Geo UERJ, [S. l.], v. 1, n. 24, p. 312–338, 2013. DOI: 10.12957/geouerj.2013.6918. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/6918>. Acesso em: 9 abr. 2023.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **CARTA dos campos de Guarapuava e Palmas**. 1882. 1 mapa, 18 x 28cm. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 19 set. 2023.

GIROTTI, Cledir; MAZIERO, Franciele. **Povos Indígenas do Oeste Catarinense: Trajetória e atualidade**. Prefeitura de Chapecó, 2021. Material Didático.

GOLLEDGE, R. C. **Sidney's metropolitan fringes: a study in urban rural relations**. Australian Geographer, 1960: 243-255.

GOULART, Sabrina da Silva. **Terras indígenas no Oeste Catarinense: uma questão histórica**. Revista Santa Catarina em História, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 39-46, 2009.

HARVEY, David. **A produção do espaço: reflexões sobre a geografia econômica**. São Paulo: Annablume, 2005. (Original publicado em 1973).

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOYT, H. (1939). **The Structure and Growth of Residential Neighborhoods in American Cities**. Federal Housing Administration.

KAYSER, B. La renaissance rurale. **Sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: Armand Colin, 1990.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Áreas urbanizadas do Brasil : 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:< <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101973>>. Acesso em: 23 out. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em:<<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das Cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020, 192 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/ciencia-tecnologia-e-inovacao/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em: 23 dez. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à covid-19 – notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-favelas-e-comunidades-urbanas.html>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LIVELY, C. **The sociological significance of the rural-urban fringe**. Rural sociology. 18 (1953).

LOIS GONZÁLEZ, R. C., P., GONZÁLEZ PÉREZ, J. M. & ESCUDERO GÓMEZ, L. A. (2012). **Los espacios urbanos: estudio geográfico de la ciudad y la urbanización**. Madrid: Biblioteca Nueva.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 2ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política** - Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MATIELLO, Alexandre Mauricio; VILLELA, Ana Laura Vianna; FUJITA, Camila; OTSUSCHI, Cristina; ALBA, Rosa Salete. Chapecó/SC: o agronegócio, o setor terciário em expansão e a crescente desigualdade socioespacial. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MAIA, Doralice Sátyro (org.). **Agentes econômicos e**

**reestruturação urbana e regional:** Dourados e Chapecó. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 171-319.

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. **Produção do espaço e planejamento em áreas de transição rural-urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife – PE.** Tese/Livia Miranda. – Recife: O autor, 2008.

MOLINERO, F. La urbanización del campo: la inversión de las tendencias tradicionales en los espacios rurales. In: MOLINERO, F. **Los espacios rurales: agricultura y sociedad en el mundo.** Barcelona : Ariel, 1990, p.322-347.

NASCIMENTO, E. Chapecó: evolução urbana e desigualdades socioespaciais. In: BRANDT; M.; NASCIMENTO, E. (Orgs.). **Oeste de Santa Catarina:** território, ambiente e paisagem. São Carlos: Pedro & João, 2015. p. 97-153.

NASCIMENTO, E. A segregação socioespacial em Chapecó: formação histórico-geográfica e tendências contemporâneas. In: NASCIMENTO, Ederson; VILLELA, Ana L. V. (Orgs.). **Chapecó em foco:** textos e contextos sobre o espaço urbano-regional. São Carlos: Pedro & João, 2017. p. 105-154.

NASCIMENTO, Ederson; MATIAS, Lindon Fonseca. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR). **Ra'e ga - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 23, 2011.

NASCIMENTO, E. et al. **Atlas socioespacial do oeste de Santa Catarina.** Curitiba: CRV, 2021.

ONGHERO, André Luiz. **Colonização e constituição do espaço rural no oeste de Santa Catarina.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal-RN. Anais eletrônicos [...]. Natal-RN: UFRN, v. 1, 2013.

PAHAL, R. **Urbs in rure: the metropolitan fringe in hertfordshire.** London School of Economics and Political Science, 1962: Geogr. Pap. 2.

PELUSO JÚNIOR, Victor A. **A evolução da cidade de Chapecó: de povoado a Centro Regional.** In: Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1991. p. 284-310.

PEREIRA, A. S. Análise das tendências de aplicação do conceito de periurbano. **Terr@ Plural**, v. 7, n. 2, pág. 287-304, 2013. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

PEREIRA, M. et al. **Modelos de ordenamento em confronto na área metropolitana de Lisboa:** cidade alargada ou recentragem metropolitana? Cadernos Metrôpole, EDUC, Ed. da Pontifícia Univ. Católica de São Paulo, Brasil, 2008, p. 107-123. n. 20, 2º semestre.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no oeste catarinense.** Tese (Doutorado em Geografia). UFSC, Florianópolis, 2008.

POLI, Jaci. **Caboclo: pioneirismo e marginalização.** In: CEOM: 20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina, Cadernos do CEOM, ano 19, n. 23, 2006

PRYOR, R. J. **Defining the rural-urban fringe.** Social Forces, 1969: 202-215.

PRYOR, Robin. J. **Defining the rural-urban fringe.** In: Internacional structure of the city: readings on espace and enviroment, por L.S. BOURNE. New York: Oxford University Press, 1971.

PRYOR, R.J. **Defining the rural-urban fringes.** Social Forces, v. 47, n, 2. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/2575150](http://www.jstor.org/stable/2575150)>. University of North Carolina, p. 202-215, dez. 1968.

RECHE, Daniella. **Leis e planos urbanos na produção da cidade: o caso de Chapecó, SC.** 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense.** Chapecó: Grifos. 1997

RENK, Arlene; SAVOLDI, Adiles. Centro de memória do oeste de Santa Catarina. **Inventário da cultura imaterial cabocla no oeste de Santa Catarina.** Coleção Série Documento do CEOM. Chapecó: Argos, 2008.

RICARDO, Davi. **Princípios de Economia Política e Tributação.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROSSETO, Santo. **Síntese Histórica da Região Oeste.** Cadernos do CEOM, Chapecó, v. 4, n. 1-2, p. 7-11, 1989.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Nobel, 2006.

SOUZA, M. J. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano** – 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana.** Rev. TERRITÓRIO, ano III, n. 4, jan./jun. 1998.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MAIA, Sátyro Doralice (Orgs). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Dourados e Chapecó, São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2016.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel, 2001.

WEHRWEIN, Georges S. **The rural-urban frange**. *Economic Geography*, julho 1942: 18-28.